

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Impactos da Reabilitação no Parque Escolar

Caso de estudo: Agrupamento de escolas nº1 de Loures

João Miguel Ramalho de Sousa Pinto

Dissertação de Mestrado orientada
pela Professora Doutora Margarida Maria de Araújo Abreu Vilar de Queirós
do Vale e coorientado pelo Arquiteto José Manuel dos Reis Correia

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo,
Especialidade em Ordenamento do Território e Urbanismo

2016

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Impactos da Reabilitação no Parque Escolar
Caso de estudo: Agrupamento de escolas nº1 de Loures

João Miguel Ramalho de Sousa Pinto

Dissertação de Mestrado orientada
pela Professora Doutora Margarida Maria de Araújo Abreu Vilar de Queirós
do Vale e coorientado pelo Arquiteto José Manuel dos Reis Correia

Júri:

Presidente: Doutor José Manuel Henriques Simões, Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Professor Doutor Jorge Manuel Gonçalves, Professor Auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;
- Professora Doutora Margarida Maria de Araújo Abreu Vilar de Queirós do Vale, Professora Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

2016

Resumo

A presente dissertação começa por demonstrar o princípio da oferta de uma educação pública transversal às diversas classes sociais, como um pilar básico do Estado-social no contexto do pós-25 de abril de 1974. A Constituição da República de 2 de abril de 1976 estabeleceu o princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. Para complementar esta informação procede-se a uma abordagem onde se insere a evolução das competências dos municípios na educação e a evolução do ensino no contexto democrático.

De seguida apresenta-se o Município de Loures onde se insere caso de estudo, que foca a reabilitação do Agrupamento de Escolas nº1 de Loures. Neste município verificam-se duas realidades distintas: nas escolas junto à cidade de Loures, sede do Município, constata-se uma envolvente mais urbana com maior densidade populacional, e já nas escolas afastadas da centralidade que representa a cidade de Loures, observa-se a existência de aglomerados populacionais menos populosos e mais dispersos, ou seja uma envolvente mais rústica. Posteriormente são apresentados os instrumentos de gestão do Território Educativo de Loures.

Por fim, examina-se como as intervenções/operações de reabilitação do parque escolar influenciaram a estratégia e ação futura deste Território Educativo. Estas observações foram obtidas através da dimensão pedagógica e estrutural. Outro instrumento que ajudou à avaliação da escola foram os inquéritos dirigidos à comunidade escolar, docentes, onde se encontra obviamente incluído o coordenador de cada escola intervencionada, e encarregados de educação.

Palavras-chave: Território Educativo, Reabilitação do Parque escolar, Qualificação, Coesão, Impactos

Abstract

This dissertation demonstrates the principle of offering a public education embracing the diversity of the social classes as an important basis of the social state, in the Portuguese context after the 25th of April of 1974. The Constitution of the Portuguese Republic, of 1976, April, 2., established the principles of universality, mandatory and gratuitousness of the basic education. To complete this information, it is used an approach where it is inserted the progress on the county's competences in education and the evolution of education in the democratic context.

Then, it is presented the Loures County, where the case study is included, which focuses in the rehabilitation of the “school group number one of Loures”. In this county, we realise that there are two distinct realities, in the schools near the city of Loures, head of the county: on one hand there is an urban surrounding with more populational density, on the other hand, the schools far from the centrality that the city of Loures represents, it can be seen the existence population clusters less dense and more scattered, that is in a more rustic surrounding. Posteriorly, it is presented the management instruments of the Educational Territory of Loures.

Lastly, it is examined how the interventions of rehabilitation in the scholar park influences the strategy and future action on the Educational Territory. Another instrument that helped the school evaluation were the surveys directed to the school community, namely the teachers, obviously including the coordinator of each school that was intervened, as well as the educational guardians.

Key words: Educational territory, Rehabilitation of the scholar park, Qualification, Cohesion, Impacts

Índice

Introdução	10
Capítulo 1.....	15
A educação como pilar do estado social.....	15
Capítulo 2.....	19
Competências dos Municípios na educação	19
Capítulo 3.....	27
A evolução do ensino no contexto democrático	27
Capítulo 4.....	31
O Município de Loures.....	31
4.1- Enquadramento.....	31
4.2- Caracterização	34
Capítulo 5 Instrumentos de Gestão do Território Educativo de Loures	43
5.1- A Carta Educativa.....	43
5.1.1- Objetivos.....	44
5.1.2- Caracterização específica no domínio dos equipamentos por territórios educativos	48
5.2 Decretos-lei no período em análise.....	58
5.3- Questões Críticas	61
Capítulo 6.....	63
O Agrupamento de Escolas nº1 de Loures.....	63
6.1 – Nota Metodológica.....	63
6.2 - Estruturas e serviços prestados	64
6.3 - Intervenções no edificado e Decretos-lei Cronologia do período em análise (2000-2015)	71
6.4 - Apresentação das escolas intervencionadas.....	72
6.5 - A Escola Básica de Fanhões.....	76
6.6 - A Escola Básica de Casaínhos	82
6.7 - A Escola Básica da Fonte Santa.....	87
6.8 - A Escola Básica nº1 de Loures	93
6.9 - A Escola Básica Nº2 de Loures.....	100
6.10 - A Escola Básica de Montemor	106
6.11 - A Escola Básica Á-dos-Cãos.....	111
6.12 - A Escola Básica de Cabeço de Montachique	116
6.13 - A Escola Básica de Lousa	121
6.14 - A Escola Básica da Murteira	127

6.15 - O Jardim de Infância de Salemas	131
6.16 - A Escola Básica do Tojalinho	135
6.17 - Escolas Desativadas	138
Escola nº1 do Pinheiro de Loures	138
Escola nº2 do Pinheiro de Loures	139
Escola de Ribas de Baixo	140
Escola Casais do Forno	141
Escola Básica Ponte de Lousa	142
Considerações finais	143
Bibliografia:	148
Legislação:	152
Anexos	153
Anexo 1 – Inquérito realizado aos Encarregados de Educação	153
Anexo 2 – Inquérito realizado aos Docentes	155
Anexo 3 – Identificação da Escola Básica de Fanhões	157
Anexo 4 – Identificação da Escola Básica de Casaínhos	158
Anexo 5 – Identificação da Escola Básica de Fonte Santa	159
Anexo 6 – Identificação da Escola Básica nº1 de Loures	160
Anexo 7 – Identificação da Escola Básica nº2 de Loures	161
Anexo 8 – Identificação da Escola Básica de Montemor	162
Anexo 9 – Identificação da Escola Básica de A-dos-Cães	163
Anexo 10 – Identificação da Escola Básica de Cabeço de Montachique	164
Anexo 11 – Identificação da Escola Básica de Lousa	165
Anexo 12 – Identificação da Escola Básica da Murteira	166
Anexo 13 – Identificação do Jardim de Infância de Salemas	167
Anexo 14 – Identificação da Escola Básica do Tojalinho	168

Índice de Quadros

Quadro 1. Número de equipamentos por nível de ensino, por Município.....	32
Quadro 2. Evolução demográfica no Município de Loures	34
Quadro 3. Evolução demográfica na freguesia de Loures	39
Quadro 4. Evolução demográfica na freguesia de Lousa	40
Quadro 5 Evolução demográfica na freguesia de Fanhões	41
Quadro 6. População escolar por escalão etário	46
Quadro 7. Previsão de investimentos no parque escolar do Município de Loures	47
Quadro 8. Capacidade dos equipamentos antes e após as intervenções propostas por nível de ensino nos Territórios do Sistema Norte (SN) do Município.....	49
Quadro 9. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN1)	51
Quadro 10. Cobertura após as alterações propostas (SN1)	51
Quadro 11. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN2)	52
Quadro 12. Cobertura após as alterações propostas (SN2)	53
Quadro 13. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN5)	54
Quadro 14. Cobertura após as alterações propostas (SN5)	54
Quadro 15. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN6)	55
Quadro 16. Cobertura após as alterações propostas (SN6)	55
Quadro 17. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN7)	57
Quadro 18. Cobertura após as alterações propostas (SN7)	57
Quadro 19. Análise SWOT - Parque Escolar intervencionado	75

Índice de Figuras

Figura 1 Localização do Município de Loures no contexto da AML.....	33
Figura 2 Organização administrativa do Município de Loures.....	37
Figura 3 Perímetro urbano no Município de Loures	39
Figura 4 Densidade Populacional no Município de Loures.....	40
Figura 5 Localização da freguesia de Loures.....	41
Figura 6 Localização da freguesia de Lousa.....	42
Figura 7 Localização da Freguesia de Fanhões.....	43
Figura 8 Organização dos territórios educativos no Município de Loures	50
Figura 9 Políticas e instrumentos de programação para o Parque escolar	60
Figura 10 Distribuição espacial das escolas em análise.....	71
Figura 11 Políticas e instrumentos de programação para o Parque escolar e intervenções ocorridas no Agrupamento de escolas nº1 de Loures.....	73
Figura 12 Distribuição espacial das escolas em análise com mais pormenor.....	74
Figura 13 Localização da Escola Básica de Fanhões.....	78
Figura 14 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	80
Figura 14.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Fanhões.....	81
Figura 14.2 Condições do edifício.....	82
Figura 14.3 Condições do logradouro.....	82
Figura 14.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	82
Figura 14.5 Escola para alunos NEE.....	82
Figura 14.6 Influência no espaço envolvente.....	83
Figura 14.7 Grau de satisfação com a Escola.....	83
Figura 14.8 Manutenção da JF e da CML.....	83
Figura 15 Localização da Escola Básica de Casaínhos.....	84
Figura 16 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	86
Figura 16.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Casaínhos.....	87
Figura 16.2 Interação com outros agentes da comunidade.....	88
Figura 16.3 Escola para alunos NEE.....	88
Figura 16.4 Influência no espaço envolvente.....	88
Figura 17 Localização da Escola Básica da Fonte Santa.....	89
Figura 18 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	91
Figura 18.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica da Fonte Santa....	92
Figura 18.2 Escola para alunos NEE.....	93
Figura 18.3 Influência no espaço envolvente.....	93

Figura 18.4 Manutenção da JF e da CML.....	94
Figura 19 Localização da Escola Básica nº1 de Loures.....	96
Figura 20 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	97
Figura 20.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Fanhões.....	98
Figura 20.2 Condições do edifício.....	99
Figura 20.3 Condições do logradouro.....	99
Figura 20.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	100
Figura 20.5 Escola para alunos NEE.....	100
Figura 20.6 Influência no espaço envolvente.....	100
Figura 20.7 Grau de satisfação com a Escola.....	100
Figura 20.8 Manutenção da JF e da CML.....	101
Figura 21 Localização da Escola Básica Nº2 de Loures.....	102
Figura 22 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	103
Figura 22.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica nº2 de Loures.....	105
Figura 22.2 Condições do edifício.....	106
Figura 22.3 Condições do logradouro.....	106
Figura 22.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	106
Figura 22.5 Escola para alunos NEE.....	106
Figura 22.6 Influência no espaço envolvente.....	107
Figura 22.7 Grau de satisfação com a Escola.....	107
Figura 23 Localização da escola Básica de Montemor.....	108
Figura 24 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo.....	109
Figura 24.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Montemor.....	110
Figura 24.2 Condições do edifício.....	111
Figura 24.3 Condições do logradouro.....	111
Figura 24.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	111
Figura 24.5 Escola para alunos NEE.....	111
Figura 24.6 Influência no espaço envolvente.....	112
Figura 24.7 Grau de satisfação com a Escola.....	112
Figura 24.8 Valência de espaços.....	112
Figura 25 Localização da Escola Básica de À-dos-Cãos.....	113
Figura 26 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	115
Figura 26.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de À-dos-Cãos...	116
Figura 26.2 Condições do edifício.....	117
Figura 26.3 Condições do logradouro.....	117
Figura 26.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	117

Figura 27 Localização da Escola Básica de Montachique.....	118
Figura 28 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	119
Figura 28.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Montachique.....	120
Figura 28.2 Condições do logradouro.....	121
Figura 28.3 Interação com outros agentes da comunidade.....	121
Figura 28.4 Escola para alunos NEE.....	122
Figura 28.5 Influência no espaço envolvente.....	122
Figura 28.6 Grau de satisfação com a Escola.....	122
Figura 28.7 Valência de espaços.....	122
Figura 29 Localização da Escola Básica de Lousa	123
Figura 30 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	125
Figura 30.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Lousa	126
Figura 30.2 Condições do edifício.....	127
Figura 30.3 Condições do logradouro.....	127
Figura 30.4 Interação com outros agentes da comunidade.....	127
Figura 30.5 Escola para alunos NEE.....	127
Figura 30.6 Grau de satisfação com a Escola.....	128
Figura 30.7 Manutenção da JF e da CML.....	128
Figura 31 Localização da Escola Básica da Murteira.....	129
Figura 32 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	130
Figura 32.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica da Murteira.....	131
Figura 33 Localização do Jardim de Infância de Salemas.....	133
Figura 34 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	134
Figura 34.1 Condições do edifício.....	135
Figura 34.2 Condições do logradouro.....	135
Figura 34.3 Interação com outros agentes da comunidade.....	136
Figura 34.4 Escola para alunos NEE.....	136
Figura 34.5 Influência no espaço envolvente.....	136
Figura 35 Localização da Escola Básica do Tojalinho.....	137
Figura 36 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	138
Figura 36.1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica do Tojalinho.....	139
Figura 37 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	141
Figura 38 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	141
Figura 39 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	143
Figura 40 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	144
Figura 41 Evolução do número de alunos inscritos, por ano letivo.....	144

Lista de abreviaturas

AEC- Atividades de enriquecimento curricular

AFD – Atividade Física Desportiva

A.O. – Assistentes operacionais

APEE- Associação de pais e encarregados de educação

ASE- Ação social escolar

ATL- Atividades de tempos livres

CAF- Componente de apoio à família

CML- Câmara Municipal de Loures

DGS- Direção Geral de Saúde

DREL- Direção regional de educação de Lisboa

EB1- Escola básica com 1º ciclo

EB1/JI- Escola básica de 1º ciclo com jardim de infância

GNR- Guarda Nacional Republicana

NEE- Necessidades educativas especiais

JF- Junta de Freguesia

JI- Jardim de infância

PSP- Policia de Segurança Publica

SPC- Serviço de Proteção Civil

TIC- Tecnologias de informação e comunicação

USF- Unidade de Saúde Familiar

Introdução

A presente dissertação com o título " Impactos da Reabilitação no Parque Escolar Caso de estudo: Agrupamento de Escolas nº1 de Loures" está inserida no plano de estudos do Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

A escolha do tema para objeto de estudo desta dissertação, prende-se com diversos fatores: o primeiro, reflete a componente profissional e projeta a minha ligação e gosto pelo sector da Educação, pela importância e dinâmicas que imprime na sociedade que se pretende cada vez mais qualificada e capaz de responder aos desafios da sociedade. O acesso à Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também no desenvolvimento individual. Por meio da Educação, é possível promover o desenvolvimento social, económico e cultural. O direito a uma Educação de qualidade assegura o conhecimento e cumprimento de outros direitos.

Em segundo, porque a Reabilitação Urbana é um tema central da política de cidades e, portanto, muito relevante para entender os processos e intervenções, neste caso, de promoção do parque escolar e como eles contribuem para a promoção da melhoria das condições de funcionalidade, da integração de atividades, da eficiência energética, da qualidade estética do espaço escolar, etc.

Esta dissertação procura assim compreender de que forma a reabilitação do parque escolar contribui para qualificar as condições de aprendizagem e apropriação/vivência no ambiente da comunidade escolar (1º objetivo). E especificamente, ao nível do entorno urbano, se a reabilitação do parque escolar contribui para a requalificação urbana e para a valorização da qualidade de vida nesse meio urbano (2º objetivo).

Posteriormente, examinar-se-á como o resultado destas operações influenciou ou condicionou a estratégia e ação futura de cada território educativo desenhado pela CML (3º objetivo).

Eslege-se o Município de Loures como o território-alvo deste estudo, pois espelha uma profunda diversidade cultural, o que *à priori* proporciona um desafio à coesão social e à multiculturalidade, desafio no qual, a comunidade escolar é um dos "atores" principais.

Para estudar os impactos da reabilitação do parque escolar em Loures, escolhi o Agrupamento de Escolas nº1 de Loures, que contempla um universo de 13 escolas organizadas da seguinte maneira: uma escola exclusivamente com pré-escolar, três escolas unicamente com 1º ciclo, oito escolas com pré-escolar e 1º ciclo a funcionar simultaneamente, e uma escola com 2º e 3º ciclo, nomeada como escola sede deste agrupamento

escolar. De referir que grande parte das escolas agregadas do pré-escolar ao 1º ciclo foram objeto de intervenções (remodelações /novas construções /ampliações).

Para um entendimento mais completo do conteúdo desta dissertação é necessário compreender o princípio da oferta de uma educação pública transversal às diversas classes sociais como um pilar básico do Estado-social no contexto do pós-25 de abril de 1974. A Constituição da República de 2 de abril de 1976 estabeleceu o princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. O cumprimento desta legislação é um desafio, principalmente em alguns Municípios da periferia das áreas metropolitanas, onde a diversidade cultural impera. Além disso, parte das escolas em estudo estão em áreas do Município cuja envolvente, no que diz respeito à ocupação do solo, se caracteriza por uma baixa densidade urbana (terrenos expectantes, urbanizações dispersas), mas apresenta uma forte fragmentação. Neste território, a Administração local (o executivo municipal) intervencionou grande parte das escolas do pré-escolar e 1º ciclo, ao mesmo tempo que o Estado criou a figura de Agrupamentos de Escolas e introduziu as atividades de enriquecimento curricular.

Assim sendo, desde o princípio da década de 2000 que os sucessivos executivos do Município de Loures, tentaram apostar em melhores condições das escolas e estimularam modelos de educação fomentado em cidadãos mais preparados para o futuro.

Para dar início ao processo de elaboração do presente documento foi preciso formular uma questão de investigação que se propõe corroborar/ testar, através de uma metodologia que será mais à frente apresentada. Assim:

“Os programas de reabilitação urbana do Parque Escolar tornaram o Agrupamento de Escolas nº1 de Loures mais qualificado, estruturado e coeso?”

A questão supracitada foi estruturada com o objetivo de compreender as intervenções planeadas que os complexos escolares do agrupamento nº 1 de Loures foram alvo, bem como perceber se contribuíram para a educação/formação escolar chegar a mais jovens do Município de Loures (qualificado). Relativamente ao conceito de estruturado é necessário percebê-lo como mais organizado ou desenvolvido, por fim, relativamente ao conceito coeso, pretende-se compreendê-lo de que forma estas intervenções foram promotoras de “união” social.

Na presente dissertação, será possível primeiramente tomar contacto com um enquadramento histórico da evolução dos Municípios em Portugal e da função dos mesmos, desde a sua formação até à atualidade. De seguida são apresentados Decretos-Lei que sustentam as diferentes competências dos Municípios e a função dos mesmos nas políticas de educação e nos equipamentos escolares.

Segue-se uma análise multiescalar da área em estudo, primeiro relativa ao Município de Loures, dando conhecimento de informação estatística relacionada com o tema em estudo e com a questão de investigação, sendo também possível nesta etapa contactar com a história do Município e com a sua evolução administrativa ao longo do tempo. De seguida apresentar-se-ão as características das freguesias afetas ao Agrupamento de escolas que serve de objeto de estudo à presente dissertação, podendo assim observar-se a evolução da respetiva população (freguesia de Loures, Fanhões e Lousa).

Será apresentada a Carta Educativa do Município de Loures criada pelo Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e reforçada pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro (n.º 1 do art.º 19º) onde é possível observar a caracterização dos diferentes territórios educativos afetos a este Município, as dinâmicas e os seus défices. Posteriormente será feita uma apresentação mais pormenorizada do Agrupamento de escolas nº1 de Loures, apresentando a sua missão e o projeto educativo a que se propõe, fazendo um levantamento das situações que representam uma maior preocupação para a direção do agrupamento e as estratégias para combater essa realidade menos abonatória.

Serão também apresentadas as condições em que se encontram os equipamentos educativos intervencionados (a montante das intervenções) evidenciando assim a deficiência constatada pelas entidades envolvidas (direção da escola, departamento de obras municipais da Câmara Municipal de Loures, autoridade de saúde, entre outras) e a solução efetuada promovida pela CML.

Para compreender se as operações de reabilitação atingiram, total ou parcialmente, os seus objetivos e realizações do respetivo plano de intervenções do programa contratualizado foi necessário recorrer a uma matriz onde estão contempladas a dimensão estrutural e dimensão pedagógica (sendo que cada uma delas está sustentada em diversos indicadores). Outro instrumento que ajudou à avaliação da escola foram os inquéritos dirigidos à comunidade escolar: docentes (onde se encontra obviamente incluído o coordenador de cada escola intervencionada) e encarregados de educação, uma vez que o universo de estudo inclui escolas do 1º ciclo.

Foi ainda efetuada uma recolha de informação estatística referente à área em estudo e uma leitura documental e bibliográfica, para compreender a oferta de um modelo de educação pública como um pilar básico do Estado-social. Foi também efetuada uma atenta consulta de legislação sobre o tema para esclarecer os fundamentos das sucessivas reformas curriculares, dominar os documentos legais que regulam a transferência de competências educacionais de índole ministerial para competência municipal, assim como a legislação que cria a figura dos agrupamentos escolares, e ainda a que cria a figura do prolongamento (atividades enriquecimento curricular/ serviço de apoio à família).

O trabalho de campo efetuado teve como objetivo conhecer o ambiente das escolas intervencionadas deste agrupamento, de forma a adquirir uma perceção do espaço reabilitado para aferir a funcionalidade, a estética e o enquadramento paisagístico dos equipamentos que promovem a sua durabilidade, segurança, conforto, etc.

Foram ainda realizadas entrevistas e inquéritos às entidades que estiveram envolvidas neste processo de intervenção, ou seja, à atual vereação municipal (uma vez que a anterior não se mostrou disponível), para identificar a perceção ambiental e social dos utilizadores destes espaços renovados e suas atuais características. Neste contexto, revelou-se igualmente pertinente entrevistar um membro da direção do Agrupamento, assim como inquirir os encarregados de educação e o pessoal docente.

Com estes dados e juntamente com o trabalho de campo, que mais à frente se encontra devidamente explicado como este se desenvolveu, foi possível encontrar alguns indicadores do impacto da reabilitação na qualidade educativa e urbanística do Agrupamento em estudo.

Espero que este documento, contribua para medir os impactos das diferentes tipologias de intervenções e a repercussão das mesmas junto da opinião da comunidade educativa.

Capítulo 1

A educação como pilar do estado social

Neste capítulo dá-se a conhecer o percurso que a escolarização foi fazendo em Portugal, desde que tal conceito era uma utopia, até à atualidade, com os seus avanços e recuos.

Portugal sempre registou um atraso nas taxas de alfabetização, quando comparado com os países europeus; paralelamente o desafio de uma escola gratuita e universal reveste-se de elevada complexidade. O desenvolvimento destas políticas é fortemente condicionado por fatores ligados ao anterior regime político.

Em 1960, cerca 40% da população portuguesa era analfabeta e a frequência escolar concentrava-se nos primeiros anos de ensino. A taxa real de escolaridade ao nível do pré-escolar rondava 1%, já no 1º ciclo atingia os 80%, no 2º ciclo 8%, 6% no 3º ciclo e 1% no ensino secundário (GIPE/INE 2009). Ou seja, quando analisadas as nossas taxas de alfabetização num contexto internacional, rapidamente se concluía que estes valores eram extraordinariamente baixos. No decorrer desta época até à data, foi feito um esforço de construção de mais escolas, na colocação de um maior número de docentes e numa maior frequência do ensino por parte das crianças.

Por mais educação entende-se o aumento progressivo de recursos de diferente natureza, a fim de satisfazer os níveis cada vez mais altos de educação. O Estado passa a intervir no sistema de ensino através da rede escolar, da instituição e cumprimento da escolaridade obrigatória, da formação adequada dos docentes e da organização de uma administração educativa, apostando assim em mais educação. Porém, mais educação, por si só, não é suficiente para se criar um coeso e sustentado sistema de ensino.

Para tal, é preciso trabalhar também no sentido de uma melhor educação, mas este caminho e esta finalidade são por vezes demasiado abstratos e pouco consensuais. Todavia é mais ou menos consensual que uma melhor educação vai no sentido da formação de jovens para obter uma sociedade sustentada e com maior aptidão para contornar e ultrapassar os diferentes desafios que a vida contemporânea impõe. Exemplo disto mesmo, foi, no decorrer do processo de industrialização, ter havido a necessidade de se passar das competências básicas (ler, escrever e contar) para uma formação que permitisse o desempenho de funções de maior complexidade, formando assim técnicos com um maior grau de especialização, ou seja, o sistema de instrução foi obrigado a valorizar o ensino das ciências e das tecnologias.

Ao mesmo tempo, que se procura obter mais e melhor educação é necessário não esquecer uma educação com equidade. A equidade traz adjacientemente um grande e

complexo desafio, em que com uma maior entrada de crianças, que até então se encontravam excluídas do sistema de ensino (tendencialmente por pertencerem a uma classe social mais desfavorecida), é difícil manter o mesmo grau de exigência e rigor. Manter o grau de exigência pode ter um custo muito elevado, incómodo e impopular, que resulta na rejeição do ensino e posteriormente no abandono do mesmo por parte daqueles com família desestruturada e de pouco rendimento. O grande desafio da escola passa assim, para além da sua componente meramente formativa, por apostar numa componente de verdadeira convergência e socialização de toda a comunidade escolar, educando assim e procurando favorecer a cada um aquilo que necessita, adaptando o sistema para que dele todos possam usufruir.

Esta perspetiva é sustentada pelo sociólogo James Coleman (1989), que demonstrou, no caso americano, que o acesso massificado à educação não foi acompanhado de uma maior equidade, espelhando-se nas escolas as desigualdades sociais previamente existentes.

Como será possível constatar, o sistema de ensino em Portugal não teve um percurso fácil, uma vez que no governo da Ditadura Militar, tal como posteriormente no Estado Novo, os executivos irão implementar medidas para contornar os baixos índices de alfabetização da população portuguesa, mas ainda assim, a taxa de escolarização portuguesa, quando comparada com a dos outros países europeus, em 1950, permanecia com valores muito baixos.

Já no contexto pós 2ª guerra mundial (1939-1945), o ensino lecionado estimula *uma mobilidade social controlada baseada na valorização do capital escolar* (ROSAS et al., 1996; 287-288).

O regime do Estado Novo é marcado por duas políticas distintas. A primeira fase marcada pela instauração do regime liderado por António de Oliveira Salazar, onde era possível identificar a presença de um discurso fortemente influenciado pela carga ideológica e pela doutrina do regime. A segunda fase da narrativa adapta-se a uma nova orientação da política portuguesa, no contacto pós-guerra, que expôs as deficiências de Portugal em matéria de qualificação dos recursos humanos. Esta alteração da realidade refletiu-se no discurso político, passando o debate a concentrar-se na importância do combate ao analfabetismo e no prolongamento da escolaridade obrigatória. Tentando, deste modo, acompanhar a tendência dos países mais desenvolvidos nesta matéria.

Depois do 25 de abril de 1974 e até 1976, não só na educação mas num conjunto de políticas denota-se uma série de vicissitudes, já que nesta fase ocorrem uma sucessão de Governos provisórios, caracterizados por uma grande instabilidade social e política. Em 1970, 25,7% da população portuguesa ainda não sabia ler nem escrever (INE, 1970).

De 1976 a 1986, dá-se a “normalização” do sistema educativo, ou seja, pela mão do governo minoritário do Partido Socialista, devolve-se a ordem hierárquica nos estabelecimentos de ensino e nas salas de aula, assim como a revisão de certos programas e cursos, contrariando uma imagem de desmantelamento do sistema educativo num contexto “pós revolução”. A escola teria que constituir um espaço público de formação para todos os cidadãos em idade escolar, baseada nos valores da democracia, afastando-se assim da doutrina da fé na visão parcial e enviesada do Estado-Novo.

Com o afastamento da época revolucionária e a partir da instituição da Lei de Bases do Sistema de Educativo de 1986, começa a construção de legislação que promove a autonomia das escolas. Em 1981, a percentagem de analfabetos passa para 18,6% (INE, 1981). Com esta autonomia, dá-se a crescente delegação de competências e consequente municipalização da educação, a qual se tem assistido desde o começo do milénio, e que tem resultado num esforço quase exclusivo dos Municípios por tentar preservar e manter os edifícios escolares. Esforço este, nem sempre adequado e pouco atento às tendências demográficas das áreas de influência das escolas, mas também um esforço de dotar as escolas de recursos humanos que vão de encontro às necessidades dos discentes e das novas exigências educativas.

Um desafio intimamente ligado a esta transferência de competências é a preservação e reabilitação do parque escolar, sendo necessário definir tal conceito: ...*A Reabilitação é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. No geral envolve o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física* (Salgueiro, 1999:390).

Compreende-se que encastrar a educação universal e gratuita no Estado social é um objetivo muito ambicioso e que só conseguiu começar a ganhar forma após o 25 de abril de 1974, onde foi feita uma aposta mais intensivo nesta área, vendo este investimento como estratégico para o desenvolvimento do País.

Capítulo 2

Competências dos Municípios na educação

Nesta secção demonstra-se que existiam duas correntes com ideais opostos, uma ideológica que apoiava a criação dos Municípios e outra que defendia uma maior centralização de políticas; ambas as correntes sustentavam as suas decisões. Todavia a evolução do municipalismo está diretamente ligada com o sistema político, pelo que se apresentam os acervos legislativos que sustentaram a municipalização do ensino.

O setor da educação (entre outros) e a sua íntima ligação com a municipalização vem praticamente desde o fim da época medieval. Segundo Neto (1910:48) *Por municipalismo entendemos nós o conjunto de todas as organizações locais que têm como função administrar os interesses das respectivas circunscrições territoriais, mais ou menos determinadas, e segundo formas de indicação dos seus próprios habitantes. De municipalismo costuma igualmente designar-se a tendência para reconhecer ou instituir aquelas organizações.*

É desde dessa altura que se registam duas “correntes”, uma mais a favor da centralização e outra da descentralização. Todavia existem vários obstáculos, pois primeiramente coloca-se como central um problema de soberania: o Estado Liberal é por norma uniformizador, enquanto o Estado Absoluto, em determinados momentos, permite um certo grau de autonomia. Poderá parecer que existe aqui um contrassenso, no entanto, a autonomia regional promovida pelo Antigo Regime justifica-se se pensarmos nas dificuldades de comunicação, de transportes, e de gestão, bem como na ausência de poderes intermédios relevantes.

O Município poderia ser entendido como uma expressão inata de associativismo, já que as dimensões territoriais mais compactas e o menor número de recursos favoreciam a agremiação dos interesses comuns.

Com a revolução, em 1820, os Municípios viram reforçadas as suas funções na Educação. Segundo Capela (2000:29) *Na forma de lei de 11 de Junho de 1880, as câmaras para fazer face às despesas, na falta de receitas próprias a tal destinadas, são obrigadas a lançar um imposto especial para a instrução primária, directo ou indirecto, que poderão atingir o equivalente ao produto 15% adicionais às contribuições gerais directas do Estado.*

Já em 1878, com António Rodrigues Sampaio, se corporiza uma reforma administrativa descentralizadora, com alargamento das competências e autonomia municipais. Definindo-lhes como essencial domínio da sua intervenção, a tarefa da Instrução Pública, António Rodrigues Sampaio tinha afirmado que *Esta desgraça (refere-se à falta de escolas*

e de alunos) que, em assuntos de instrução nacional, é uma calamidade pública Esta declaração corporizou-se na construção de escolas, na criação e manutenção de cursos de alfabetização, na nomeação e remuneração de professores e na concessão de subsídios aos alunos.

Segundo Sousa Fernandes (1992:340-341) *A participação das Câmaras Municipais no financiamento do ensino primário dá-se promovendo o ensino infantil e a criação de um serviço de assistência escolar em cada município, que visava suprir as carências de base económica e sanitária da população estudantil originária das classes populares.*

Todavia, algumas destas competências não eram propriamente um dado novo, pois já anteriormente era dever das autarquias velar pela manutenção dos edifícios escolares e, fornecimento de equipamentos e materiais escolares. Porém, era com desagrado que as autarquias viam impressa esta diretiva, pois o fosso entre os meios disponíveis pelas autarquias (e até pelo Estado central) e as necessidades efetivas de meios e equipamentos eram abissais. Neste sentido, foram lançados impostos para a Instrução, cuja cobrança e administração seriam entregues às Câmaras Municipais. Contudo, segundo Capela (2000:31) *É que nem sempre os municípios aplicavam as verbas expressamente realizadas para o pagamento dos professores a tal fim, distribuindo-as muitas vezes por outras necessidades municipais. Utilizavam e desviavam, frequentes vezes, verbas com o geral protesto e prejuízo dos professores.*

Já na 1ª República (1910-1926), a educação escolar torna-se um objetivo primordial, uma vez que a educação daria um forte contributo para atingir e consolidar a democratização e modernização do país. Para esta visão, ganha pertinência a competência da educação dos Municípios pois como escreve Peixoto (1922:12):

A alta e patriótica missão que os municípios vêm desempenhando na administração local incita-os a enfrentarem com o maior ardor o magno problema do ensino popular, procurando reaver a sua administração a fim de continuarem a obra admirável da descentralização, concorrendo assim para que as crianças, os cidadãos de amanhã, aqueles que hão-de ser os defensores da Pátria e os dirigentes dos destinos da Nação, possam encontrar, durante a idade escolar, o auxílio de que carecem e a que têm direito; transformando o grande santuário da escola num centro propulsor do desenvolvimento e da riqueza da nossa nacionalidade.

O papel dos Municípios na educação nunca foi pacífico, sendo objeto de contestação em primeira linha por parte dos próprios Municípios, pela falta manifesta de recursos para sustentarem o sistema educativo, mas também por parte dos professores, por um lado, pelo conhecimento que tinham da situação

financeira das autarquias, e por outro, pelo receio da falta de pagamentos dos salários e das dependências políticas.

Independentemente deste jogo do local sobre o central, ou da sobreposição do central com o local, isto é, da maior ou menor importância da vida municipal, a intervenção das autarquias na educação era reduzida às contribuições a que estas estavam obrigadas e que eram impostas pelos diversos governos. O Estado nunca abriu mão e reservava para si todas as competências no domínio pedagógico, curricular e inspetivo. A superintendência administrativa da gestão dos edifícios escolares nunca fez parte das competências municipais.

Assim, e segundo Sousa Fernandes (1994:52), (...) *os municípios e os cidadãos tinham sobretudo deveres e não direitos educativos; o dever de mandar os filhos à escola, expressa na obrigatoriedade, no caso dos pais; e o dever de contribuir para as despesas educativas, no caso dos municípios.*

Embora a instrução fosse uma das prioridades dos republicanos, as necessidades financeiras das Câmaras Municipais não foram atenuadas no decorrer da 1.^a República, muito embora fosse um período áureo de reformas da administração autárquica.

Foi, em 1913, que se promulgou o Decreto- Lei nº 88, de 7 de agosto de 1913, que serve de base ao que viria a ser o Código Administrativo Republicano, composto por 198 artigos, organizados por 13 títulos. Esta lei servia para se proceder à adaptação de parte da legislação da administração local à mudança de regime e às promessas protagonizadas pelos defensores da República, regulando assim as competências da máquina administrativa como “gratuitas e obrigatórias”, declarando que os seus membros deveriam ser eleitos pelos cidadãos inscritos como eleitores nos respetivos círculos eleitorais, com a validade de três anos civis a partir do dia 2 de janeiro que se seguia à eleição ordinária.

1933 foi um ano importante no processo de implementação do Estado Novo. Este novo regime político caracteriza-se por defender uma grande centralidade, ideia que já era possível vislumbrar quando em 1928, António de Oliveira Salazar, na qualidade de responsável pela pasta das Finanças de Portugal, afirmou que para aceitar tal cargo, colocava a condição de toda e qualquer despesa a efetuar no âmbito do Orçamento de Estado e necessitava de um deferimento por parte do ministro das Finanças.

Esta centralidade era justificada, pois o Estado tinha a obrigação de evitar o individualismo económico e o coletivismo de uma determinada classe social de interesse ou

grupo. O Estado Novo era ao mesmo tempo autoritário (não totalitário), não havendo lugar para discutir ou debater a autoridade, mas com a certeza da necessidade de quase tudo centralizar (incluindo o poder de decisão) numa única e só pessoa.

Durante o Estado Novo, de acordo com César Oliveira (1996), o Município é parte da nação e, como tal, é absorvido pela sua unidade. Durante o período do Estado Novo, António de Oliveira Salazar, apostou na centralização, mantendo o peso do controlo das políticas locais sobre os professores e sob a responsabilidade do Município a reparação e conservação dos equipamentos educativos.

Mas, efetivamente, só com o novo poder municipal instalado no país, após o 25 de abril de 1974, dotado de mais competências e meios financeiros, é que foi possível ao Município intervir de novo mais ativamente nas tarefas da Instrução e Administração e dar-lhe mais amplo e profundo desenvolvimento.

Em 1984, é criada a Associação Nacional de Municípios Portugueses que, no seu II Congresso, em 1985, defende uma maior descentralização de competências para as autarquias. (Veneza, 1986)

Apesar do Governo ter proporcionado um vasto conjunto de atribuições e competências às autarquias, não coloca à sua disposição meios financeiros e técnicos suficientes à concretização das novas funções. Assim, a administração local continua a debater-se com a falta de recursos.

Segundo César Oliveira (1996) também em 1984 que o artigo 8 do Decreto-Lei 77/84 de 8 de março, atribui aos Municípios a realização de uma série de investimentos, dos quais se destacam na educação e ensino (centros e educação pré escolar e escola dos níveis de ensino básico, transportes escolares, etc.). Apesar de algumas escolas terem fechado devido às dinâmicas demográficas decrescentes, em 1994, eram da competência dos Municípios cerca de 10 000 equipamentos escolares, a maior parte num avançado estado de degradação e com um diminuto número de alunos.

A aprovação da Lei de Bases impõe nova orientação, ao estabelecer como princípios organizativos do sistema, a descentralização das estruturas e das ações educativas *de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes* (art.º 3.º, alínea g), bem como o desenvolvimento do espírito e da práti-

ca democráticas, *através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema educativo e na experiência pedagógica quotidiana* (art.º 3.º, alínea l).

A Lei de Bases é pouco específica quanto à participação das autarquias locais na realização destas orientações e poucos poderes atribuiu às mesmas. Nos seus princípios gerais da administração do sistema educativo determina-se que o sistema *deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico* (art.º 43.º, n.º 2). Relativamente à gestão dos equipamentos escolares, observa-se a expressão *integração comunitária* dos estabelecimentos e a *participação de todos os implicados no processo educativo*, sem se referir às autarquias locais (art.º 45.º).

A partir de 1987, dois elementos a designar pela Associação Nacional de Municípios, passaram a fazer parte de pleno direito do Conselho Nacional de Educação, Decreto-Lei n.º 31/87, de 3 de julho, artigo n.º 3.º alínea f).

O Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, que cria as escolas profissionais, veio permitir que as autarquias passassem a ter a possibilidade de serem promotoras de escolas profissionais (art.º 5.º), a par de outras instituições públicas ou privadas, colaborando desta forma na tentativa de capitalizar estruturas e recursos disponíveis, tendo em vista o desafio do desenvolvimento económico e social que é necessário promover e a elevação da qualificação dos recursos humanos locais.

Simultaneamente foram tomadas medidas para aproximar as autarquias locais, sobretudo os Municípios, da direção e do quotidiano das escolas. Foi o caso da inclusão de representantes das autarquias locais nos conselhos consultivos dos Conselhos Pedagógicos das Escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário (Despacho 8/SERE/89, de 3 de fevereiro) e nos conselhos de gestão dos fundos de conservação e manutenção das mesmas escolas (Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de outubro).

É em 1991, através do Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio, que é instituído o novo regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, onde as autarquias passam a estar representadas, pela primeira vez, num conselho de direção, mais propriamente, no Conselho de

Escola [art.º 9.º, n.º 1 alínea e)], órgão que por sua natureza define as linhas mestras de orientação da escola.

Citando Fernandes (2000:37) (...) *inicia-se (em 1996) uma fase de reconhecimento da natureza pública de intervenção municipal na educação modificando o paradigma da função do município de contribuinte líquido da educação escolar, para ser considerado como um parceiro.*

Uma vez realizada e avaliada a experiência de aplicação do modelo de gestão consignado no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio, importava aprovar um regime generalizável a todos os estabelecimentos públicos de educação e ensino que contemplasse o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo, no que se refere à gestão e à administração, não podendo estes estabelecimentos permanecer por mais tempo nas margens de uma autonomia que lhes era devida. A estratégia ensaiada para estes estabelecimentos, consistiu na constituição de Agrupamentos de Escolas, cuja iniciativa pode e deve decorrer de dinâmicas locais.

A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, Decreto-Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, traduz a ampliação da participação municipal num sector que já lhe pertencia, introduzindo-lhe uma inovação importante, ao permitir a criação de uma rede pública municipal de Jardins de Infância.

Surge já no final da década de 90, o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, visando *favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades*. Este decreto atribuiu aos Municípios várias competências, designadamente, na organização da oferta local e na direção dos estabelecimentos de educação e ensino.

Podemos afirmar sobre este regime de autonomia e gestão, que se trata de um quadro de referência flexível, alicerçado em princípios de democraticidade e de participação, onde todos os intervenientes colaboram na construção de soluções adequadas aos respetivos contextos.

Trata-se de um processo que é gradual e implica uma aprendizagem permanente e em equipa, já que envolve uma alteração das relações de poder entre os diferentes membros da comunidade. Não se trata de gerar consensos a todo o custo, mas o objetivo deve ser, sempre, o de negociar e partilhar a tomada de decisões.

O Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, delega competências educacionais dos órgãos municipais (art.º 19.º), já o Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, declara

participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei (art.º 64.º, nº 2, alínea g). Tratam-se de competências relacionadas com o planeamento, a gestão de equipamentos, a realização de investimentos e a organização de certos aspetos do sistema educativo local.

Quanto às freguesias, as suas competências educacionais próprias são ainda muito escassas, mas certas competências das Câmaras Municipais podem ser delegadas nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos entre as autarquias, devidamente autorizados pelas respetivas assembleias.

Citando *Fernandes (1999:174)*, *A transferência destas responsabilidades para as câmaras não oferece qualquer reserva da parte do governo. O mesmo não se pode dizer dos municípios que veem em alguns destes aparentes alargamentos de competências uma tentativa disfarçada de transferir encargos sem contrapartidas financeiras ou de poderes de gestão*. Assim, o Estado tende a assumir um papel mais periférico, parecendo conferir o papel central aos atores locais tradicionalmente periféricos.

Ainda neste capítulo é importante referir que com a entrada na então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, entram em vigor os Quadros Comunitários de Apoio que têm como objetivo primordial acelerar o grau de desenvolvimento de Portugal de forma a tornar-se mais competitivo e a apresentar níveis de desenvolvimento mais similares ao dos seus parceiros europeus. Assim sendo, e no âmbito do Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades (PRODAC), foram celebrados entre maio de 1988 e dezembro de 1990, 219 protocolos e contratos-programa para a construção de escolas do Ensino preparatório e Secundário que consistiram num investimento de 55 milhões de contos, aproximadamente 275 milhões de euros dos quais, 60 milhões de euros (12 milhões de contos) foram da responsabilidade das autarquias.

Também o Programa Operacional da Educação (PRODEP), tinha como prioridade a coesão económica e social à escala comunitária, ou seja, o crescimento da economia nacional em termos globais, relativamente ao objetivo de correção das desigualdades regionais em diversos setores incluindo na educação e formação profissional através da criação e dinamização de centros de formação e emprego, formação horizontal de ativos e em tecnologias de informação.

As Leis nº 159/99, de 14 de setembro, e 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime

jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das freguesias. A Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresenta-se como a primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das freguesias. Entretanto, em 2007 e em 2011 são feitas atualizações à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, relativamente às competências e regime jurídico das autarquias locais.

Com a massificação do ensino, transferiram-se para a escola problemas até aí resolvidos ou esquecidos pela sociedade: a segurança, a educação ecológica, a educação cívica, a formação profissional, a integração social, a ocupação dos tempos livres, etc. À escola foi e é pedida a resolução destes novos problemas que os tempos modernos favorecem e potenciam e que merecem ser questionados e objeto de resolução. A escola não enjeita estas novas responsabilidades, no entanto, é uma das muitas instituições com capacidade para os resolver, numa perspetiva de partilha de responsabilidades com outras entidades que se movimentam no mesmo espaço social gerador desses problemas. Por isso, é que hoje se fala em “Território Educativo”, em “partenariado” e em “comunidade educativa”.

Com este capítulo procurou-se dar a conhecer os avanços e recuos da formação dos Municípios. Compreender quem os defendia e quais os argumentos dos que ambicionavam um poder mais centralizador. Com o Estado Novo, as competências foram centralizadas a fim de racionalizar e não desperdiçar dinheiro público. Com o fim deste regime começou-se praticamente do zero a desenhar a utilidade e a função dos Municípios. Para tal, foram sendo criados instrumentos legais relativos às competências das autarquias, assistindo-se com o passar dos anos (desde 1974 à atualidade) ao aumento de proficiências destes organismos, nomeadamente ao nível da educação. Mais recentemente alguns programas europeus como o PRODAC e o PRODEP ajudaram os Municípios na construção de um setor mais equitativo e abrangente.

Assim sendo foi possível constatar o intensificar de legislação no sentido de procurar uma maior colaboração junto das autarquias locais, ao mesmo tempo que se promoveu a regulamentação e a pertinência da educação.

Capítulo 3

A evolução do ensino no contexto democrático

Neste capítulo é possível conhecer a reforma educativa em vigor aquando da alteração de Portugal para um Estado democrático. A primeira grande reforma da educação, após o 25 de abril de 1974, é a reforma de Veiga Simão no sistema educativo que surge para responder às novas necessidades de uma escola mais generalista com uma maior atratividade e que ao mesmo tempo convergisse com padrões europeus e com um mercado de trabalho mais competitivo e globalizado.

Portugal, quando vê alterada a sua situação política, enfrenta dois grandes constrangimentos ao nível do ensino. Primeiro uma oferta de escolas públicas extraordinariamente parca, e parte da rede escolar existente apresentava necessidades de intervenção; esta situação resulta de 40 anos de regime ditatorial e consequentemente do parco investimento realizado atendendo à ideologia do referido regime.

Estes anos ficaram marcados por conflitos sociais e debates ideológicos próprios de um período revolucionário; ainda assim, foi possível desenhar consensos quanto à importância da escolarização no desenvolvimento económico e na modernização de Portugal. Assim, a Escola derruba os muros e insere-se na Comunidade. Assiste-se a uma fase entusiástica, com a participação direta das populações, sendo de destacar algumas transformações importantes, sobretudo no que se refere às metas curriculares nos diferentes níveis de ensino.

Os quatro primeiros anos do ensino primário são organizados, a partir do curso de 1974-75, em fases com a duração de dois anos que funcionam em modo experimental.

A avaliação escolar passa a executar-se no fim de cada etapa, deixando de existir retenções no final do 1º e do 3º ano de escolaridade. Relativamente aos 5º e 6º anos, integrados no ensino obrigatório, foram organizados em três ramos (ciclo complementar primário, ensino preparatório direto e ensino preparatório TV). Todos os ramos têm o mesmo objetivo, o aumento da frequência de alunos, ainda que, muitos com carências económicas graves, e também o aproveitamento dos recursos existentes. Similarmente o ensino secundário passa por grandes alterações. Em 1975, foi criado o 1º ano do Curso Geral Unificado, constituído pelo 7º, 8º e 9º ano de escolaridade obrigatória, o Ensino Unificado, os objetivos e projetos da Direcção-Geral Permanente e a nova orientação da Direcção-Geral do Ensino Básico, dando um carácter progressista ao ensino que se torna interveniente e participativo. O Unificado dispunha ainda de um perfil vocacional constituído por um grupo de disciplinas optativas de carácter pré- vocacional.

No que concerne ao ensino superior, as principais modificações observam-se nas condições de acesso e nos planos curriculares. Em 1975 cria-se o Serviço Cívico Estudantil, ano vestibular de ingresso ao Ensino Superior, constituído por atividades de serviço à comunidade, com o objetivo de criar nos académicos hábitos de cariz social e inseridos num projeto global de reconstituição de Portugal. As universidades passam a dispor de autonomia pedagógica, científica e financeira. São facultados aos estudantes do ensino técnico profissional e do ensino médio condições de acesso ao ensino superior, do mesmo modo aos maiores de 25 anos e aos trabalhadores com uma atividade profissional comprovada de 5 anos. Os institutos industriais de ensino médio “transformam-se” em institutos superiores, com personalidade jurídica e autonomia administrativa.

Entre 1976-1986, surgem novas características, primeiramente, uma maior valorização dos aspetos curriculares, técnicos e profissionais, e depois foi perceptível que a massificação do sistema educativo pode criar efeitos perversos, nomeadamente em relação à qualidade do ensino lecionado e, por fim, o congelamento estrutural da economia nacional que condiciona as reformas do sistema.

Em 1986, dá-se a publicação do Decreto-Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de outubro). No que respeita ao ensino primário, elimina-se o regime de transição da primeira para a segunda fase de aprendizagem e são progressivamente extintos todos os cursos complementares do ensino preparatório, excetuando aqueles em regime de experiência pedagógica.

São consignados neste diploma o direito à educação e à cultura para todas as crianças, e alargada para 9 anos a escolaridade obrigatória. Garante-se a formação de todos os jovens para a vida ativa, o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades, a liberdade de aprender e ensinar, a formação de jovens e adultos que abandonaram o sistema (ensino recorrente) e a melhoria educativa de toda a população. O mesmo Decreto-Lei cria uma nova organização do sistema educativo, que compreende a educação pré-escolar, escolar e extraescolar. Esta última abrange atividades de alfabetização.

São igualmente introduzidos novos programas para vigorarem em 1978-1979. O cumprimento efetivo da escolaridade obrigatória é sustentado por várias medidas, de que são exemplo, a criação dos refeitórios, o suplemento alimentar, o alojamento, a alimentação, transporte escolar, e o serviço de ação social escolar.

Criam-se os 8º e 9º anos de escolaridade do Curso Geral Unificado. Relativamente ao Curso Complementar do Ensino Unificado seria estruturado em cinco áreas de estudos, que integram um tronco comum de disciplinas, uma componente de formação específica e outra de formação vocacional.

O Curso Complementar (10º e 11º anos de escolaridade), criado em 1978 na continuidade do curso geral, asseguraria uma formação vocacional na área pretendida, tendo em vista a continuação dos estudos. Em 1977, cria-se o Ano Propedêutico, que agrega cinco disciplinas, em que o português e uma língua estrangeira são de caráter obrigatório. É também, em 1977, que é criado o *numerus clausus*, que passará a fixar em cada ano o número máximo de alunos a admitir ao 1º ano de cada curso superior.

Em 1980, o Ano Propedêutico foi substituído pelo 12º Ano de Escolaridade, com o objetivo de criar o ciclo terminal do ensino secundário e de se transformar em ano vestibular para o ingresso no ensino superior. Esse ano foi estruturado em duas vias: a via de ensino, mais vocacionado para o ensino superior, ou via de cariz mais profissionalizante, que servirá de equivalência para o ingresso ao ensino superior Politécnico.

Em 1983, em resultado de carência de mão de obra qualificada e na sequência de uma política de emprego para os jovens, é promovida a criação de cursos técnico-profissionais, com a duração de 3 anos e após o 9º ano de escolaridade, que permitem o ingresso ao ensino superior no fim dos 3 anos.

Em 1983, dá-se a reestruturação do ensino artístico, através da remodelação do ensino da música, da dança, do teatro e do cinema.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, criou-se uma reforma curricular para o ensino básico e secundário a partir do ano letivo subsequente mas que só teve a sua plenitude com a realização dos primeiros exames nacionais no ensino secundário, em 1995/96, que permitiu não só à comunidade escolar, mas também à sociedade identificar um conjunto de problemas e insuficiências.

No ano letivo de 1996/97, a experiência entretanto adquirida, leva à construção de um documento que promove a alteração dos currículos do ensino básico que irá produzir um documento orientador para uma Reorganização Curricular que se irá viabilizar a partir dos anos 2001-2002 para o 1º e 2º ciclos, e de 2002-2003 para o 3º ciclo.

Segundo Simões (2005) é também na década de 1990 que surge o conceito de *escola básica integrada 1,2,3*, para assim reduzir custos, mas também para criar um percurso escolar com maior continuidade aos alunos que frequentem este tipo de equipamentos.

Capítulo 4

O Município de Loures

4.1- Enquadramento

A Área metropolitana de Lisboa (AML) é composta por 18 Municípios das NUTS III, Grande Lisboa e Península de Setúbal. É o segundo maior centro populacional do país (NUTS II), com 2 821 697 habitantes (INE, 2011), cerca de 20% da população portuguesa e 3% do território nacional. O Município de Loures pertence à Área Metropolitana de Lisboa (Figura 1). No ano letivo de 2006/2007, dispunha de uma rede de 3.024 equipamentos de ensino relativos aos níveis Pré-escolar, Básico e Secundário o que significou um acréscimo de 44 estabelecimentos comparativamente com 2002/2003, ano de referência do PROT-AML em vigor (Quadro 1).



Figura 1. Localização do Município de Loures no contexto da AML

Fonte: Câmara Municipal de Loures, DIG, 2004.

Segundo o PROT-AML, 2009, este acréscimo global esconde diferentes dinâmicas de criação e desaparecimento de equipamentos, segundo o nível de ensino. Enquanto os equipamentos de Educação Pré-escolar e de Ensino Secundário cresceram, respetivamente 8,5% e 28,2%, os equipamentos de Ensino Básico, em particular do 1º Ciclo, diminuíram cerca de 9%, tendo sido suprimidos 98 equipamentos escolares.

Quadro 1. Número de equipamentos por nível de ensino, por Município

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Grande Lisboa	901	744	202	262	155
Amadora	75	51	14	21	11
Cascais	96	86	22	27	18
Lisboa	283	215	82	100	75
Loures	78	74	17	25	10
Maia	33	59	6	7	3
Odivelas	42	38	12	18	9
Oeiras	75	48	13	18	11
Sintra	172	132	25	32	13
Vila Franca de Xira	47	41	11	14	5
Península de Setúbal	305	270	54	84	47
Alcochete	7	6	1	1	1
Almada	76	61	12	22	15
Barreiro	32	25	7	12	6
Moita	20	25	6	8	2
Montijo	25	23	2	4	3
Palmela	27	33	5	7	3
Seixal	60	45	10	15	8
Sesimbra	17	16	4	5	2
Setúbal	41	36	7	10	7
AML	1.206	1.014	256	346	202

Fonte: PROT-AML, 2009

No ano letivo 2006/2007, o número de estabelecimentos de ensino Pré-escolar por 1.000 habitantes com idade entre os 4 e os 5 anos era de 24,5 na Grande Lisboa e de 21,7 na Península de Setúbal. (PROT-AML, 2009)

A nível dos equipamentos sociais consta-se que a maioria dos concelhos da AML regista uma taxa de cobertura que não ultrapassa 1/3 da média nacional de 2006 (22,3%). (PROT-AML, 2009).

A análise das taxas de cobertura permite verificar a inexistência de uma correlação direta entre a oferta de equipamentos e a procura em termos de população-alvo.

Todavia e considerando o grande esforço nos últimos 20 anos em matéria de infraestrutura e de equipamentos não teve ainda o aproveitamento necessário para produzir os efeitos esperados. (Simões, 2005)

O Município de Loures nasce em 1886 devido à crescente importância económica que o mesmo possuía, por decreto real de 26 de julho e elevado a Concelho, integrando freguesias do entretanto extinto Município de Santa Maria dos Olivais.

Contudo, só a partir de 2 de janeiro de 1887, é que viria a iniciar a sua plena atividade, com a instalação do novo Concelho e eleição do seu primeiro presidente, Anselmo Braamcamp Freire.

O Município tem duas cidades, Loures (sede do Município) e Sacavém e ainda conta com importantes aglomerados populacionais como Bobadela, Santo António dos Cavaleiros, Camarate, entre outros.

Desde cedo, as condições ambientais proporcionaram a preferência de muitos monarcas e outros fidalgos para construírem as suas quintas e palacetes nestas terras. A parte mais a Norte do Município servia também de refúgio contra doenças e pestes.

O Município de Loures tem uma vocação de produtor e abastecedor de produtos hortícolas e vitivinícolas a Lisboa; é igualmente uma fonte de “recursos humanos” para toda a AML, com ênfase para o Município de Lisboa. Nele verifica-se um crescimento das atividades terciárias, muito embora a indústria transformadora ainda assuma relevância na estrutura económica deste, já que Loures foi um dos Municípios mais industrializados do distrito de Lisboa, registando-se uma presença forte de fábricas, de que são exemplo a fábrica da loiça de Sacavém, a Covina entre muitas outras indústrias que estiveram presentes na história de Loures. (Carta Educativa, 2006)

É também em Loures que se localiza parte importante dos sistemas de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos; Loures está portanto numa situação privilegiada em termos de acesso ao mais importante mercado do país, o que permite à grande maioria das empresas sediadas no concelho, o escoamento dos seus produtos (35% da produção é vendida no Mercado Municipal, sendo os restantes 65% canalizados para mercados exteriores ao Município).

Segundo o INE, o Município de Loures tem 167,24 km² de área e 199 494 habitantes, de acordo com os dados de 2013.

Ao longo da sua existência, o Município de Loures apresentou uma evolução demográfica (Quadro 2) crescente até à década de 90, estagnando a partir de então.

Quadro 2. Evolução demográfica no Município de Loures

1900	1911	1920	1930	1940	1950
21 454	25 430	25 831	29 101	35 060	50 440
1960	1970	1981	1991	2001	2011
102 124	166 167	276 467	322 158	199 059	205 054

Fonte: CML 2011

O Município é limitado a norte pelo Município de Arruda dos Vinhos, a leste pelo Município Vila Franca de Xira e pelo estuário do Tejo a sudeste pelo Município de Lisboa, a sudoeste pelo Município de Odivelas, a oeste pelo Município de Sintra e a noroeste pelo Município de Mafra (Figura 1).

4.2- Caracterização

Na década de 1980, a evolução da AML levou à criação das freguesias da Pontinha, Portela, Bobadela, Famões, Olival de Basto, Prior Velho, Santo António dos Cavaleiros e Ramada, passando o Concelho de Loures a ser constituído por 25 freguesias.

Em 1997, foi alterado o limite entre as freguesias de Santo António dos Cavaleiros e da Póvoa de Santo Adrião e, em 1998, decorrente da criação do Município de Odivelas, o Concelho de Loures passa a ser constituído por apenas 18 freguesias: Apelação, Bobadela, Bucelas, Camarate, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria de Azóia, Santo Antão do Tojal, Santo António dos Cavaleiros, São João da Talha, São Julião do Tojal e Unhos. Esta reorganização administrativa manteve-se em vigor até ao ano de 2013.

Na atualidade, o Município de Loures é constituído por 10 freguesias, como se pode observar na figura 2 (Moscavide e Portela, Sacavém e Prior Velho, Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela, Camarate, Unhos e Apelação, Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Santo Antão e São Julião do Tojal, Loures, Lousa, Fanhões e Bucelas).



Figura 2. Organização administrativa do Município de Loures

Fonte: CML

O Município de Loures contempla duas partes distintas, na Zona Oriental constata-se maior densidade de edifícios para habitação mas também uma forte presença de edifícios industriais, o que se explica pelo facto desta zona do Município fazer fronteira com o rio Tejo, sendo este um meio de comunicação muito apetecível pela indústria no século passado, devido à proximidade de Lisboa e pela presença da cidade de Sacavém com uma forte história de cultura operária.

A Zona Norte do Município apresenta uma vocação para a exploração agrícola resultante da presença de recursos hídricos e da fertilidade dos solos, tendo sido o principal meio de sustento da grande maioria da população, até meados do século XX.

Atualmente, o Município de Loures apresenta-se estruturado em três grandes áreas distintas: rural, como referido, para Norte, compreendendo as freguesias de Lousa, Fanhões, Bucelas, Santo Antão e São Julião do Tojal; urbana, a Sul que compreende as freguesias de Loures e Santo António dos Cavaleiros e Frielas; e a industrializada, a Oriente abrangendo as freguesias de Camarate Unhos e Apelação, Moscavide e Portela, Sacavém e Prior Velho e Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.

O Município em estudo apresenta duas centralidades, Sacavém, elevada a cidade a 4 de junho de 1997, conta com 4,08 km² de área e 18 469 habitantes, segundo os dados de 2011. Em meados do século XX, grandes obras como o Aeroporto de Lisboa, o troço inicial da Autoestrada do Norte, ou da Estrada Nacional 10 favoreceram ainda mais a fixação, não só de novas indústrias, como também de população. Sacavém aumentou consideravelmente os seus habitantes, e entre 1950 e 1970, a população residente quadruplicou. A ela associada, a explosão urbanística, que se pautou pela construção desregrada e, muitas vezes, desqualificadora do meio envolvente.

Com a parte oriental do seu território integrada na zona de intervenção da EXPO 98, viu aqui ser instalado o Parque Tejo, assim como os acessos à Ponte Vasco da Gama, inaugurada em março de 1998, ligando Sacavém ao Montijo, e ainda vários novos acessos viários, como a Cintura Rodoviária Interna de Lisboa (CRIL), ou a Variante à Estrada Nacional 10, que muito contribuíram para um mais fácil escoamento do trânsito desta região.

A outra centralidade do Município é a cidade de Loures, que é a sede do Município, elevada a cidade em 9 de agosto de 1990. Esta centralidade, ao contrário de Sacavém, esteve menos dependente das grandes obras, tendo uma maior ligação com o setor agrícola que foi protagonizado na zona Norte do Município

Assim sendo não é de estranhar que se assista a uma maior concentração das áreas urbanas na zona Oriental do Município que se desenvolve paralelamente ao rio Tejo. Por sua vez, na zona Norte assiste-se a uma distribuição mais dispersa e menos densa (Figura 3).

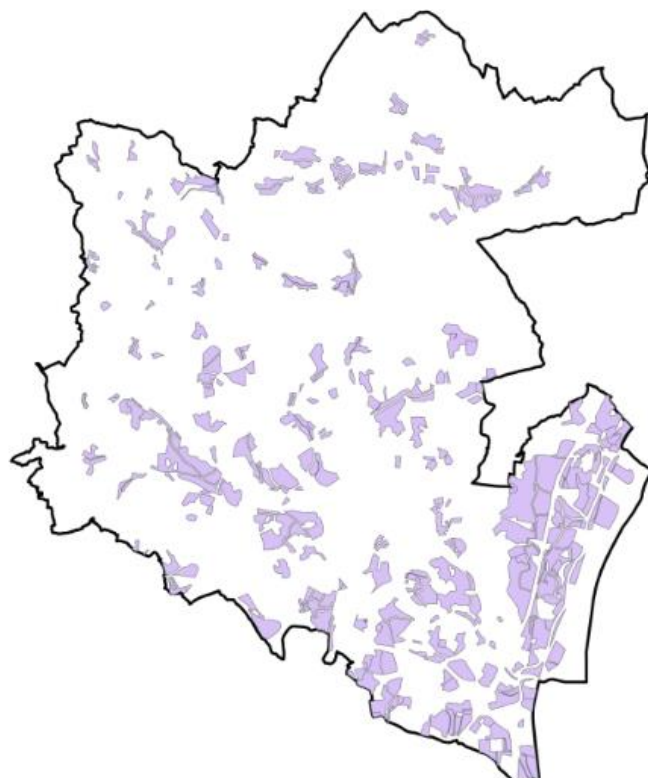


Figura 3. Perímetro urbano no Município de Loures

Fonte: Câmara Municipal de Loures, 2015

Após a análise da figura 4, que representa a densidade populacional em todo o Município por freguesias, verificamos que as freguesias em estudo dispõem de densidades populacionais diversificadas. Em Fanhões e Lousa (mais a Norte do Município) ela é muito baixa (141 a 300 habitantes por km²); a freguesia de Loures apresenta uma densidade alta (301 a 800 habitantes por km²). Esta discrepância de valores na densidade populacional, deve-se ao facto das freguesias localizadas no Norte do Município estarem localizadas numa área rústica onde a pressão urbanística e populacional não é tão forte e as populações se distribuírem de uma forma mais dispersa. Situação contrária encontra-se na localidade de Santo António dos Cavaleiros e nas freguesias localizadas na área oriental do Município, evidenciando a maior proximidade de Lisboa e dos eixos viários que servem a capital e os Municípios vizinhos.

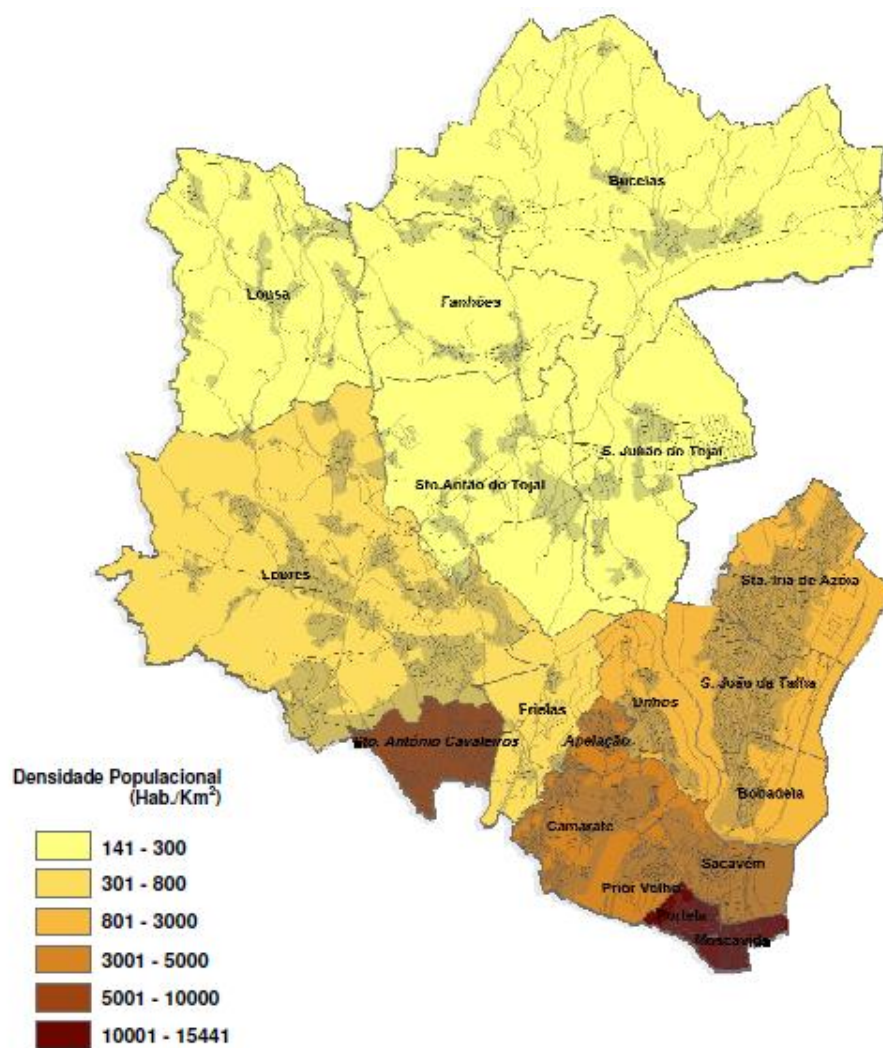


Figura 4. Densidade Populacional no Município de Loures

Fonte: Câmara Municipal de Loures, 2007

O agrupamento de escolas nº1 de Loures, que mais adiante vai ser apresentado e que serve de objeto de estudo à presente dissertação, encontra-se presente em 3 freguesias deste Município: Loures, Lousa e Fanhões.

A freguesia de Loures (Figura 5) possui 32,82 km² de área e 27 362 habitantes (2011). Densidade demográfica: 833,7 hab/km².



Figura 5. Localização da freguesia de Loures

Fonte: Jorge Candeias (2004)

A freguesia de Loures inclui as povoações de A-dos-Calvos, A-dos-Cãos, Barro, Bolores, Botica, Fanqueiro, Fonte Santa, Guerreiros, Infantado, Lagariça, Loures, Mealhada, Migarrinhos, Moninhos, Montemor, Murteira, Pai Joanes, Palhais, Pinheiro de Loures, Ponte de Lousa (que partilha com a freguesia de Lousa), Quinta Nova de São Roque, São Sebastião de Guerreiros, Sete Casas, Tojalinho e Torre Trotes.

A freguesia de Loures revelou um forte crescimento demográfico a partir da década de 90 (Quadro 3).

Quadro 3. Evolução demográfica na freguesia de Loures

1900	1911	1920	1930	1940	1950
4 829	5 119	4 428	4 781	5 013	6 089
1960	1970	1981	1991	2001	2011
7 623	13 736	32 874	19 636	24 237	27 362

Fonte: CML 2011

Com menos habitantes do que a freguesia que serve de sede do Município, a freguesia de Lousa (Figura 6) contempla 16,52 km² de área, 3 169 habitantes (2011) e uma densidade demográfica: 191,8 hab/km².



Figura 6 Localização da freguesia de Lousa

Fonte: Jorge Candeias (2004)

Nesta freguesia estão inseridas as freguesias de Freixeira, Fontelas, Lousa, Montachique, Ponte de Lousa (que partilha com Loures), Cabeço de Montachique, Carcavelos, Carrasqueira, Carrascal, Casais do Forno, Salemas, Tocalos, Torneiro e Torre Pequena. Ao longo da sua existência, Lousa apresentou uma evolução demográfica (Quadro 4) onde se denota um crescimento muito modesto, sendo a agricultura a atividade económica dominante. (Carta Educativa de Loures)

Quadro 4. Evolução demográfica na freguesia de Lousa

1900	1911	1920	1930	1940	1950
1 647	1 732	1 681	1 798	2 024	2 289
1960	1970	1981	1991	2001	2011
2 439	2 595	3 315	3 164	3 419	3 169

Fonte: CML 2011

A última freguesia em análise é a freguesia de Fanhões (Figura 7) que conta com 11,63 km² de área, 2 801 habitantes (2011) e uma densidade demográfica de 240,8 hab/km².



Figura 7 Localização da Freguesia de Fanhões

Fonte: Jorge Candeias (2004)

Nesta freguesia situam-se as localidades de Casaínhos, Fanhões, Ribas de Baixo, Ribas de Cima e Torre da Besoeira.

Situada na zona Norte, a freguesia de Fanhões apresenta uma evolução demográfica (em habitantes) também muito modesta, sendo um território caracterizado pela sua riqueza florestal.

Quadro 5 Evolução demográfica na freguesia de Fanhões

1900	1911	1920	1930	1940	1950
1 840	1 745	1 661	1 687	1 759	1 976
1960	1970	1981	1991	2001	2011
1 865	2 134	2 559	2 690	2 698	2 801

Fonte: CML 2011

Capítulo 5 Instrumentos de Gestão do Território Educativo de Loures

5.1- A Carta Educativa

A publicação da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, atribui às autarquias a responsabilidade de elaboração da Carta Educativa, reforçada pelo DL nº 7/2003, de 15 de janeiro (n.º 1 do art.º 19º). A Carta Educativa consiste num instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo estabelecido por lei, dos edifícios, equipamentos e recursos educativos municipais, visando a sua melhor utilização no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada autarquia. Este enquadramento faz sentido atendendo à ligação de proximidade, que de forma natural, se constrói entre a população e a administração local, e a sucessiva transferência de competências para os Municípios no que se refere à educação, são fatores que fazem com que estes se constituam como interlocutores privilegiados na participação e gestão dos sistemas educativos locais.

A Carta Educativa visa criar propostas baseadas numa conceção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados; numa visão da realidade, delineada num cenário de evolução construído a partir de análises globais e qualitativas; e numa programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos.

A Carta Educativa do Município de Loures, datada de 2006 divide o Município em Territórios Educativos. O Território Educativo é definido como um espaço geográfico onde se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória (à época, até ao 9º ano). Deve ser provido em boas circunstâncias, por um conjunto de instalações de educação pré-escolar e de ensino básico interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de uso e administração de recursos físicos indo de encontro às especificidades da população, dando assim um contributo para que essas escolas “articuladas” disponham de um maior apoio pedagógico. O Território Educativo contempla assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico, possibilitando atenuar as disparidades existentes sobretudo em áreas de maior isolamento. Na nova lógica da rede escolar assumem especial importância a Escola Básica Integrada (EBI-I 1º, 2º e 3º ciclos) e a EBI com Jardim de Infância (EBI/JI),

A delimitação dos territórios educativos, foi desenvolvida em determinados pressupostos, todavia nem sempre foi possível desenhar um Território Educativo que respondesse em pleno aos seguintes critérios:

- *Características fisiográficas do território e principais barreiras e acessibilidades;*
- *Configuração do Parque de Equipamentos escolares existente;*

- *Cobertura da potencial população escolar;*
- *Densidade da ocupação populacional;*
- *Dinâmica educativa e especificidades locais desta;*
- *Limites administrativos e Sistemas Urbanos Hierárquicos consagrados no PDM;*
- *Instrumentos Urbanísticos em vigor ou fase adiantada de elaboração (PMOT'S)*
- *Reorganização das áreas de drenagem da População Escolar de forma a rentabilizar a Rede;*
- *Dimensão otimizada para a gestão pedagógica, de um Território Educativo, que em termos de população escolar servida situa-se na ordem de 700 alunos/crianças.*

5.1.1- Objetivos

Assumem-se como objetivos específicos dos Territórios Educativos (Carta Educativa de Loures, 2006):

- *Garantir a oferta pública da educação pré-escolar e ensino básico;*
- *Favorecer a aproximação dos vários ciclos de ensino através de uma visão integrada e articulada da escolaridade;*
- *Promover a aproximação da Escola ao Meio;*
- *Criar condições que favoreçam a ligação da Escola à vida;*
- *Integrar progressivamente as políticas educativas numa articulação da vivência das Escolas com a Comunidade;*
- *Contribuir para a melhoria do ambiente educativo e a qualidade de aprendizagem;*
- *Contribuir para o funcionamento integrado dos diversos equipamentos coletivos presentes no território*

A Carta Educativa de Loures foca-se nos seguintes objetivos. (CML,2006):

- *Na Requalificação da Rede de Equipamentos Educativos do Município de Loures criando condições para uma resposta que traduza uma adequação às especificidades do território e da população do Município.*

- *Na Promoção de uma integração vertical dos diversos níveis educativos de forma a garantir a sequencialidade do processo ensino-aprendizagem da educação pré-escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico.*
- *Na Adequação dos equipamentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico à população do Município.*
- *Reorganização das áreas de drenagem da População Escolar de forma a rentabilizar a Rede Educativa.*
- *Na criação de uma proposta de programação da Rede Educativa para o horizonte da Carta Educativa (2015).*
- *Na Programação dos Equipamentos Educativos necessários para que os alunos que se encontram a frequentar os Estabelecimentos de Ensino tenham a oferta adequada às suas necessidades educativas e sociais.*

Relativamente aos equipamentos já existentes mas que carecem de intervenção foi proposto dar a seguinte resposta (Carta Educativa de Loures, 2006) :

- Redução do número de turmas adequando ao valor médio de m²/aluno;
- Ampliação do número de salas/turmas adequando ao valor médio de m²/aluno;
- Transformação das tipologias em EB1/JI ou EBI (quando possível);
- Melhoria das respostas através da criação de cozinha, refeitório, ginásio, balneários, ATL's, polivalente, polidesportivo, logradouro coberto e descoberto e bibliotecas.

Ou então proceder a desativações quando o estado de conservação não permite a sua melhoria, ou quando se trata de um equipamento com instalações provisórias, quando a sua localização se revela desadequada e sem recurso a infraestruturação básica, ou tratando-se de equipamentos escolares unitários ou tendencialmente unitários.

Neste sentido, foram encontradas sinergias entre os fatores educacionais, urbanos e culturais resolvidos numa organização Educativa/Territorial distribuída por 34 Territórios Educativos de Loures.

Nesta proposta de reordenamento não foram contempladas as unidades de Ensino Secundário nem o Ensino Profissionalizante. Tal deve-se à priorização do objetivo definido na Carta Educativa, seguindo orientação da política da tutela de criar um mecanismo que salvguarde o respeito pela cobertura aproximada dos 100% do Ensino Básico, como escolaridade obrigatória e, de 90% na Educação Pré-Escolar como meta a prosseguir.

Foi necessário criar uma lista de prioridades assente em critérios de avaliação da reposta da rede e em critérios específicos, e relativamente aos critérios de avaliação da reposta da rede: (Carta Educativa CML, 2006)

- Saldo inicial fortemente negativo.
- Situações de rutura da rede.
- Percentagem de cobertura da Rede de Ensino face às necessidades.

Relativamente aos critérios de carácter específico:

- Especificidades locais (ex.: distribuição geográfica da resposta, características socioeconómicas da população).
- Situações de resposta inadequada que agravam o défice potencial.

No quadro 6 que se segue, é possível observar que em 2001, era nas faixas etárias dos 6 aos 9 anos e dos 15 aos 17, que se encontrava a maior parte da população residente em idade escolar (21,9% e 19%, respetivamente).

Quadro 6. População escolar por escalão etário

	2001	%	2015*	%
3-5	5998	15,8	6956	16,4
6-9	8298	21,9	9797	23,1
10-11	4236	11,2	4944	11,7
12-14	6450	17,0	7552	17,8
15-17	7190	19,0	7653	18,1
18-19	5763	15,2	5457	12,9
Município	37935	100,0	42359	100,0

Fonte: Carta Educativa da CML, 2006

*Estimativa da população escolar por escalão etário para o ano de 2015,

segundo a Carta Educativa do Município de Loures

No quadro 7, é possível observar a previsão de investimento atendendo ao estado de conservação e ao plano de execução em 2005. Verifica-se que a maioria dos investimentos se concentram na construção de raiz e na remodelação onde é necessária ampliação de área.

Quadro 7. Previsão de investimentos no parque escolar do Município de Loures

Origem dos Investimentos	Valor em €
Investimentos municipais de construção de raiz	65.490.830.00 €
Investimentos de remodelação onde é necessária ampliação de área	30.636.500.00 €
Investimentos de melhoria de resposta sobre o Parque Escolar existente	6.057.215.77 €
Investimento de remodelação onde não é necessária a ampliação de área	1.155.250.00 €
TOTAL DE INVESTIMENTO MUNICIPAL:	103.339.795.77 €

Fonte: Câmara Municipal de Loures, 2006

É importante referir que aquando da elaboração da Carta Educativa, o Município de Loures tinha esgotada a capacidade de endividamento para realizar investimento público de reformulação da rede. Assim, “fechada” esta alternativa para concretizar o plano proposto, foram explorados procedimentos de concertação e reajustamento orçamental, assim como foram exploradas outras vias possíveis de financiamento, com recurso a cativação de verbas disponíveis ou potenciais do Orçamento Municipal; do Orçamento do Estado, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC); dos Fundos Comunitários e do Sector Privado e Cooperativo (para o pré-escolar).

Na figura 8 é possível observar a divisão do Município em Territórios Educativos (SN corresponde ao sistema Norte e SOR corresponde ao sistema Oriental):



48

O agrupamento de escolas nº1 de Loures, está presente no designado Sistema Norte do Município (SN) e encontra-se distribuído pelos territórios educativos de SN1- Lousa, SN 2 – Fanhões (à época designado por agrupamento de escolas de Fanhões), SN 5- Malha Pão, SN 6- Pinheiro de Loures e SN 7- Loures.

Quadro 8. Capacidade em percentagem dos equipamentos antes e após as intervenções propostas por nível de ensino nos Territórios do Sistema Norte (SN) do Município

Territórios educativos	Níveis de escolaridade			
	Pré-escolar		1º ciclo	
	Antes	Após	Antes	Após
SN1	108%	108%	148%	185%
SN2	103%	103%	141%	125%
SN5	45%	89%	94%	125%
SN6	13%	75%	86%	95%
SN7	25%	92%	74%	103%

Fonte: Informação baseada na Carta Educativa CML, 2006

Com a elaboração do quadro 8, é possível observar a capacidade de resposta que cada um dos Territórios Educativos dava antes e depois das intervenções, e atendendo ao nível de ensino. É perceptível que é no Pré-Escolar que são efetuadas as grandes alterações nos SN 5 a 7, onde se verificavam as maiores carências. No que respeita ao 1º ciclo, todos os sistemas foram intervencionados.

A presente caracterização tem por base a Carta Educativa de Loures datada de 2006, mas apenas são objeto de análise os territórios educativos que se encontram inseridos no Agrupamento de Escolas nº1 de Loures.

No que concerne ao SN1 (Lousa), este Território Educativo caracteriza-se por zonas de encosta superior e zonas de encosta média com vertentes de menor altitude, caracterizadas por espaços florestais e agrícolas, sendo a ocupação urbana limitada à existência de alguns núcleos populacionais distribuídos ao longo das vias de comunicação rodoviária, onde se encontram e desenvolvem os principais aglomerados desta freguesia.

Nesta área predominam as áreas de Reserva Ecológica Nacional, a Norte e a Oeste de Lousa e a Reserva Agrícola Nacional a leste do aglomerado principal.

Verifica-se a inexistência de escolas a partir do 1º ciclo, por isso, quando os discentes terminam o 4º ano de escolaridade tem que se dirigir maioritariamente para as escolas localizadas na cidade de Loures.

Existiam na freguesia de Lousa 4 salas de pré-escolar, distribuídas por 3 jardins de infância com 88 crianças inscritas que, atendendo a presença de alunos com necessidade educativas especiais (NEE), se encontravam lotados no ano letivo 2004/2005.

Ao nível do 1º ciclo existiam oito salas distribuídas pelas quatro escolas de 1º ciclo, com capacidade para 192 alunos, o que representava uma ocupação de 63%.

Foi proposta a construção de uma escola EB23 com 10 turmas, que seria a escola sede, e uma EB 1/JI, com 1 sala de pré-escolar e duas de 1º ciclo, a ser construído provisoriamente em pré-fabricado, para assim ir de encontro às necessidades existentes no cabeço de Montachique

Atendendo às características da dimensão do território, os equipamentos educativos encontram-se bastante distantes entre si (ver figura 10), o que dificulta uma gestão comum de infraestruturas, salas polivalentes, bibliotecas, entre outros.

Previra-se, com a construção de equipamentos, que este Território Educativo ficasse com capacidade para 580 crianças, todavia este número não contemplou os equipamentos entretanto fechados que se localizam nesta área (EB1 Ponte de Lousa e a EB1 Casal do Forno). É igualmente importante referir que a EB 23 nunca chegou a ser construída como prevista nesta Carta Educativa e assim sendo, quando os discentes ingressam no 2º ciclo, ou se dirigem para a escola sede do agrupamento na cidade de Loures, ou para o Município de Mafra.

Os quadros 9 e 10 sintetizam a informação anteriormente descrita, relativamente à realidade existente quando foi elaborada a Carta Educativa e a realidade que se pretendia construir. Ou seja, tanto o pré-escolar como o 1º ciclo iriam ter uma capacidade de resposta superior à procura. Contudo as alterações propostas não passam disso mesmo ao nível da EB 23.

Quadro 9. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN1)

Equipamentos Existentes				Capacidade Alunos
Denominação	Tipologia Existente	Tipologia proposta	Acções s/ existente	
EB1 Ponte Lousa	2T			48
EB1/JI Lousa	4T+2S			Jl: 50 EB1:96
EB1/JI Salemas	1T+1S			49
EB1 Casal Forno	1T			24
Jl Cabeço Montachique	1T		Desactivar	25
Equipamentos a Criar				Capacidade Alunos
EB23 (10T)				
EB1/Jl (2T+1S)				
				Jl: 25 EB1:48

Fonte: Carta Educativa CML 2007

Quadro 10. Cobertura após as alterações propostas (SN1)

Cobertura Após as Alterações Propostas			
Jl	1º CEB	2º e 3º CEB	GLOBAL
108%	185%	154%	153%

Fonte: Carta educativa CML 2007

No que concerne ao território SN2 (Fanhões), predominam os espaços Florestais e Agrícolas, estando a ocupação urbana limitada à existência de alguns núcleos populacionais distribuídos ao longo das vias de comunicação. No que concerne à RAN e à REN, encontram-se sobretudo a Norte e a Oeste do aglomerado de Fanhões, de acordo com a respetiva Carta de Condicionantes do PDM.

Este Território Educativo possuía, no ano letivo 2004/2005, quatro salas de educação pré-escolar distribuídas por 3 equipamentos escolares, dos quais um se situa na localidade de Pintéus, freguesia de Santo Antão do Tojal.

Já no caso do 1º ciclo, este Território Educativo dispunha de 9 salas, abrangendo assim 216 alunos no ano letivo 2004/2005, o que se traduzia numa ocupação de 71%; também neste grau de ensino se situava um equipamento em Pintéus. Neste Território Educativo existia uma escola de 2º ciclo com capacidade para duas turmas.

Atendendo às características anteriormente referidas, é proposta a desativação da escola de 2º ciclo para se iniciar a construção de raiz de uma EB 23 com capacidade para 10 turmas; propõem-se também a desativação do jardim de infância de Casaínhos, que possui condições deficitárias de funcionamento, estando prevista a integração de uma sala de pré-escolar na escola de Ribas de Baixo.

Atendendo às alterações propostas, este Território Educativo ficaria com capacidade para 532 discentes, distribuídos pelas 22 salas, desde o pré-escolar até ao 3º ciclo, atingindo uma cobertura para o pré-escolar, 1º ciclo, o 2º e 3º ciclo respetivamente de 103%, 126% e 123%.

Neste Território Educativo, as escolas que pertencem ao agrupamento nº 1 de Loures são a EB1 Ribas de Baixo, EB1 Casaínhos, EB1/JI de Fanhões e JI Casaínhos. Todavia, à semelhança do que se verificou no território de Lousa (SN1), as coberturas previstas não correspondem à realidade, pois a Escola EB1 Ribas de baixo também foi desativada, situação que não se encontrava prevista na Carta Educativa da CML. O JI Casaínhos foi integrado na EB1 Casaínhos após reabilitação e intervenção da mesma como vai ser possível observar mais à frente.

Os quadros 11 e 12 sintetizam a informação anteriormente exposta referente ao SN2, relativamente à realidade existente quando foi elaborada a Carta Educativa e a realidade que se pretendia construir. Ou seja, tanto o pré-escolar como o 1º ciclo iriam ter uma capacidade de resposta superior à procura. No entanto as alterações propostas acabam por não ser a realidade na atualidade.

Quadro 11. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN2)

Equipamentos Existentes				Capacidade Alunos
Denominação	Tipologia Existente	Tipologia proposta	Ações s/ existente	
EB2 Mediatizada nº 775 Fanhões	2T		Desactivar	48
EB1 Ribas de Baixo	2T	1T+1S		JI:25 EB1:24
EB1 Casainhos	2T			48
EB1/JI de Fanhões	4T+2S			JI:50 EB1:96
EB1/JI Pintéus	1T+1S			JI:25 EB1:24
JI Casainhos	1S		Desactivar	
Equipamentos a Criar				Capacidade Alunos
EB23 (10T)				240

Fonte: Carta Educativa, CML 2007

Quadro 12. Cobertura após as alterações propostas (SN2)

Cobertura Após as Alterações Propostas			
Jl	1º CEB	2º e 3º CEB	GLOBAL
103%	126%	123%	120%

Fonte: Carta Educativa, CML 2007

O território SN5, Malha Pão, está localizado a Nordeste da freguesia de Loures, estando integrado na bacia hidrográfica do rio Trancão; neste território ainda prevalecem alguns sistemas de origem agrícola.

No que concerne a rede urbana há que destacar a Murteira, localidade com uma escola que pertence ao agrupamento em estudo, mas que também pertence Manjoeira, à das Lebres e Sete Casas, localidades onde alguns alunos têm a sua proveniência, seja na escola da Murteira ou noutras. Todas estas localidades se desenvolvem ao longo das vias de comunicação rodoviária.

De acordo com a Carta de Condicionantes do PDM de Loures a área geográfica central deste território está inserida na Reserva Agrícola Nacional e os terrenos a leste estão localizados em áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional.

Ao nível dos equipamentos educativos existem quatro, mas apenas um se localiza na freguesia de Loures, que por sua vez é a escola que pertence ao agrupamento de escolas em estudo.

No ano letivo 2004-2005, encontravam-se 38 discentes a frequentar os equipamentos dirigidos ao pré-escolar, ou seja 76% da capacidade de resposta (nenhum destes inserido no caso de estudo) e possuía 107 alunos no 1º ciclo o que representa 74% da capacidade de oferta.

Este Território Educativo não dispõe de nenhuma escola de 2º e 3º ciclo.

No quadro 13 observa-se que a intervenção proposta consiste na construção de uma escola com 12 Turmas de 1º ciclo e 2 de pré-escolar.

Assim sendo este Território Educativo passaria a ter capacidade para 532 discentes, ou seja, uma taxa de cobertura de 113%, havendo uma capacidade de 100 alunos para o pré-escolar, 192 para o 1º ciclo e 240 para o 2º e 3º ciclo (quadro 14).

Neste Território Educativo apenas a escola EB1 da Murteira pertence ao agrupamento de escolas em estudo.

Quadro 13. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN5)

Equipamentos Existentes				Capacidade Alunos
Denominação	Tipologia Existente	Tipologia proposta	Acções s/ existente	
EB1 da Murteira	2T			EB1:48
EB1/JI À-das-Lebres	2T+1S			Ji: 25 EB1:48
EB1 da Manjoeira	2T			48
Ji da Manjoeira	1S			25
Equipamentos a Criar				Capacidade Alunos
EBI/JI (12T+2S)				
				Ji: 50 EB1: 48 EB23: 240

Fonte: Carta educativa CML 2007

Quadro 14. Cobertura após as alterações propostas (SN5)

Cobertura Após as Alterações Propostas			
Ji	1º CEB	2º e 3º CEB	GLOBAL
89%	126%	116%	113%

Fonte: Carta Educativa CML 2007

No que concerne ao SN6 (Pinheiro de Loures), este localiza-se na zona norte rural da freguesia de Loures. Neste território predominam os espaços de uso Florestal e Agrícolas, e a ocupação dos espaços urbanos realiza-se de uma forma dispersa ao longo das vias de comunicação. Tanto a RAN como a REN encontram-se distribuídas por este Território Educativo de forma significativa.

Também neste território, à semelhança do que acontece no anterior, não existe nenhum equipamento de 2º e 3º ciclo.

No ano letivo de 2004-2005, estavam inscritos 21 alunos no pré-escolar ou seja 84% da capacidade de resposta, e 197 no 1º ciclo distribuídos por 12 turmas o que se traduz em 82% da ocupação.

Aquando da elaboração da Carta Educativa, o estado de conservação destes equipamentos demonstravam um défice de condições físicas, precárias e desadequadas.

A proposta apresentada na Carta Educativa prevê um universo de 32 salas das quais 15 se destinam para o 2º e 3º ciclo, o que representava uma capacidade de 360 alunos (99% de taxa de cobertura) (Quadro 16).

Para o 1º ciclo estavam previstas onze salas com capacidade para 254 alunos, ou seja, 95% da capacidade de resposta. No pré-escolar propôs-se a construção de seis salas o que representa 92% de cobertura escolar, ou seja, 150 crianças. O que é equivalente à construção de uma escola de raiz com capacidade para 23 turmas e mais dois jardins de infância, um de 3 salas e outro de 2 salas (Quadro 15).

Neste território acabou por se verificar a desativação de dois equipamentos que funcionavam em instalações desadequadas, tal como estava previsto, para se proceder à construção da EB1/JI Fonte Santa com capacidade para 3 salas de pré-escolar e 8 de 1º ciclo.

Quadro 15. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN6)

Equipamentos Existentes				Capacidade Alunos
Denominação	Tipologia Existente	Tipologia proposta	Acções s/ existente	
EB1/JI Á-dos-Cães	1T+1S			JI: 25 EB1: 24
EB1 Tojalinho	2T			48
EB1 nº1 Pinheiro de Loures	3T	Desactivar		
EB1 nº2 Pinheiro de Loures	4T	Desactivar		
Equipamentos a Criar				Capacidade Alunos
EBI (23T)				EB1:192 EB23:360
JI (3S)				75
JI (2S)				50

Fonte: Carta Educativa CML 2007

Quadro 16. Cobertura após as alterações propostas (SN6)

Cobertura Após as Alterações Propostas			
JI	1º CEB	2º e 3º CEB	GLOBAL
75%	95%	99%	92%

Fonte: Carta Educativa CML 2007

Por fim, e já no SN7 (Loures), localizado na parte Sul da freguesia de Loures, encontra-se uma ocupação equilibrada entre espaços urbanos e urbanizáveis e também uma mancha significativa da Reserva Ecológica Nacional, não existindo a presença de RAN neste território.

No ano letivo de 2004-2005, encontravam-se 70 crianças a frequentar o pré-escolar, o que se traduz em 93% da taxa de resposta, no 1º ciclo estavam inscritos 474 discentes, quando a sua capacidade máxima apontava para um máximo de 312 alunos, ou seja 152% da capacidade de resposta.

No 2º e 3º ciclo encontram-se inscritos 1001 alunos e no máximo deveriam constar 967 estudantes, ou seja, 104% da taxa de ocupação; esta situação deve-se à parca resposta de escolas deste nível de ensino na área Norte do Município (Quadro 17).

A proposta de intervenção consiste em ampliar a escola nº2 de Loures transformando-a numa escola com 8 turmas de 1º ciclo e duas de pré-escolar; relativamente ao equipamento educativo EB 23 Luís Sttau Monteiro, está prevista uma redução no número de salas de 40 para 30 turmas (Quadro 18). Relativamente à realidade na EB 23 Luís Sttau Monteiro, esta continua a funcionar com 40 turmas, já a EB1 nº 2 de Loures continua sem pré-escolar e encontra-se a funcionar com 3 turmas em regime normal e 2 em regime duplo. A escola EB1/JI de Montemor não sofreu alterações ao nível de oferta educativa.

Quadro 17. Equipamentos existentes e equipamentos a criar (SN7)

Equipamentos Existentes				Capacidade Alunos
Denominação	Tipologia Existente	Tipologia proposta	Acções s/ existente	
EB23 Luís Sttau Monteiro	40T	30T		720
EB1/JI Loures	8T+2S			Ji: 50 EB1:192
EB1 nº2 Loures	3T	8T+2S		Ji: 50 EB1:192
EB1/JI Montemor	2T+1S			Ji: 25 EB1:48
Equipamentos a Criar				Capacidade Alunos
JI (6S)				150

Fonte: Carta Educativa CML 2007

Quadro 18. Cobertura após as alterações propostas (SN7)

Cobertura Após as Alterações Propostas			
Ji	1º CEB	2º e 3º CEB	GLOBAL
92%	103%	132%	113%

Fonte: Carta Educativa CML 2007

5.2 Decretos-lei no período em análise

A figura 9 tem como objetivo representar graficamente os normativos legais/Decretos-Lei mais relevantes no período temporal em estudo (2000-2015), no âmbito da delegação (municipalização) da educação do Estado Central para as Autarquias.

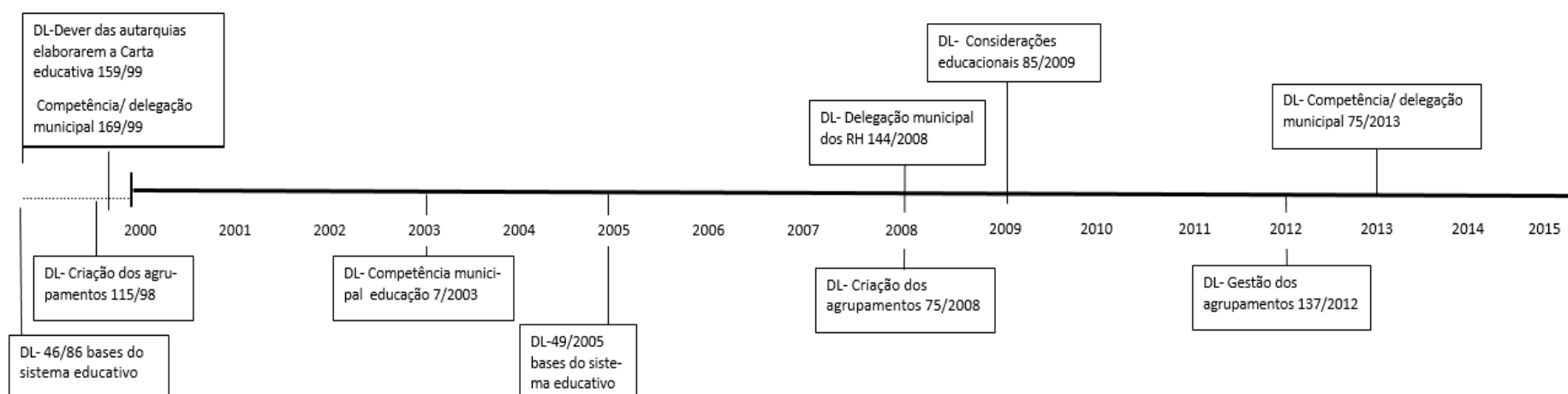


Figura 9: Políticas e instrumentos de programação para o Parque escolar

Elaboração Própria

Como anteriormente referido, o Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de outubro, (Lei de Bases do Sistema Educativo) surge com o objetivo de legislar sobre o sistema educativo e um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Já em 1998, surge o Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de maio, que apresenta um especial enfoque nos jardins de infância e nas escolas de 1º ciclo integrando-os, de pleno direito, numa organização coerente de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação, o que até agora não se tinha verificado.

O Decreto-Lei nº 159/99, de 14 de setembro, define o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, cabendo-lhes o ordenamento da rede educativa: construção, manutenção e apetrechamento de jardins de infância e de escolas do ensino básico, a elaboração da "Carta Escolar" a integrar no Plano Diretor Municipal e a criação dos Conselhos Locais de Educação.

Por sua vez, o Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das freguesias (este diploma já se encontra revogado).

Já na década de 2000 surge, em 2003, o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, que incide na transferência efetiva de competências relativamente aos Conselhos Municipais de Educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, e relativamente à elaboração da Carta Educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Em termos complementares, o presente diploma regulamenta competências na área da realização de investimentos por parte dos Municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

Em 2005, pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, dá-se a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e a primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Cinco anos depois, o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Ainda em 2008, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, visa transferir para os Municípios as dotações inscritas no orçamento dos Ministérios relativas a competências a descentralizar nos domínios da educação, designadamente as relativas ao pessoal não docente do ensino básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, à gestão do parque escolar e à ação social nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Importa, assim, consagrar em lei a transferência efetiva de competências para os órgãos dos Municípios em matéria de educação, no que diz respeito à educação pré-escolar e ao ensino básico. O referido Decreto-Lei contempla, ainda, a possibilidade das escolas básicas (nas quais também é ministrado o ensino secundário, com a designação escolas básicas e secundárias) serem geridas pelos Municípios mediante a celebração de um contrato específico com a tutela.

No ano seguinte, o Decreto-Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, visou o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Por sua vez, o Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, altera o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e procede à sua republicação.

No ano seguinte, o Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, determina o regime jurídico das autarquias locais (RJAL), aprovando o estatuto das entidades intermunicipais e identifica o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos seus artigos 24º a 31º esta lei estabelece as competências e o funcionamento das Assembleias Municipais.

Ainda em 2013, é publicado o Despacho 5048-B 2013, de 12 de abril, devido à necessidade de integrar um conjunto de normas que verse e regule as diversas áreas e matérias relacionadas com as matrículas, frequência, distribuição de alunos e constituição de turmas, determinando que se proceda à revogação do despacho acima mencionado.

A apresentação e explicação dos Decretos-Lei acima mencionados, juntamente com a representação gráfica do ano das intervenções dos equipamentos educativos em estudos numa “linha temporal” ajuda a compreender o “ritmo” a que foi saindo legislação, e a constante atualização dos Decretos-Lei, assim como a “municipalização da educação”

5.3- Questões Críticas

No cruzamento e análise dos Instrumentos de Gestão do Território Educativo no Município de Loures, constata-se uma descontinuidade fulcral na linguagem técnica dos documentos anteriormente apresentados (Carta Educativa do Município de Loures e Decretos-Lei referentes à Educação).

O conceito de Território Educativo foi criado pelo Decreto-lei nº 159/99, de 14 de setembro, para se proceder à elaboração da Carta Educativa, todavia o conceito supracitado não encontra continuidade nos decretos-lei que lhe sucedem e que vêm regular e redefinir os critérios para a criação dos Agrupamentos de Escolas. Esta descontinuidade acontece, pois quem criou os perímetros dos Territórios Educativos foi uma equipa de técnicos da Câmara Municipal de Loures, quando por outro lado quem criou e estabeleceu a composição dos agrupamentos foi o Ministério da Educação.

Esta descontinuidade dificultou a análise da Carta Educativa, quando se analisaram os equipamentos em causa nos Territórios Educativos que atravessavam diferentes freguesias e diferentes Agrupamentos de Escolas (a Carta Educativa está datada de 2006 e o Agrupamento de Escolas nº 1 de Loures começou a funcionar em 2004).

Capítulo 6

O Agrupamento de Escolas nº1 de Loures

6.1 – Nota Metodológica

A recolha de informação às escolas foi previamente autorizada pela vice diretora do agrupamento de escolas em estudo, que após ter falado com todos os coordenadores de escola, os informou que para além de uma entrevista com o(a) coordenador(a), seriam distribuídos inquéritos aos docentes, onde se incluiu o coordenador de escola e a alguns encarregados de educação. Todavia, no que concerne aos encarregados de educação, nem todos os inquéritos foram devolvidos, apesar da sua entrega ter sido repetidamente solicitada.

O número de inquéritos realizados aos docentes e encarregados de educação variou de escola para escola, atendendo à dimensão da mesma e aos inquéritos devolvidos obtendo uma amostra de 73 inquéritos validados. Pode ser consultado, nos anexos 1 e 2, um exemplar dos inquéritos distribuídos aos respetivos membros da comunidade educativa envolvida.

Com estes inquéritos, bem como com a entrevista realizada a cada um dos coordenadores de escola, pretendeu-se identificar a perceção ambiental e social dos utilizadores destes espaços renovados, assim como das suas atuais características e dinâmicas. Os inquéritos tiveram 5 questões em comum, sendo complementada por uma questão específica para os encarregados de educação e duas questões dirigidas apenas para os docentes.

A visita às escolas e a respetiva entrevista com os coordenadores de escolas foi previamente marcada atendendo à disponibilidade dos mesmos. As visitas decorreram entre junho e julho de 2015, onde também foi realizada uma visita guiada ao complexo educativo. Coube aos coordenadores de escola distribuir os inquéritos pelos professores e pelos encarregados de educação.

Este trabalho de campo, juntamente com a consulta dos processos de obra, teve como objetivo conhecer o ambiente das escolas intervencionadas deste agrupamento, de forma a adquirir uma perceção do espaço reabilitado para aferir a sua funcionalidade, estética e enquadramento paisagístico dos equipamentos.

De forma geral, todos os coordenadores de escola mostraram-se colaborantes e atenciosos na entrevista, bem como com o pedido de devolução dos inquéritos, ficando combinado que se passaria numa data previamente estabelecida, a fim de recolher todos

os inquiridos. Todavia, verificou-se que em algumas escolas, os coordenadores eram mais recentes que as intervenções, não dispondo de informações a montante desta.

Uma vez que as escolas básicas são património municipal, tornou-se necessário a prévia autorização por parte da vereadora responsável pelo pelouro da educação, que autorizou as visitas às escola e deu conhecimento de quais as prioridades municipais no âmbito da educação através de uma entrevista.

6.2 - Estruturas e serviços prestados

No que concerne à constituição, o Agrupamento de Escolas nº1 de Loures iniciou a sua instalação no ano letivo de 2004/2005, tendo como escola sede a escola EB 2, 3 Luís de Sttau Monteiro e em concordância com o regime de autonomia e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário regulado pelos Decreto-Lei 115-A/ 98, de 4 de maio, alterado pela Lei nº 24/99, de 22 de abril.

No ano de abertura deste agrupamento de escolas, encontravam-se em funcionamento os seguintes equipamentos educativos:

- Escola EB 2/3 Luís de Sttau Monteiro
- EB1 nº1 Pinheiro de Loures
- EB1 Tojalinho
- EB1 nº 2 de Loures
- EB1/ JI Á-dos- Cãos
- EB1 Casal do Forno
- EB1/ JI Montemor
- EB1 Cabeço de Montachique
- EB1 nº2 Pinheiro de Loures
- EB1/ JI Lousa
- EB1 Ponte Lousa
- EB1/ JI Salemas
- EB1 / JI Loures
- EB1 Murteira

Em 2007, juntaram-se ao agrupamento nº1 de Loures, as escolas de Ribas de Baixos, a escola de 1º ciclo e o J.I. de Casaínhos e a escola de Fanhões. Estas escolas, juntamente com a EB 1 de Pintéus (agregada no agrupamento de escolas nº2 de Loures), pertenciam ao Agrupamento de escolas de Fanhões, entretanto desagregado. Ou seja, o

agrupamento de escolas nº1 de Loures é constituído por 13 escolas organizadas entre o pré-escolar, 1º ciclo do ensino básico, 2º ciclo do ensino básico e 3º ciclo do ensino básico.

Em 2015 o agrupamento contava com 216 docentes, dos quais 61 eram professores contratados, e dispunha com 102 funcionários não docentes, 1194 alunos entre o pré escolar e o 1ºciclo e 1007 discentes entre 2º e 3º ciclo, o que perfazia 2201 alunos no total.

Ao nível das Associações de Pais e Encarregados de Educação, existiam em 2014, altura em que foi elaborada a Carta de Missão do agrupamento e que ainda se verificam (2016), oito Associações de Pais e Encarregados de Educação presentes nas seguintes escolas:

- EB2,3 Luís de Sttau Monteiro;
- EB1/JI da Fonte Santa (que contempla entre outras a escola da Murteira);
- EB1/JI de Fanhões; Bússola da Brincadeira
- EB1/JI de Loures;
- EB1 de Loures n.º 2;
- EB1/JI de Á-dos-Cãos;
- EB1/JI do Cabeço de Montachique
- EB1/JI de Montemor

O documento que se intitula de Projeto Educativo do Agrupamento de escolas nº1 de Loures (Conselho pedagógico 2014:6) afirma *concentrar esforços no sentido de Promover o sucesso individual de cada aluno e a aquisição de um conjunto de competências que lhe permita ser capaz de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integra e de se empenhar na sua transformação progressiva. E para tal procuraremos nos próximos 3 anos desenvolver a autonomia e melhorar o sucesso educativo e os comportamentos de cada um dos nossos alunos. E, assim, contribuir para o desenvolvimento de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, com espírito democrático e pluralista, respeitadores dos outros e das suas ideias, abertos ao diálogo e à livre troca de opiniões.*

Para concluir com sucesso o que está descrito no parágrafo anterior a direção estipula uma série de metas sustentadas nas respetivas estratégias, das quais se destaca as metas mais relevantes do Pré-escolar e 1º ciclo, mas que podem ser consultadas na íntegra (metas e Estratégias) nos anexos.

No âmbito dos resultados escolares, a direção tem como metas:

- Promover o sucesso educativo e a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos do Agrupamento.

- Analisar/monitorizar os resultados alcançados pelos alunos no final do ano letivo e redefinir estratégias.
- Potenciar a intervenção do professor titular de turma/diretor de turma ao nível do sucesso escolar.
- Responsabilizar os Pais e Encarregados de Educação (EE) na formação dos seus educandos.
- Fomentar os hábitos de trabalho de modo a promover a autonomia, a capacidade de iniciativa e a participação crítica dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

No âmbito das metas a nível da prestação do serviço educativo:

- Melhorar os processos de articulação curricular entre ciclos, criando uma cultura de sequencialidade que se inicia no pré-escolar até ao 9º ano.

No âmbito da organização e gestão escolar:

- Conceber e planear condições conducentes ao crescente sucesso educativo.

No âmbito da Organização e Rede escolar:

- Aumentar os níveis de conforto e segurança nas escolas; Melhorar as condições das salas de aula.

Relativamente ao funcionamento e gestão, segundo o nº 1 do art.º 12º, da Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, os estabelecimentos de educação Pré-Escolar devem adotar um horário adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas

Todos Jardins de Infância que fazem parte deste Agrupamento prestam este serviço às famílias que dele necessitam. A responsabilidade do mesmo é da competência da Câmara Municipal de Loures. Este serviço funciona entre as 8.30h e as 9.00h e entre as 15h30m e as 18h30m. Juntamente com o executivo municipal, a supervisão é também competência da Educadora titular.

Já ao nível do 1º ciclo e em conformidade com o Despacho nº 14460/2008, de 26 de maio, as escolas de 1º ciclo desenvolvem as Atividades de Enriquecimento Curricular, sendo as mesmas da responsabilidade da Câmara Municipal de Loures, em parceria com as Associações de Pais e IPSS, nomeadamente, a Associação Dr. João dos Santos de Loures no caso da Escola básica nº 2 de e Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Lousa, no caso da Escola básica de Lousa.

É função dos professores titulares de turma supervisionarem o planeamento e desenvolvimento destas atividades.

No caso do Agrupamento de escolas nº 1 de Loures, as Atividades de Enriquecimento Curricular são o Inglês, a Música, e a Atividade Física e Desportiva. Os horários das mesmas são elaborados de acordo com o disposto na lei, contemplando ainda a Educação para o Desenvolvimento, lecionado pelo professor titular de turma.

No que concerne às Atividades de Tempos Livres, vulgarmente conhecidas como ATL, funcionam fora do período letivo, entre as 7.00h e as 19.30h, em seis escolas básicas do 1º ciclo com jardim de infância, nomeadamente EB1 nº2 de Loures, EB1/JI de Loures, EB1/JI de Fanhões, EB1/JI de Cabeço de Montachique, EB1/JI de Lousa, EB1/JI de Á-dos-Cãos e EB1/JI de Fonte Santa, EB1/JI de Montemor, mediante as necessidades de cada escola, tendo em conta o horário de funcionamento de cada turma, que pode ser em regime duplo, manhã ou tarde, ou regime normal.

A competência de assegurar o normal e correto funcionamento deste serviço é das Associações de Pais de cada escola, exceto na EB1/JI de Cabeço de Montachique e na EB1/JI de Lousa, onde é garantido pelo Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Lousa, e na EB1 nº 2 de Loures pela Associação Dr. João dos Santos.

Neste agrupamento de escolas também existe o Apoio Educativo que visa promover e desenvolver nos estudantes capacidades e competências com vista a combater o insucesso escolar e promover a inclusão.

Outro serviço de basilar importância é o Departamento de Educação Especial que pretende dar resposta a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 3/2008. Este Agrupamento foi nomeado através de acervo legislativo por autoria do Ministério da educação e ciência como resposta de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 3/2008, artigos 4º e 24º.

Fazem parte deste departamento as unidades de:

- Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência, a funcionar na EB 2/3 Luís de Sttau Monteiro;
- Ensino Estruturado, para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, a funcionar nas escolas EB1/JI nº 1 de Loures, EB1/JI de Lousa e EB2,3 Luís de Sttau Monteiro;
- Intervenção Especializada que integra alunos portadores de deficiência intelectual, a funcionar na Escola EB2,3 Luís de Sttau Monteiro;

- Equipa Local Intervenção de Loures (ELI-Loures), que é uma estrutura pertencente ao Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

Algumas das escolas em estudo neste agrupamento (EB1/JI de Fanhões; EB1/JI da Fonte Santa; EB1/JI de Loures; e a EB1/JI de Lousa) possuem bibliotecas que integram o programa de rede nacional de Bibliotecas escolares do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e Ciência Este recurso reveste-se de grande importância na medida em que estimula aprendizagens da literacia, desenvolvimento do gosto e prazer de ler, competências da informação e aprofundamento da cultura científica, artística e tecnológica.)

Cada escola tem que elaborar o seu Plano Anual de Atividades e proceder à respetiva avaliação com a finalidade de proporcionar aos seus estudantes atividades enriquecedoras do ponto de vista pedagógico e com valor acrescentado para a formação.

Outro serviço que o Agrupamento dispõe é o Serviço de Psicologia e Orientação mas que não se enquadra para as escolas básicas deste agrupamento assim como o Desporto Escolar.

No entanto, a realidade vivida em alguns dos equipamentos escolares anteriormente identificados é bem diferente entre o ano inaugural deste agrupamento escolar e a atualidade.

Ainda segundo o projeto educativo, é necessário ressaltar a existência de elevado número de alunos provenientes de diferentes nacionalidades e etnias (maioritariamente dos quais são africanos, búlgaros, romenos, ucranianos, chineses, ciganos) o que origina dificuldades ao nível da integração mas também ao nível da aprendizagem da disciplina de Português. Estes alunos beneficiam do Programa “Português Língua não materna” monitorizado pelo Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, no sentido de proporcionar condições facilitadoras da integração no currículo nacional a todos os alunos que usufruem deste programa.

Por fim, é importante referir que, ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo, e atendendo às freguesias onde se insere o Agrupamento de escolas nº1 de Loures, estipulou-se que a freguesia de Loures era de prioridade 1 (prioridade máxima) e as freguesias de Lousa e Fanhões de prioridade 4 (prioridade mínima) numa escala de 1 a 4. (Carta Educativa da CML, 2006:202)

É possível observar na figura 10 a distribuição espacial das escolas que compõem este agrupamento, identificados com uma circunferência de diferentes cores, assim sendo neste mapa é possível compreender a existência de um conjunto de escolas junto da cidade de Loures, onde existe um maior aglomerado populacional, assim como a

existência de escolas na área mais rustica do Município. Outra constatação é que o agrupamento tem escolas junto à fronteira dos Municípios de Odivelas (a sul) e de Mafra (a norte), a oeste pelo Rio Tejo e a este, pelos Municípios de Sintra e Mafra.

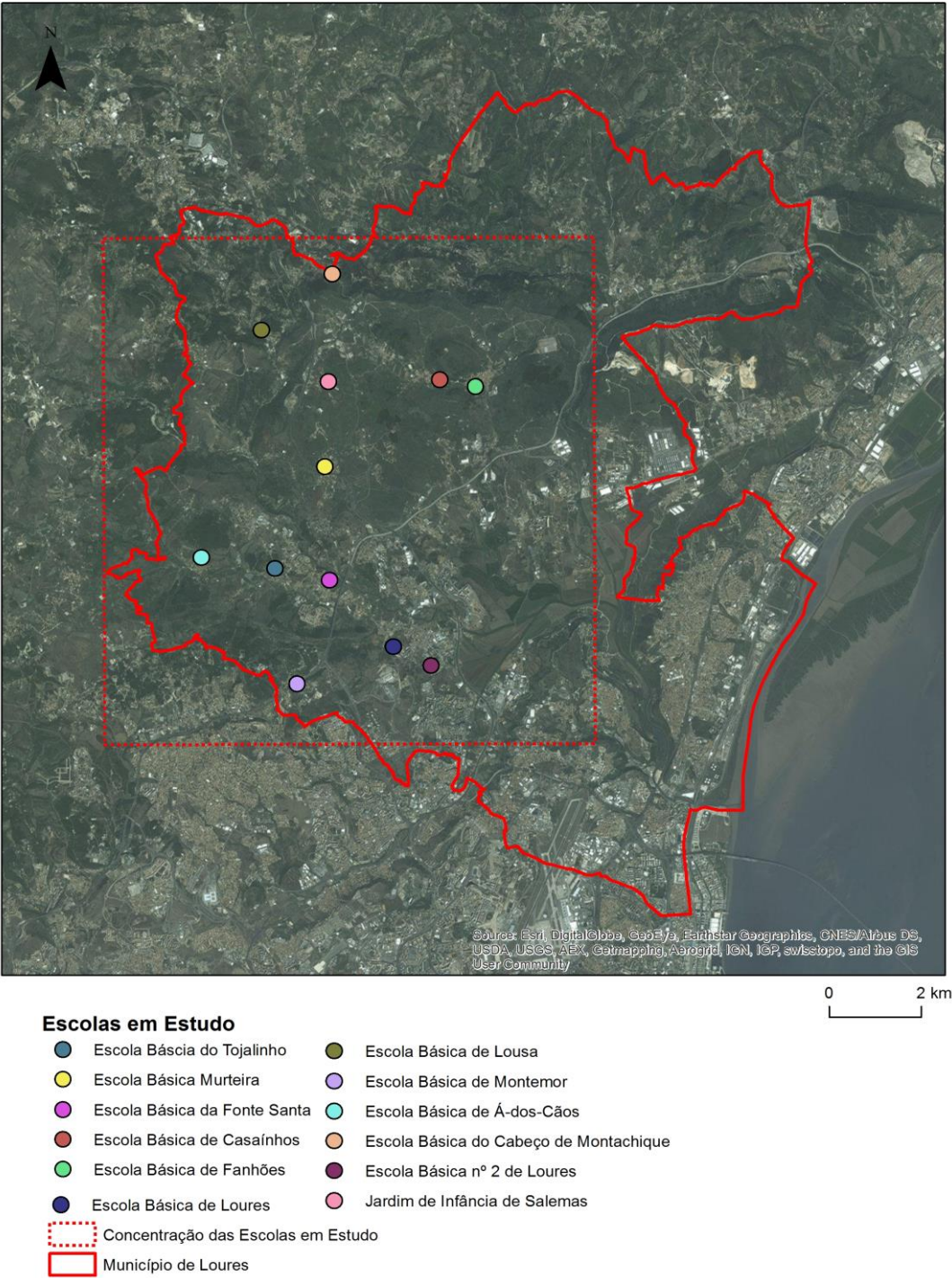


Figura 10. Distribuição espacial das escolas em análise

Fonte: Elaboração própria

Neste capítulo foi possível compreender a estrutura, orgânica e serviços/valências de que o agrupamento de escolas dispõe junto da comunidade escolar assim como perceber a distribuição geográfica dos equipamentos educativos no Município de Loures. As vistas aéreas dos equipamentos educativos que se seguem não possuem uma escala previamente definida, estando a sua escala adaptada aos aglomerados populacionais no seu entorno.

6.3 - Intervenções no edificado e Decretos-lei Cronologia do período em análise (2000-2015)

Na figura 11 iremos observar os principais acontecimentos que marcaram a vida das escolas deste agrupamento no período temporal em estudo (2000-2015) e os decretos-lei que estiveram na base de alguma dessas dinâmicas ou que influenciaram o seu funcionamento.

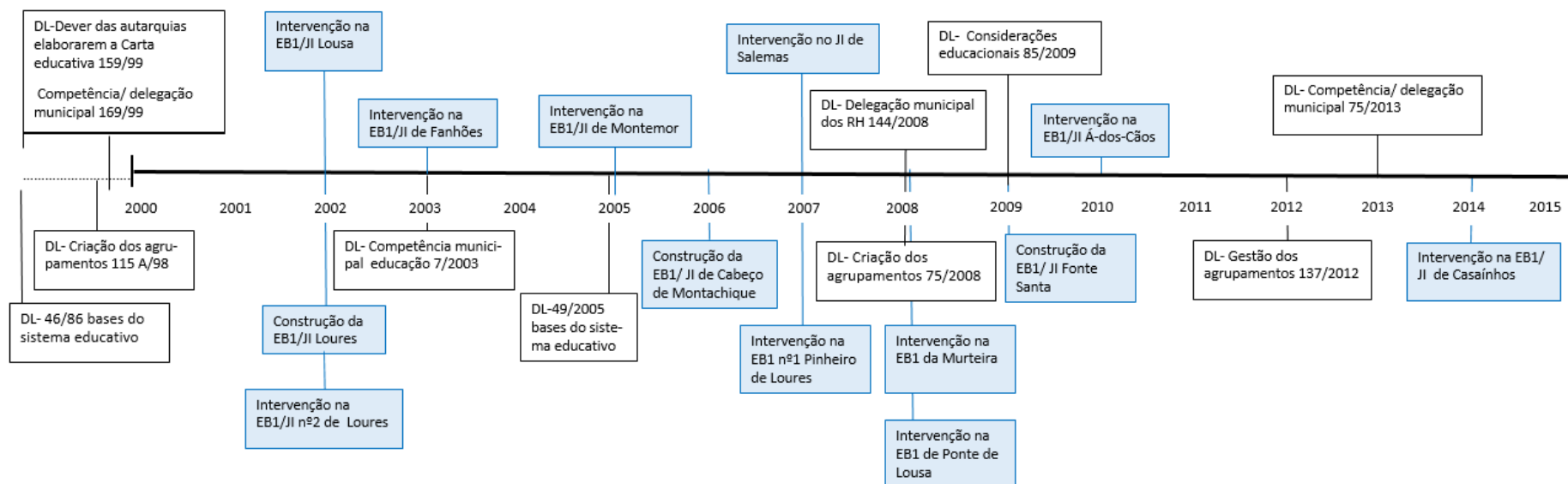


Figura 11 Políticas e instrumentos de programação para o Parque escolar e intervenções ocorridas no Agrupamento de escolas nº1 de Loures

Fonte: Elaboração própria

*os decretos-lei apresentados nesta figura já foram anteriormente apresentados. (páginas 58 e seguintes)

As anotações com preenchimento a azul claro são observações relacionadas com intervenções no parque educativo.

As anotações a branco são observações que identificam o decreto-lei emitido que tem no seu âmbito, influência no objeto de estudo.

6.4 - Apresentação das escolas intervencionadas

De seguida será possível tomar conhecimento com as escolas em funcionamento do Agrupamento de escolas nº 1 de Loures, sendo que todas foram intervencionadas, umas de forma mais estrutural que outras entre 2000-2015. As escolas não intervencionadas foram contruídas depois do ano de 2000. Para facilitar nesta análise a figura 12 recorda a organização espacial das escolas intervencionadas em maior pormenor.

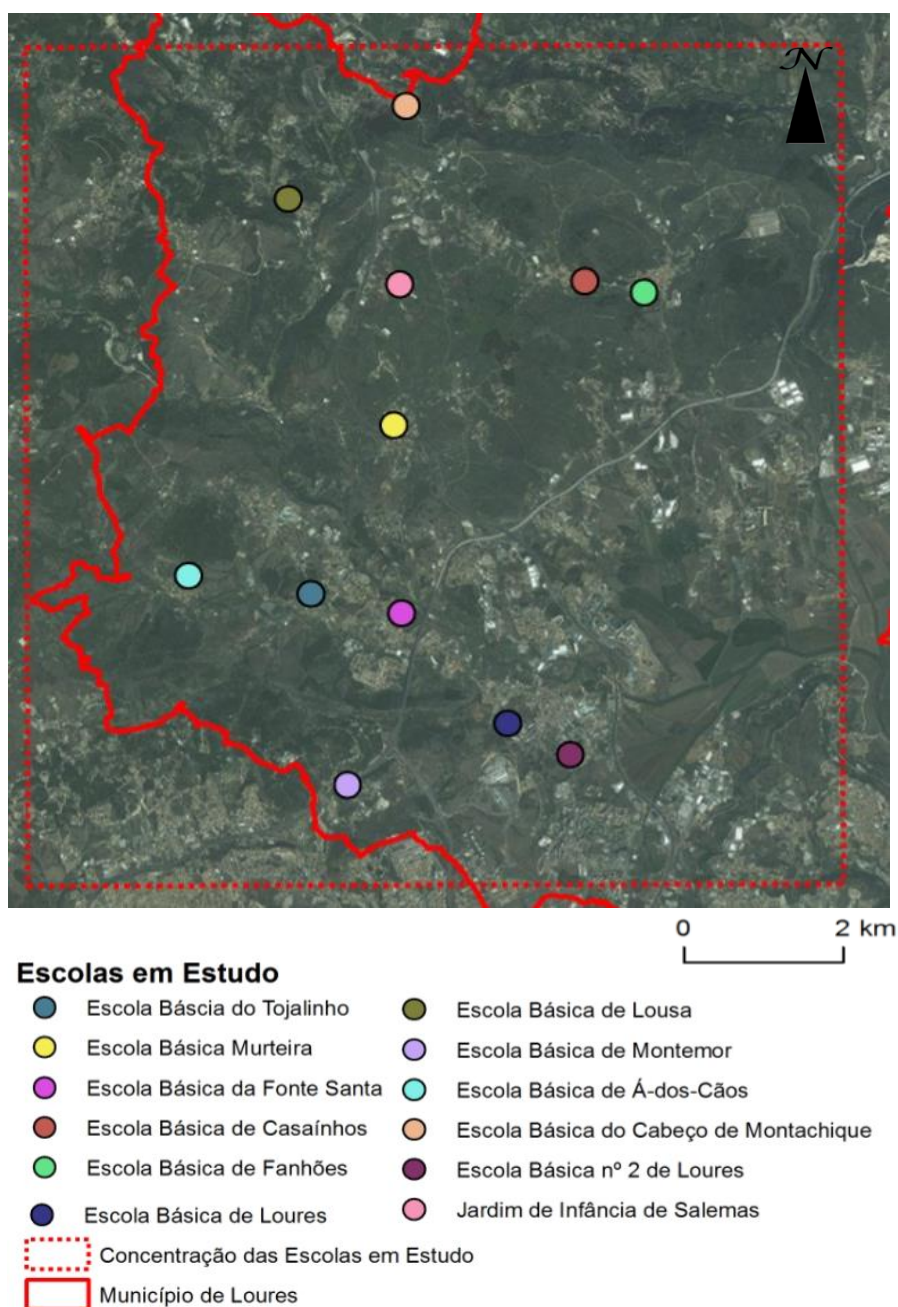


Figura 12 Distribuição espacial das escolas em análise com mais pormenor

Fonte: Elaboração própria, com recurso ao Google Maps

Quadro 19 Análise SWOT- Parque Escolar intervencionado

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Escola Básica de Fanhões	<p>Criação de duas salas de JI</p> <p>Reforço com mais duas salas de 1ºciclo</p> <p>Biblioteca</p> <p>Refetório</p>	<p>Ausência de recreio coberto</p> <p>Ausência de espaço destinado exclusivamente AFD</p>	<p>Maior coesão social</p> <p>Aumento da oferta no pré-escolar e 1º ciclo permitindo a articulação entre estes níveis de ensino</p> <p>Parceria com a EB de Casaínhos</p>	
Escola Básica de Casaínhos	<p>Criação de uma sala de JI</p> <p>Biblioteca</p> <p>Refeitório</p>	<p>Ausência de recreio coberto</p> <p>Ausência de espaço destinado exclusivamente AFD</p>	<p>Aumento da oferta no pré-escolar, permitindo a articulação entre estes níveis de ensino</p> <p>Parceria com a EB de Fanhões</p>	
Escola Básica da Fonte Santa	<p>Criação de três salas de JI</p> <p>Reforço com mais duas salas de 1º ciclo</p> <p>Ginásio</p> <p>Biblioteca</p> <p>Refeitório</p>	<p>Ausência de recreio coberto</p> <p>Área do logradouro atendendo à população escolar</p> <p>Boas condições de aprendizagem (equipamentos anteriores eram provisórios)</p>	<p>Aumento da oferta no pré-escolar e 1º ciclo permitindo a articulação entre estes níveis de ensino</p>	<p>Retira atratividade às escolas na proximidade atendendo às condições.</p>

Escola Básica nº1 de Loures	<p>Criação de duas salas de JI</p> <p>Reforço com mais três salas de 1º ciclo</p> <p>Ginásio</p> <p>Biblioteca</p> <p>Refeitório</p> <p>Sala de Ed. Musical</p> <p>Sala de Inglês</p>	<p>Espaço de refeições insuficiente para a população escolar</p> <p>Material de isolamento acústico em mau estado de conservação</p>	<p>Boas condições de aprendizagem (equipamentos anteriores eram provisórios)</p> <p>Aumento da oferta no pré-escolar e 1º ciclo permitindo a articulação entre estes níveis de ensino</p> <p>Localização central</p>	Localização num bairro problemático
Escola Básica nº 2 de Loures	<p>Reforço com mais uma sala de 1º ciclo e uma sala Polivalente</p>	<p>Grande parte da escola fabricada em pré-fabricado</p> <p>Sem valências complementares</p> <p>Condições no limiar da funcionalidade</p>	<p>Localização central</p> <p>Parceria com a IPSS Dr. João dos Santos</p>	
Escola Básica de Montemor	<p>Refeitório</p> <p>Parque Infantil</p> <p>Boa área coberta atendendo à população escolar</p>	<p>Sem Valências complementares</p> <p>Condições no limiar da funcionalidade</p>		Localização limítrofe do Município
Escola Básica de Á-dos-Cães	<p>Criação de uma sala de JI</p> <p>Refeitório</p>	<p>Instalações criadas em monobloco</p>		Pouca procura devido à proximidade com a EB da Fonte Santa
Escola Básica do Cabeço de Montachique	<p>Criação de uma sala de JI</p> <p>Escola modular</p> <p>Sistema de Portas Antientamento</p> <p>Paredes “macias”</p>	<p>Ausência de recreio coberto</p> <p>Ausência de espaço destinado exclusivamente AFD</p>	<p>Aumento da oferta no pré-escolar permitindo a articulação entre estes níveis de ensino</p>	Localização limítrofe do Município

Escola Básica de Lousa	Criação de duas salas de JI Ginásio Biblioteca Refeitório ATL	Acessos “internos” ao equipamento	Aumento da oferta no pré-escolar permitindo a articulação entre estes níveis de ensino	
Escola Básica da Murteira	Instalação de Monobloco para copa e refeitório	Falta de valências complementares		Pouca procura Condições no limiar da funcionalidade
Jardim de Infância de Salemas	Construção de uma Cozinha Área Coberta entre os dois edifícios	Descontinuidade com o 1º ciclo Parque Infantil exterior ao equipamento		Ausência de salas de 1º ciclo
Escola Básica do Tojalinho	Boas instalações Logradouro Duas salas de aula para apenas uma turma	Unicamente alunos Búlgaros	Condições existentes para sofrer um processo de revitalização	Pouca Procura Campo de jogos e balneários adjacentes vandalizados Inserida numa localidade com predominantemente população Búlgara

Esta análise SWOT sintetiza os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças dos equipamentos educativos em análise, assim torna-se possível sumariar numa tabela quais as principais características que distinguem os equipamentos, quais os fatores que os podem potenciar, quais as particularidades que os tornam mais vulneráveis e incapazes de dar respostas às valências e exigências curriculares em vigor.

6.5 - A Escola Básica de Fanhões

A Escola Básica de Fanhões está localizada na freguesia de Fanhões funciona maioritariamente como “dormitório” sendo parca em equipamentos, comércio ou serviços, contando apenas com uma paragem de autocarro, uma farmácia, um café, dois restaurantes e um minimercado. A freguesia de Fanhões apresenta 2 801 habitantes (2011), com um aglomerado populacional concentrado mas pouco denso, como se pode observar na figura 13.



Figura 13. Localização da Escola Básica de Fanhões

Fonte: Google Earth

Antes da intervenção, a escola de Fanhões, encontrava-se a funcionar só para o 1º ciclo em condições desadequadas, com um edifício do plano Centenário¹ que se apresentava em condições de conservação regulares e por um edifício pré-fabricado por seu lado mais degradado, com duas salas cada. A escola encontrava-se a funcionar com um universo de 59 discentes em turno duplo.

Esta intervenção foi apoiada pelo Programa de desenvolvimento e expansão da rede pré-escolar, Decreto-Lei 5/ 97, de 10 de fevereiro. Assim pretendeu-se a inclusão do

¹ O Plano das Escolas centenárias constituiu na construção de um grande número de escolas ,promovido pelo Estado Novo, entre 1941 e 1969. O plano deve o seu nome ao terceiro centenário da Restauração da Independência e ao oitavo centenário da Independência de Portugal, comemorados, respetivamente em 1940 e 1943. Existiam escolas com duas ou quatro salas.

pré-escolar, a fim de ir de encontro à procura, intervencionando também na área do 1º ciclo de modo a resolver as deficiências supracitadas.

Com esta intervenção datada de 2003 pretendeu-se construir um novo edifício que substituiu o pré-fabricado. Este alberga as duas salas de Jardim de Infância e uma biblioteca no piso do rés-do-chão, e as duas salas de 1º ciclo, sala de docentes, secretaria e gabinete da direção no 1º piso. Em ambos os pisos estão presentes as instalações sanitárias para a comunidade escolar. De forma a garantir a comunicação direta de ambos os níveis com o exterior e também para reduzir o impacto visual do edifício no conjunto, a construção foi escalonada sobre o talude transversal existente.

As valências da Sala Polivalente/ Refeitório e cozinha estão construídas num edifício independente com um grande pé direito atendendo à sua função polivalente.

Relativamente ao edifício do plano centenário este contém duas salas de aula e foi reabilitado/recuperado a fim de garantir todo o conforto aos alunos e adaptar-se às exigências do ensino com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

Em suma todos os edifícios ficaram com nova caixilharia, com estores “tipo veneziano” e sistema de aquecimento através de radiadores a óleo.

As interligações do edifício estão garantidas não só pelas rampas, para garantir o acesso a discentes portadores de deficiência motora, mas também por telheiros que protejam os alunos.

O logradouro apresenta um campo de jogos de futebol de dimensões reduzidas mas que permite à comunidade usufruir do mesmo junto do novo edifício, foi também colocado um aparelho de brincar que se fixa no logradouro para as crianças poderem brincar, com chão de borracha sintética, a fim de estar garantida a segurança dos utilizadores.

Em visita a esta escola foi possível observar que, no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 49 alunos do pré-escolar e 72 do 1º ciclo, provenientes da sua maioria de Fanhões, Loures e Santo António dos Cavaleiros. Todas as turmas se encontram a funcionar em regime normal, sendo turmas mistas, ou seja, verifica-se a presença de dois anos de ensino em cada turma.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no período em estudo (Figura 14):

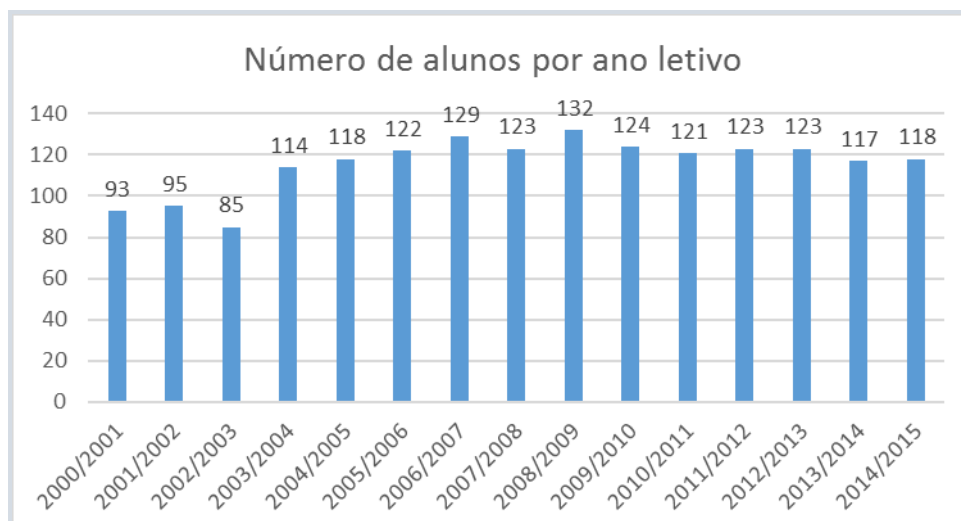


Figura 15. Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo

Fonte: CML

Na atualidade e após a intervenção, a escola conta com 3 docentes titulares de 1º ciclo e 2 de pré-escolar. Conta ainda com a colaboração de um professor de apoio, um professor de Educação Especial e uma professora bibliotecária, estes três últimos apenas estão nesta escola estando com a restante carga horária divididos por outras escolas do agrupamento. A escola conta também com seis assistentes operacionais.

As crianças que pertencendo à área de influência, mas que a sua residência dista mais de 3km da escola, são transportados por carrinhas escolares da competência da CML.

A coordenação desta escola regista parcerias principalmente com a GNR, com o serviço de Proteção Civil e com o Centro de Saúde.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se regular, sendo de registar a inexistência de um aparelho de brincar no logradouro (retirado por se apresentar em más condições de conservação e não foi substituído). Nota menos positiva vai para a inexistência de um espaço exclusivamente destinado para refeitório ou para ginásio, obrigando a mexer com a disposição das mesas deste último sempre que ocorrem Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) de atividade física e desportiva e também a para as reduzidas dimensões do telheiro atendendo ao número de alunos.

A escola dispõe ainda de um computador por sala de aula, e apenas um Quadro Interativo para as 5 turmas.

Quando analisada a população escolar verifica-se que 26% dos alunos (31) usufruem de Ação Social Escolar (ASE).

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano (Figura 14.1), em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (63,33% nesta escola), e a Português 48,7 % (56,29% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, a matemática obteve uma média nacional de 56,1% (54,42% nesta escola) e Português de 62,2% (66,6% nesta escola).

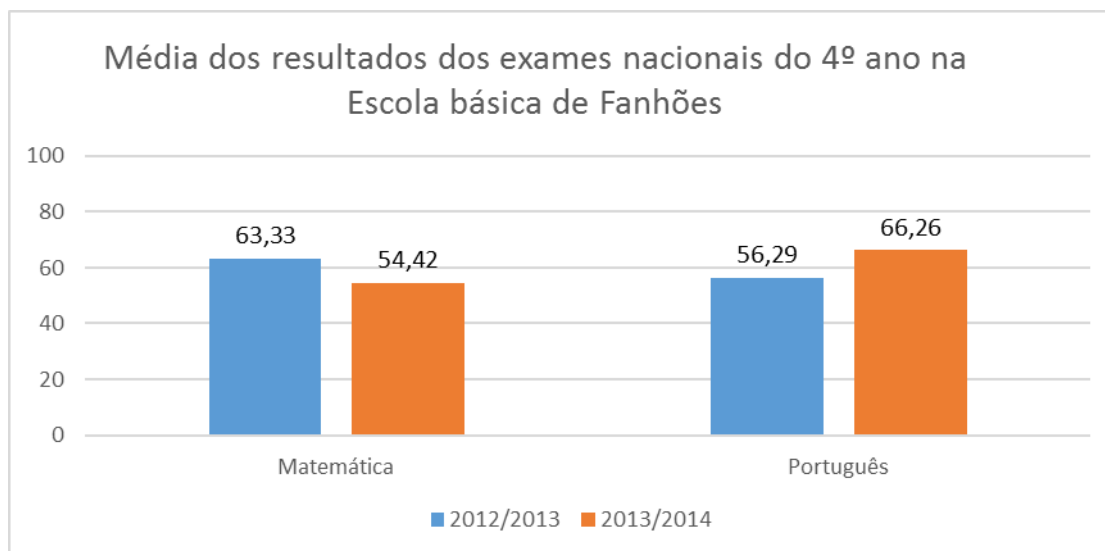


Figura 14. 1. Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola básica de Fanhões

Fonte: Jornal O Público, 2014

Nos questionários dirigidos a uma amostra de 4 docentes incluindo a professora coordenadora e a 5 encarregados de educação, é importante referir que continham perguntas em comum dirigidas aos dois “destinatários”, mas também perguntas mais direcionadas para os professores ou encarregados de educação. Constata-se que 62% avalia como suficiente as condições do edifício escolar e os restantes inquiridos avaliaram como “bom” (Figura 14.2).

No que concerne às condições do logradouro regista-se uma abrangência de respostas entre 13% que classifica como “Bom” e 37 % que avalia como insuficiente (Figura 14.3). Quando solicitados para avaliarem a interação que esta escola tinha com outros agentes da comunidade onde estava inserido destaca-se a resposta “suficiente” como a mais rececionada (Figura 14.4).

Na figura 14.5 pode-se observar população inquirida relativamente à questão da escola apta para discentes NEE, apesar de se obter um resultado disperso destaca-se a percentagem de 38% como “bom”.

Conforme se pode observar na figura 14.6 que se segue 62% considera que a intervenção levada a cabo pela C.M.L. teve a capacidade de influenciar o espaço

envolvente. Na questão direcionada exclusivamente aos encarregados de educação (Figura 14.7) observava-se que 75% desta população avalia como suficiente o seu grau de satisfação com a escola. Nas questões direcionadas aos professores, de destacar não pelos melhores motivos, a avaliação de “insuficiente” a manutenção protagonizada pela junta de freguesia de Fanhões e pela Câmara Municipal de Loures (Figura14.8).

Já mais unânime é a avaliação que os docentes fazem das valências para a completa e integra aprendizagem de que a escola dispõe, sendo que todos os inquiridos a classificaram como “suficiente”.

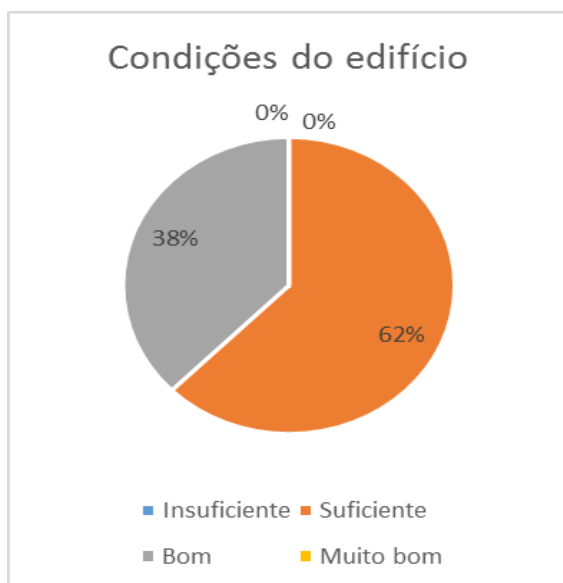


Figura 14. 2. Condições do edifício

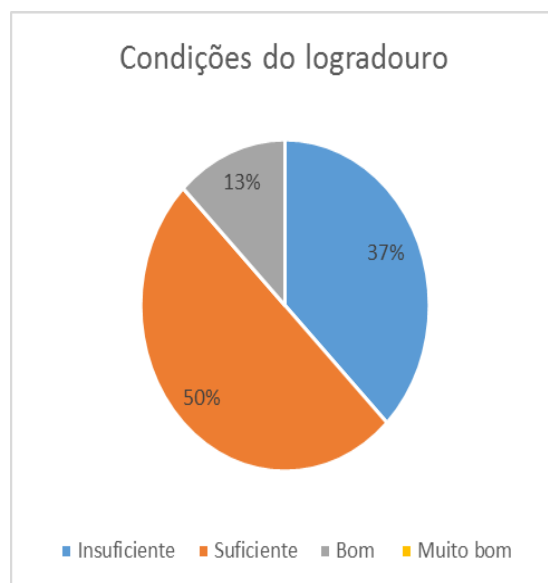


Figura 14. 3. Condições do logradouro

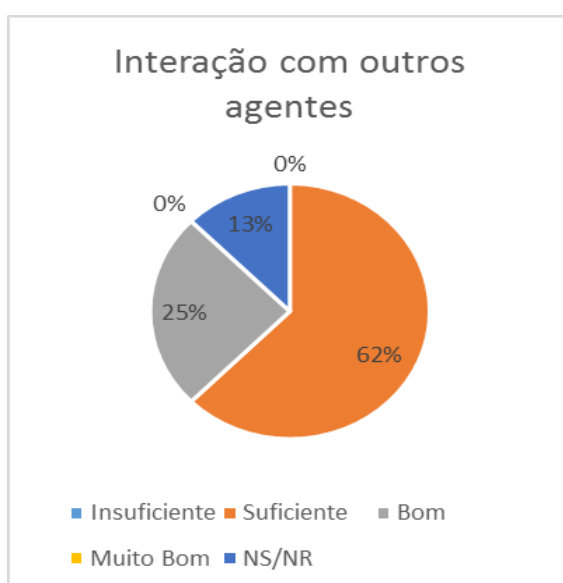


Figura 14. 4. Interação com outros agentes

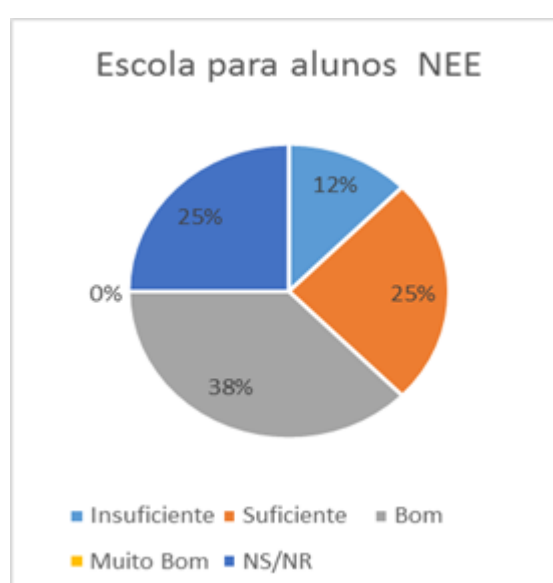


Figura 14. 5. Escola para alunos NEE

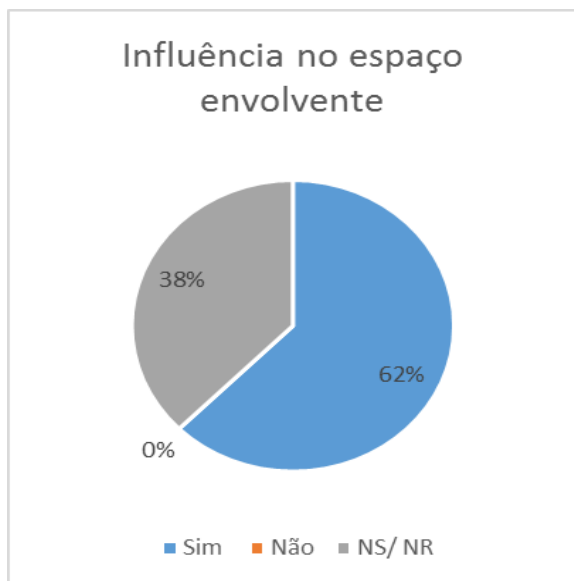


Figura 14. 6. Influência no espaço envolvente

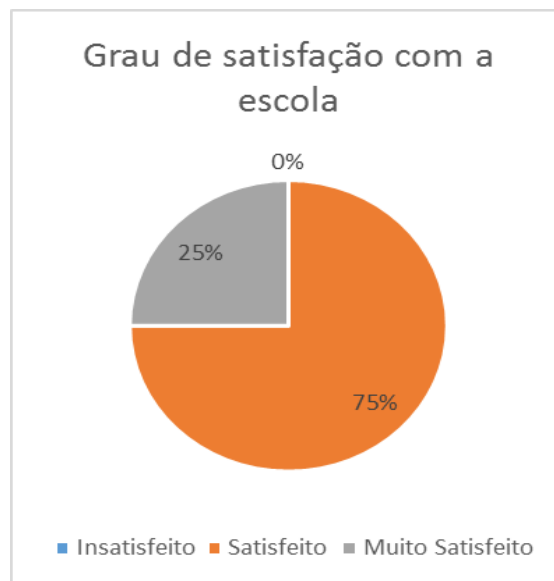


Figura 14. 7. Grau de satisfação com a escola

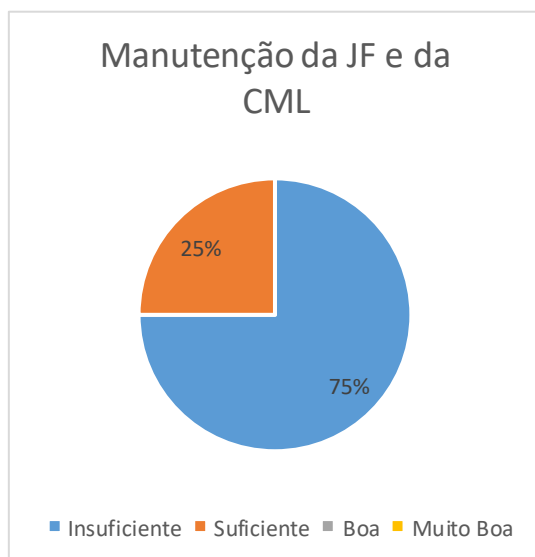


Figura 14. 8. Manutenção da JF e da CML

6.6 - A Escola Básica de Casaínhos

A Escola Básica de Casaínhos, situa-se na localidade Casaínhos, freguesia de Fanhões, nesta localidade apenas existe um café, ou seja não existe mais nenhum equipamento ou serviço nesta localidade, constatando-se um défice de oferta de serviços. Como se pode ver na figura 15, o aglomerado urbano de Casaínhos é constituído por moradias relativamente concentradas, estando a escola posicionada à saída da localidade.



Figura 16. Localização da Escola Básica de Casaínhos

Fonte: Google Earth

A Escola Básica de Casaínhos, era uma escola do plano centenário composta por duas salas de aula.

Antes da intervenção foram detetadas inúmeras falhas por parte da autoridade de saúde ao nível segurança no recinto escolar e espaço de jogo de recreio onde existe uma acessibilidade inadequada para os meios de socorro e salvamento a todas as zonas do edifício escolar. A cobertura da cabine elétrica está sem vedação podendo as crianças aceder a este local e provocar quedas, a forma pouco segura e provisória como o poço se estava fechado, a vedação encontrava-se degradada e o campo de jogos era de alcatrão e estava em mau estado. Já no edifício escolar a mesma autoridade de saúde alerta para a inexistência de para-raios, o pavimento das salas de aula são de tacos de madeira em mau estado de conservação o que dificultava a limpeza dos mesmos, as janelas e as portas não se encontravam bem vedadas provocando desconforto térmico e as persianas encontravam-se inoperacionais permitindo a direta incidência solar, e assinala a inexistência de instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada.

O coordenador da escola envia para a CML a opinião dos alunos sobre os pontos fortes e fracos da escola identificando deficiências como a localização do poço, campo de jogos e escadas de acesso perigosas e inexistência de rampas, ausência de espaços

como refeitórios e biblioteca, instalações sanitárias pequenas e sem espelhos, mobiliário e caixilharia desadequados e a necessidade de se proceder à pintura das paredes da escola. E após as análises dos documentos referidos, o Departamento de Obras Municipais desenvolve um projeto de remodelação e ampliação da escola e do logradouro.

A intervenção consiste numa nova planta onde as salas de aula existentes são todas intervencionadas e transformam-se na sala do jardim de infância e no refeitório, são acrescentadas novas valências como uma sala de professores, uma sala de arrumos, uma biblioteca, novas e adaptadas instalações sanitárias para toda a população escolar, incluindo funcionários e discentes com mobilidade condicionada e dispensa de apoio à cozinha.

Surgem também neste piso, as escadas de acesso ao piso superior até então inexistentes onde se constroem duas salas de aula para o 1º ciclo com um pequeno hall ao meio de acesso as escadas e a salas.

O logradouro foi remodelado tendo um desenho que proporciona uma fácil leitura visual do espaço envolvente e potencia e redefine a zona de recreio tendo portanto como objetivos a reorganização funcional do espaço, o aproveitamento harmonioso da área, e a promoção da fluidez; o seu pavimento ajuda a construir superfícies contínuas, onde é facilitada a legibilidade do espaço. Adaptado para as crianças brincarem com maior segurança, foi construído um aparelho de brincar que se fixa no logradouro pavimentado com placas de borracha sintética a fim de amortizar quedas, assegurando a correta drenagem, e também um campo de jogos sem medidas regulamentadas atendendo ao espaço disponível mas que incite as crianças à prática de atividade desportiva, bem como a criação de jogos tradicionais através da pintura no chão, como a macaca.

O exterior do edifício prolongou-se o patamar da rampa de acesso a fim de facilitar o acesso de carrinhos de abastecimento à zona de serviço.

Com a construção da cozinha o preço de refeição baixa consideravelmente quando comparado com as refeições transportadas (passa de 3, 50€ para 2, 15€).

Como já referido, com esta intervenção foram criadas novas valências atendendo às necessidades atuais como uma sala polivalente ou refeitório cozinha biblioteca, sala de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e instalações sanitárias para deficientes.

Após uma visita à escola observa-se que no ano letivo 2014/2015 estavam inscritos 20 crianças no pré-escolar e 32 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Fanhões, Casaiños mas também de Loures, Ribas e Pintéus (estas últimas três localidades com menor expressão). As duas turmas de 1º ciclo encontram-se funcionar em

regime normal e são mistas, ou seja verifica-se a presença de dois anos de ensino em cada turma.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no período em estudo (figura16):

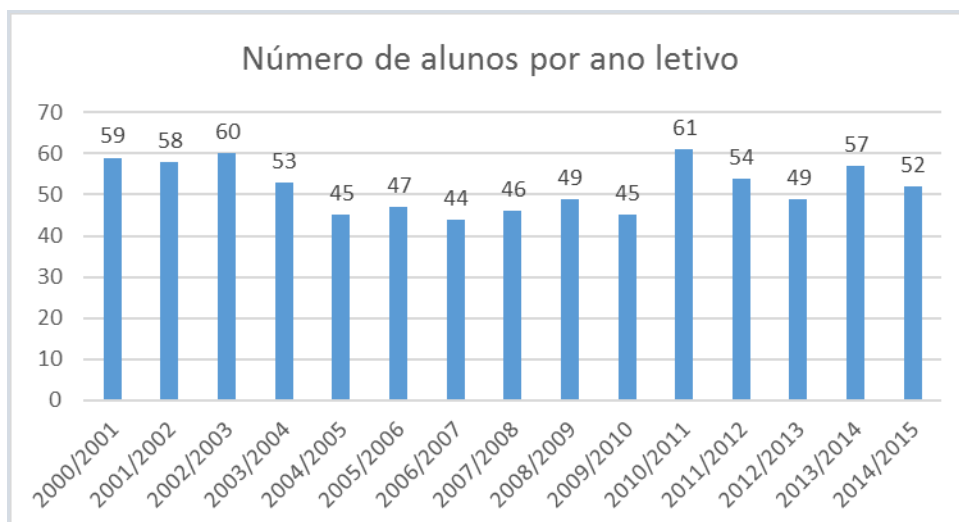


Figura 18. Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo

Fonte: CML

A escola conta neste momento com 2 docentes de 1º ciclo e 1 de pré-escolar titulares e o coordenador. Conta ainda com a colaboração de um professor de apoio, um professor de NEE, estes dois últimos apenas estão nesta escola estando com a restante carga horária divididos por outras escolas do agrupamento. Dispõe ainda de 4 Assistentes Operacionais (A.O.).

O transporte de crianças que pertencendo à área de influência, mas que a sua residência dista mais de 3km da escola são transportados por carrinhas escolares da competência da CML.

A coordenação desta escola regista parcerias principalmente com a PSP, através da Escola Segura e com os Bombeiros Voluntários de Fanhões.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se muito bem conservada, nota menos positiva vai para a inexistência de um espaço exclusivamente destinado para refeitório ou para ginásio (as duas valências funcionam no mesmo espaço) também as reduzidas dimensões do telheiro atendendo ao número de alunos fazem com que este não cumpra na plenitude a sua função em dias de chuva. O campo de jogos apresenta também dimensões muito reduzidas podendo o espaço ser melhor aproveitado.

A escola dispõe ainda de um computador por sala, e dois Quadros Interativos para o 1º ciclo.

Quando analisada a população escolar, verifica-se que 23% dos alunos (12) usufruem de ASE.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (57,25% nesta escola) e a Português 48,7 % (51,25% neste caso), já no ano letivo de 2013/2014, Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (51,44% neste equipamento) e Português de 62,2% (59,33% nesta escola) (Figura 16.1).

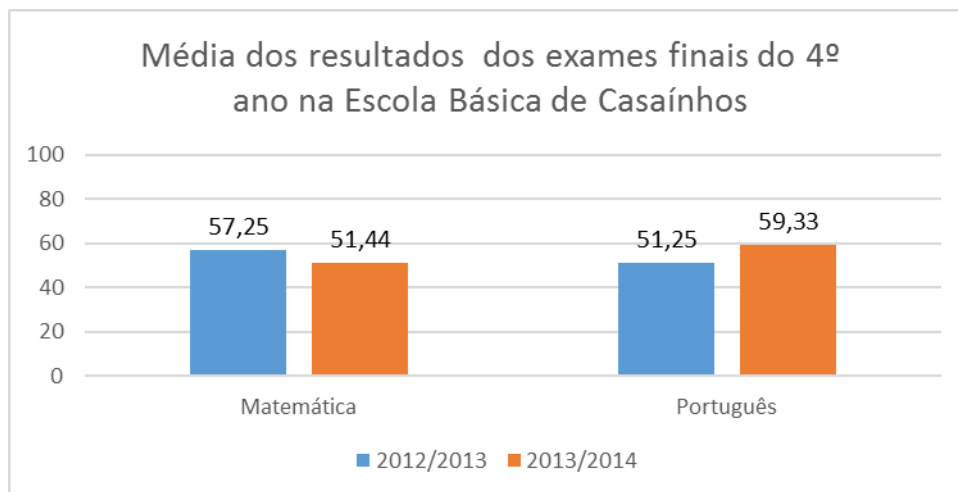


Figura16. 1. Média dos resultados dos exames finais do 4º ano na Escola Básica de Casaínhos

Fonte: Jornal O Público, 2014

Também nesta escola foram aplicados inquéritos aos encarregados de educação e docentes, nesta escola apenas se rececionou 3 inquéritos de ambas as partes, pois num universo de 4 docentes, um encontrava-se de férias e apenas 3 pais do Pré-escolar foram assíduos na devolução dos mesmos. Todos os inquiridos avaliam como “Muito Bom” o edificado escolar. Relativamente às condições do logradouro, verifica-se menor unanimidade, sendo que 50% dos inquiridos avaliam como “Bom” e os restantes como “Suficiente”.

Na figura 16.2 é possível concluir que a maioria dos inquiridos considera que a interação com outros agentes da comunidade de que são exemplo os bombeiros ou a PSP é muito boa. Resultado similar mostra-nos a figura 16.3, referentes as condições da escola para discentes com NEE.

Na figura 16.4 verifica-se a inexistência de um consenso alargado quando se questiona sobre a capacidade da escola após ter sido intervencionada para influenciar a área envolvente.

Relativamente a questão exclusivamente dirigida aos encarregados de educação dos discentes é inequívoca a satisfação que estes têm com a escola, uma vez que todos os inquiridos avaliaram como “Muito Satisfeito”.

Igualmente inequívoco é a opinião que os docentes possuem da manutenção promovida pela Junta de Freguesia de Fanhões e pela CML, avaliando-a como “Boa”

Também unânime, mas não pelos melhores motivos é a avaliação que os docentes fazem da escola no que concerne à existência de estruturas que complementam a educação lecionada no interior da sala de aula, avaliando-a como “Insuficiente”.

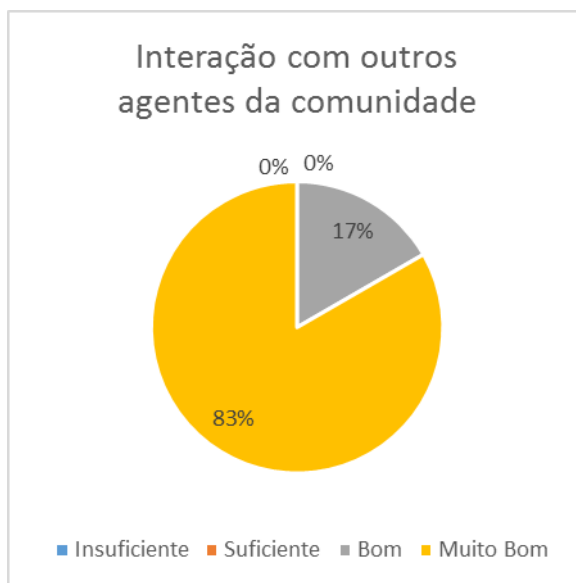


Figura 16. 2. Interação com outros agentes

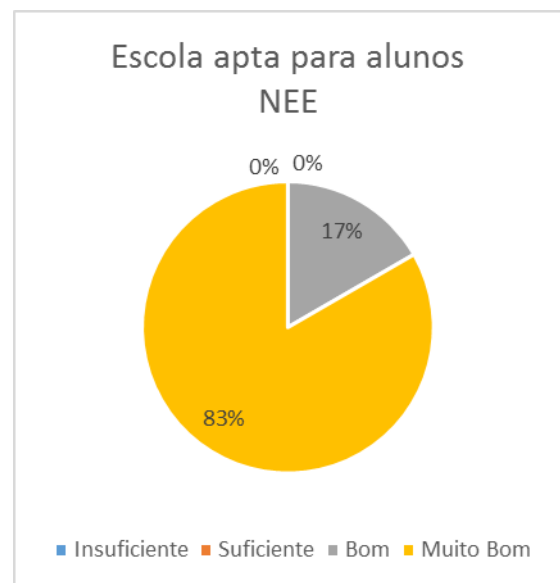


Figura 16. 3. Escola para alunos NEE

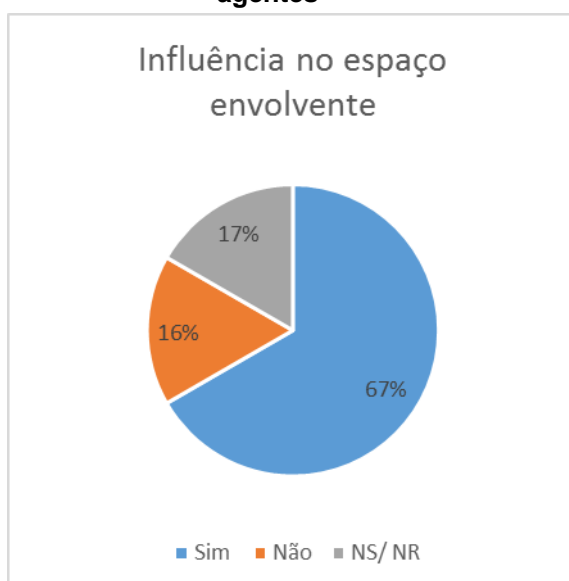


Figura16. 4. Influência no espaço envolvente

6.7 - A Escola Básica da Fonte Santa

A Escola Básica da Fonte Santa está inserida na localidade da Fonte Santa, Freguesia de Loures, foi construída de raiz pois as escolas que a antecederam (Escola nº1 Pinheiro de Loures, Escola nº2 Pinheiro de Loures) funcionavam em instalações provisórias e sem oferta ao nível do pré-escolar.

Este novo equipamento encontra-se junto a um jardim que é usado pelos docentes para a elaboração de atividades pedagógicas, os prédios à volta foi construído já no século XXI já as vivendas aparentam ser mais antigas. Atendendo à sua proximidade com a cidade de Loures observa-se já um aglomerado de maiores dimensões, quando comparada com as escolas anteriores e mais denso, como é perceptível na figura 17. No seu entorno este equipamento educativo, conta com inúmeros cafés e restaurantes, dispõe de variados locais de comércio, de referir que não existe nenhuma paragem de autocarro nas proximidades do complexo escolar.



Figura 19. Localização da Escola Básica da Fonte Santa

Fonte: Google Earth

A escola básica da Fonte Santa data de 2009, consistindo um centro escolar do tipo DREL, *cujos elementos do projeto de base de arquitetura figuram apenas como expressão de quais os espaços necessários a desenvolver das diferentes atividades, da sua interligação quer ao nível interno quer externo e do seu próprio dimensionamento* (processo da obra). São centros escolares DREL, equipamentos cuja planta,

dimensionamento e valências foram previamente estabelecidas pela Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL)

Este equipamento dispõe de 8 salas de aula de 1º ciclo e três salas de Pré-escolar (escola geminada com a Quinta das Mós em Camarate). Surge como a adoção da melhor solução, atendendo à modularidade e versatilidade pretendida, indo de encontro aos manuais de boas práticas publicados, quer pela DREL, quer pela DGS. Pretende-se assim uma construção modular pré-fabricada para também dar resposta às dinâmicas demográficas e readaptação para outros usos futuros.

Esta solução apresenta-se como mais sustentável a nível social, mas também económico e ambiental, pois promove a minoração dos impactos ambientais associados às técnicas da construção tradicional.

Atendendo à presença do pré-escolar e do 1º ciclo, os espaços exteriores devem oferecer ambientes diversos que permitam a inerente realização de atividades lúdicas e educativas.

Este equipamento dispõe no piso Rés-do- Chão de 3 salas de pré-escolar, 1 sala polivalente, cozinha e refeitório, ginásio, 1 sala de apoio ao Componente de Apoio à Família (CAF), um gabinete, um gabinete de direção, uma sala de docentes, instalações sanitárias e vestiários de apoio à atividade física.

No 1º piso este equipamento estão contempladas 8 salas de atividades de 1º ciclo, uma biblioteca/centro de recursos, gabinete/copa para os docentes e instalações sanitárias.

Todas as salas do pré-escolar dispõem de uma arrecadação/ vestiário e casas de banho de apoio.

Entre cada duas salas de 1º ciclo existe uma arrecadação de apoio à atividade na sala desenvolvida. Todas estas áreas estão envoltas em amplas áreas de circulação. O logradouro apresenta-se com aparelho de brincar que se localiza no logradouro mas sem um campo de jogos e com uma área muito reduzida atendendo ao número de alunos.

Em visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritas 75 crianças no pré-escolar e 204 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de São Sebastião de Guerreiros, Moninhos, Pinheiro de Loures e Fonte Santa (Palhais). As nove turmas encontram-se funcionar em regime normal.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução desde o ano letivo de 2009/2010 (ano da abertura deste equipamento):

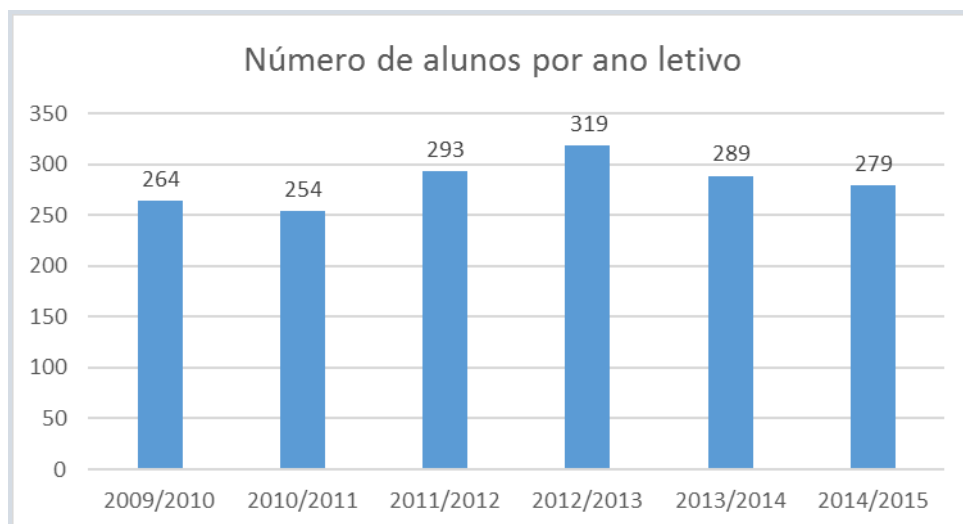


Figura 20. Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola conta com 9 docentes de 1º ciclo e 3 de pré-escolar titulares e a coordenadora. Conta ainda com a colaboração de um professor de apoio, um professor de NEE, e uma professora bibliotecária, os professores não titulares, com exceção da coordenadora estão nesta escola a meio tempo estando com a restante carga horária divididos por outras escolas do agrupamento. Dispõe ainda de 10 Assistentes Operacionais (A.O.).

O transporte de crianças que pertencendo à área de influência, mas que a sua residência dista mais de 3km da escola são transportados por carrinhas escolares da competência da CML assim como os discentes com NEE e patologias mais graves.

A coordenação da escola básica da Fonte Santa regista parcerias com a PSP, USF, SPC, com os bombeiros de Loures, com um lar de 3ª idade e com a sociedade filarmónica União Pinharensense.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se muito bem conservada duma maneira geral, com exceção para os estores elétricos do ginásio que estão avariados como também o sistema de climatização, que apresenta custos muito elevados de utilização e manutenção. Ao nível do logradouro urge referir as reduzidas dimensões do telheiro atendendo ao elevado número de alunos, o espaço do logradouro é insuficiente e tem um monte de terra que dificulta a sua limpeza, e de salientar a inexistência de um campo de jogos.

A escola dispõe ainda de salas de aula com computador e 1 Quadro Interativo.

Quando analisada a população escolar verifica-se que 60% dos alunos (112) usufruem de Ação Social Escolar (ASE).

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano (Figura 18.1) a média em Portugal foi no ano letivo de 2012/2013 a matemática de 56,9% (49,7% nesta escola) e a Português 48,7 % (40,62% nesta escola) , já no ano letivo de 2013/2014 matemática obteve uma média nacional de 56,1% (51,33% nesta escola) e a Português de 62,2% (59,27% nesta escola).

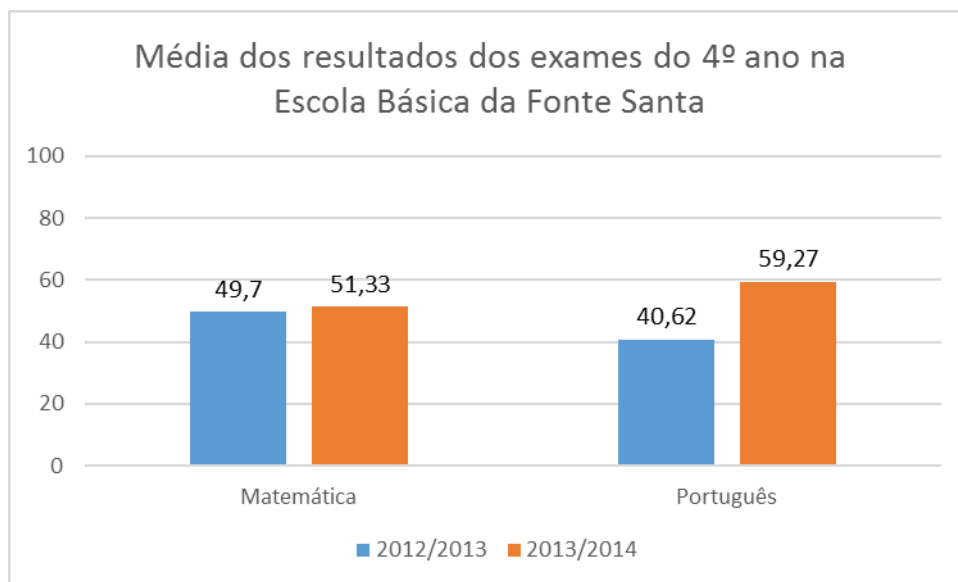


Figura 18. 1 Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica da Fonte Santa

Fonte: Jornal O Público, 2014

De relembrar que a Escola Básica da Fonte Santa foi construída para adaptar a resposta educativa às necessidades da sua área de influência, com abertura deste equipamento escolar as escolas Pinheiro de Loures nº 1 e nº 2 foram encerradas.

Com os questionários realizados a esta população escolar, 4 docentes e a 3 encarregados de educação (de relembrar que os inquéritos continham questões em comum e objetos direcionados apenas para professores ou encarregados de educação) foi possível concluir que a totalidade da população inquirida avalia as condições do edifício escolar como “Bom”.

No que concerne as condições do logradouro a opinião é menos consensual, sendo que 50% dos inquiridos avalia como “Bom” e os restantes como “Insuficiente”. Esta divisão de opiniões prende-se com a falta de espaço do logradouro atendendo ao número de alunos 279 alunos no ano letivo 2014/2015 e a presença de um monte de terra de elevada dimensão e altitude.

À semelhança das outras comunidades escolares, esta população escolar foi também inquirida para se saber como avaliava a interação da escola com outros agentes

da comunidade (arquivo municipal, SPC, Centro de saúde, PSP, entre outros), tendo considerado como “Bom” e sendo de destacar um consenso total nas respostas recebidas.

Relativamente às condições da escola e a capacidade da mesma para integrar alunos NEE (necessidades educativas especiais) depreende-se que a comunidade escolar acredita nas boas condições deste equipamento para tal finalidade (Figura 18.2).

Relativamente à questão se a construção da escola teve/tem influência na área envolvente 87% considera que “sim” (Figura 18.3).

À questão dirigida apenas aos encarregados de educação relativa ao grau de satisfação com a escola, obteve-se um resultado simétrico entre “Satisfeito” e “Muito Satisfeito”.

Já os docentes foram inquiridos sobre a manutenção do equipamento educativo que nesta escola é competência da Junta de Freguesia de Loures e da Câmara municipal de Loures onde a maioria dos inquiridos avalia como “suficiente”, ver figura 18.4.

Por fim no que concerne à avaliação e à existência de espaços para uma completa e integrada aprendizagem, 50% dos docentes inquiridos avalia como “bom” e os restantes como “insuficiente”, uma avaliação que dececiona atendendo às condições deste equipamento.

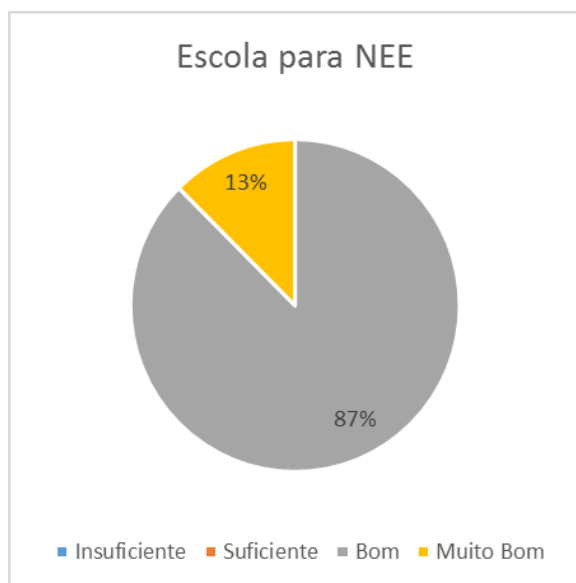


Figura 18. 2. Escola para alunos NEE

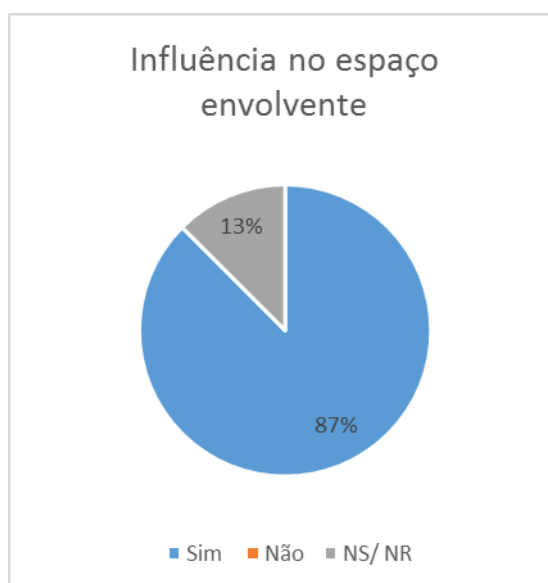


Figura 18.3. Influência no espaço envolvente

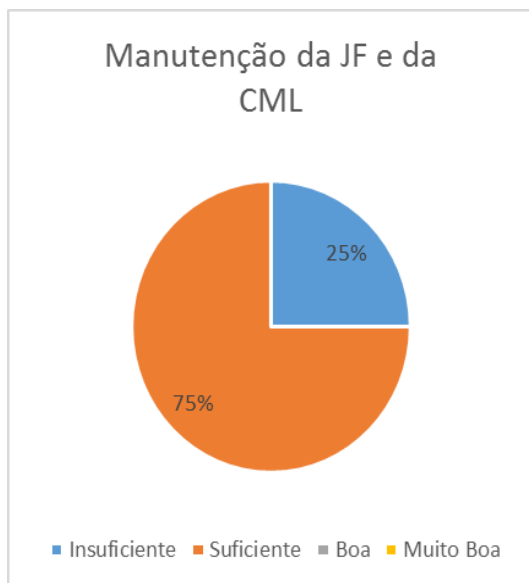


Figura 18. 4. Manutenção da JF e da CML

6.8 - A Escola Básica nº1 de Loures

A Escola Básica nº1 de Loures iniciou a sua atividade em 1940 e funcionava em dois edifícios. O edifício principal, antes da construção do novo edifício, funcionava num imóvel não projetado para o ensino e contava com cinco salas de aula, duas salas pequenas de apoio, um gabinete de docentes, um gabinete de direção, uma cozinha e instalações sanitárias tendo um pavilhão em anexo com duas salas de aula de dimensões reduzidas, sem instalações sanitárias. O segundo edifício era composto por uma sala de aula, um gabinete e instalações sanitárias. A escola era composta por 16 turmas funcionando em regime duplo. Percebe-se, então que estes edifícios encontravam-se a funcionar acima da sua capacidade, não respondendo às necessidades educativas a nível das condições e dos espaços complementares à formação. Estes edifícios encontravam-se em razoável estado de conservação exceto as instalações sanitárias.

Atendendo às condições supracitadas e a previsão da população demográfica na cidade de Loures, a Câmara Municipal propõe uma resposta através de um novo edifício construído de raiz que atenda às deficiências supracitadas e que dê resposta às necessidades do pré-escolar. Assim aproveita o Despacho conjunto 291/97, de 26 de junho, que promove o programa de desenvolvimento e extensão da rede da educação pré-escolar, usufrui assim de comparticipação no valor total da obra.

Este novo edifício está localizado no seio de um bairro carenciado, com um elevado número de pessoas de etnia cigana, na Freguesia de Loures. O bairro dispõe de uma loja de comércio e de um café. A malha urbana é muito concentrada e densa, como se pode comprovar na figura 19, esta escola encontra-se relativamente perto do arquivo municipal de Loures e da Biblioteca José Saramago.



Figura 21. Localização da Escola Básica nº1 de Loures

Fonte: Google Earth

O novo edifício dispõe de 8 salas de aula de 1º ciclo, duas salas de atividades de pré-escolar, balneários, ginásio, refeitório, cozinha, sala para os assistentes operacionais, várias arrecadações (de material didático e de limpeza), pontos de água nas salas, sala de professores, gabinete de direção, sala de reuniões, gabinete médico, duas salas de atividades de tempos livres, biblioteca, sala de ensino especial, instalações sanitárias para crianças e adultos, campo de jogos do logradouro, horta pedagógica, e telheiro com 250 m².

O edifício está situado num terreno a poente do aglomerado Urbano da cidade de Loures. No piso superior (o de entrada) estão dispostos os serviços comuns, as instalações do refeitório/ cozinha, a sala de assistentes operacionais, as salas de ATL, as duas salas do pré-escolar (com acesso a um logradouro exclusivo ao JI) e a sala de professores e a direção, ainda neste piso, estão presentes 3 salas de aula de 1º ciclo.

Já no piso inferior que se encontra semienterrado e com abertura para o lado do logradouro, estão localizadas cinco salas de aula, as salas do ensino especial, a biblioteca, o ginásio e os balneários.

Os acabamentos escolhidos pretendiam atingir uma boa relação entre fatores como qualidade/ durabilidade/ manutenção/ funcionalidade/ custo. Todas as salas de aula e áreas de circulação contam com isolamento acústico a fim de minimizar qualquer perturbação de cariz ruidosa.

A escola mesmo depois de entrar em funcionamento, foi necessário tratar de reparações no âmbito da garantia, tendo sido o auto da receção definitiva lavrado e datado em 2008.

Em visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 50 crianças no pré-escolar e 209 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Loures, especialmente do bairro onde a escola está inserida. Das dez turmas de 1º ciclo quatro encontram-se funcionar em regime normal, 3 funcionam no turno da manhã e as restantes 3 no turno da tarde. Deste universo de 10 turmas quatro são mistas, ou seja têm inscrito discentes de mais do que um ano de escolaridade.

O número de alunos inscritos neste equipamento tem vindo a diminuir precisamente a partir de 2007/2008 (Figura 20):



Figura 23. Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo

Fonte: CML

Este equipamento educativo dispõe de 10 docentes de 1º ciclo e 2 de pré-escolar titulares e a coordenadora. Conta ainda com a colaboração de três professores de apoio, três professor de NEE, e uma professora bibliotecária, os professores não titulares, com exceção da coordenadora estão nesta escola a meio tempo estando com a restante carga horária divididos por outras escolas do agrupamento. Dispõe ainda de 12 A.O., dois porteiros e uma psicóloga.

São transportadas para esta escola pela CML as crianças com NEE, de que são exemplo os alunos com autismo.

A coordenação desta escola regista parcerias com a PSP, com o Arquivo Municipal e com a biblioteca José Saramago (atendendo à proximidade geográfica destes equipamentos), com a Farmácia Nova de Loures, a escola de prevenção rodoviária, a USF de Loures e os Bombeiros de Loures.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se regular numa maneira geral, com exceção do revestimento acústico do teto que apresenta-se cheio de

pó e cuja sua limpeza se revela uma tarefa extremamente difícil, já o refeitório deveria ter uma maior área, para aumentar a sua capacidade de alunos a almoçar à hora de almoço. Ao nível do logradouro urge referir as reduzidas dimensões do telheiro atendendo ao número de alunos do equipamento.

A escola dispõe ainda de salas de aula com computador e das quais duas com Quadro Interativo.

Quando analisada a população escolar verifica-se que 53% dos alunos (138) usufruem de Ação Social Escolar.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (48,08% nesta escola) e a Português 48,7 % (40,65% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, a Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (38,07% nesta escola) e a Português 62,2% (45,29% nesta escola) (Figura 20.1).

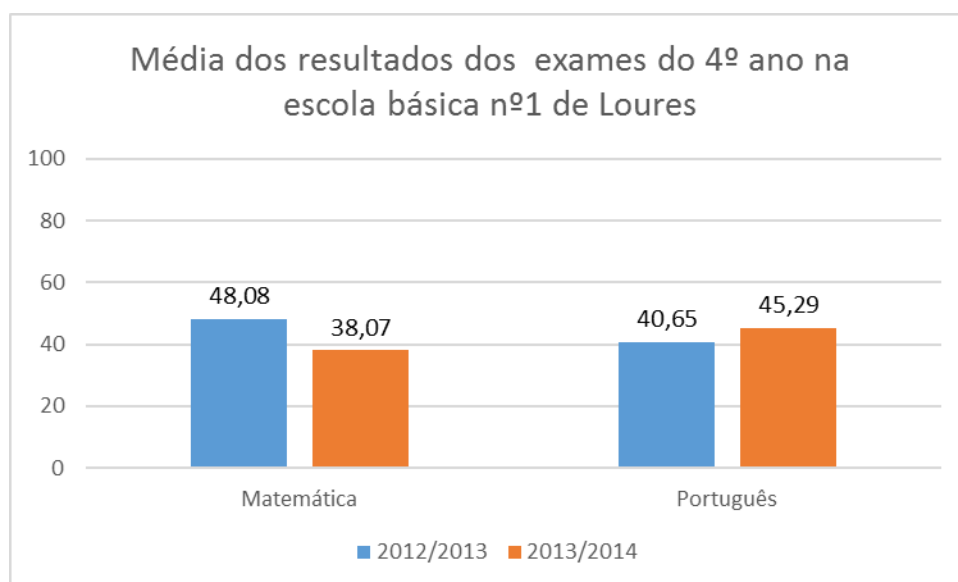


Figura 20. 1. Média dos resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica nº1 de Loures

Fonte: Jornal O Público, 2014

Relativamente à informação recolhida pelos dados estatísticos, na figura 20.2, pode-se ver que a amostra inquirida (4 inquéritos dirigidos aos docentes, e 4 encarregados de educação) não se encontra em convergência relativamente às condições do edifício.

Na figura 20.3, pode-se observar as respostas recolhidas pelos inquéritos onde existe uma maioria que avalia como “bom” o logradouro e as condições deste espaço.

Quando pedido para avaliarem a interação da escola com outros agentes, existe uma grande divisão nas respostas obtidas, ainda assim a resposta mais assinalada foi como “bom” (Figura 20.4).

No que concerne às condições deste equipamento para receber e promover a inclusão de alunos NEE, verifica-se uma tendência de respostas no sentido do “bom”. (Figura 20.5)

Maior unanimidade é encontrada na questão que se uma intervenção na escola influencia o espaço envolvente, de referir que o equipamento educativo é posterior ao bairro que a envolva, concluindo-se por isso que a sua construção alterou a dinâmica no bairro. (Figura 20.6)

Relativamente aos encarregados de educação inquiridos, uma maioria considerável diz-se “satisfeito” com a escola complementado com os 25% que diz-se “muito satisfeito”, conforme se pode observar na figura 20.7.

Na figura 20.8 verifica-se que metade dos docentes inquiridos avalia como “suficiente” a manutenção da Junta de Freguesia de Loures e da Câmara Municipal de Loures.

Constata-se que os docentes estão divididos relativamente à existência de valências para uma completa e integrada educação, sendo que existe uma divisão simétrica na avaliação pelos inquiridos entre “Suficiente” e “Insuficiente”.

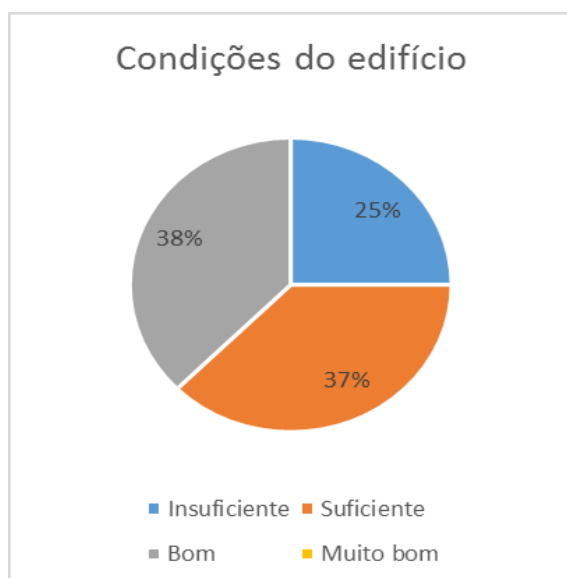


Figura 20. 3. Condições do edifício

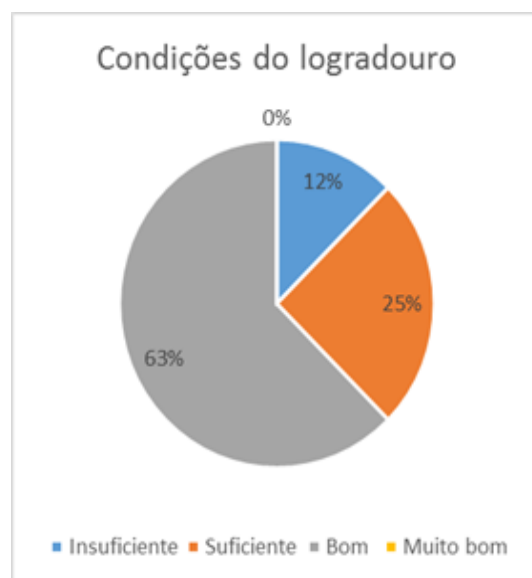


Figura 20. 2. Condições do logradouro

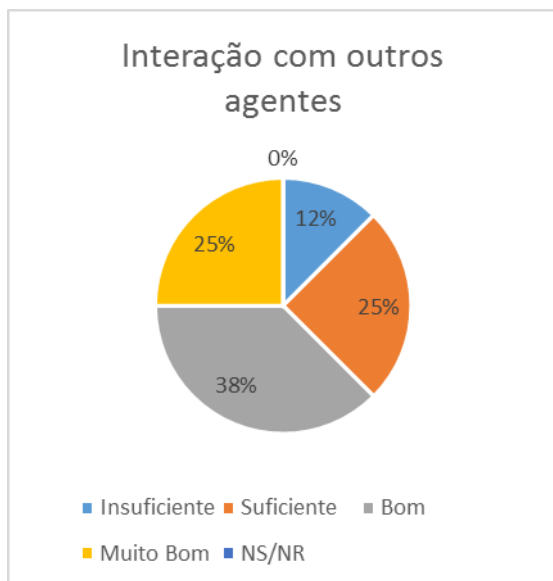


Figura 20. 4. Interação com outros agentes

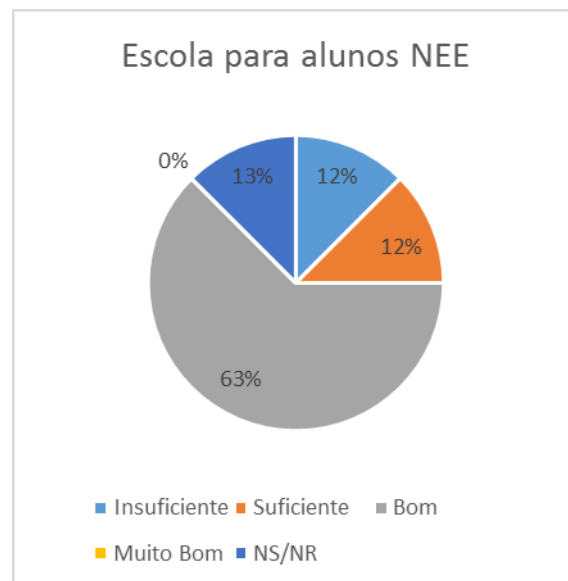


Figura 20. 5. Escola para alunos NEE

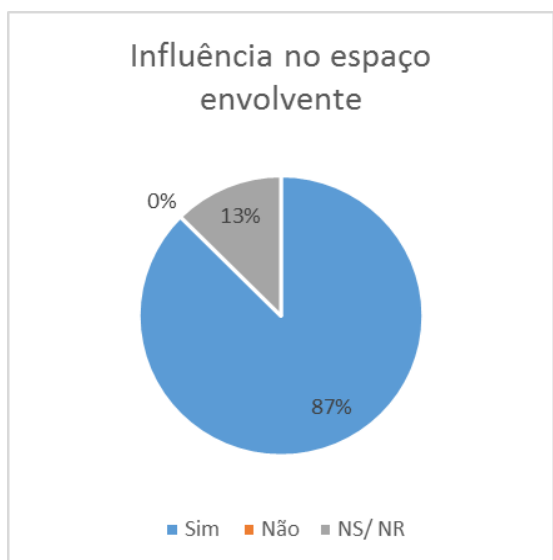


Figura 20. 6. Influência no espaço envolvente

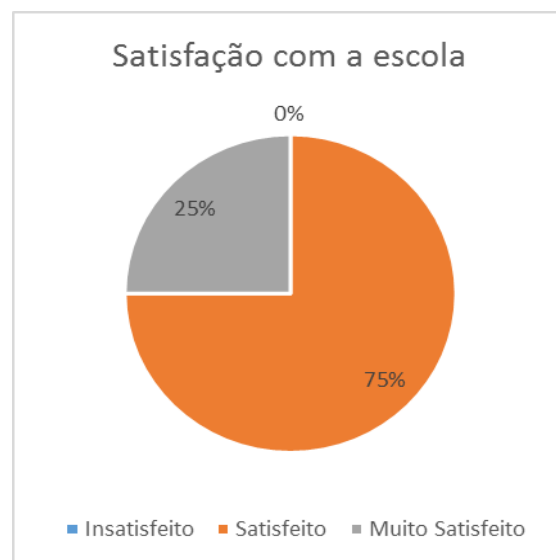


Figura 20. 7. Grau de satisfação com a escola

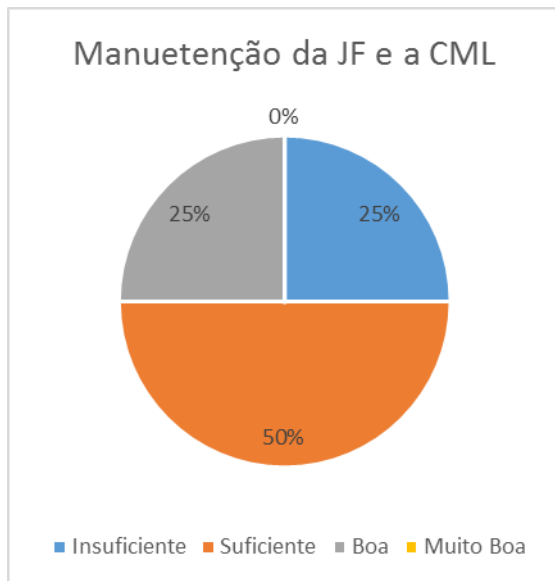


Figura 20. 8. Manutenção da JF e da CML

6.9 - A Escola Básica Nº2 de Loures

A escola está inserida na localidade da Mealhada, Freguesia de Loures dispondo de uma série de serviços a nível de pastelaria e restauração, variadíssimo comércio incluindo a presença de uma sucursal de uma cadeia de supermercado. Fica próxima de paragens de autocarro, localiza-se sensivelmente a 400 metros do parque da cidade de Loures, situa-se a escassos metros da escola EB 23 Luís de Sttau Monteiro (escola sede do agrupamento em estudo). O aglomerado urbano nesta localidade é denso e concentrado, atendendo à localização central deste equipamento (Figura 21).



Figura 21. Localização da Escola básica nº 2 de Loures

Fonte: Google earth

Antes de ser intervencionada, a escola básica nº 2 de Loures dispunha de 3 salas de aula, sendo as suas instalações num pré-fabricado provisório desde o ano da sua inauguração (1975). No ano 2000, a associação de pais e encarregados de educação solicitou junto da Câmara Municipal de Loures, um contentor para uma sala com funcionalidade polivalente, grades para as janelas e reforço da porta da sala da direção, substituição da vedação, avançar com o telheiro adjacente ao edifício e o reforço de iluminação exterior da escola.

A autarquia concordou com todas as sugestões propostas, menos com a colocação de grades nas Janelas. O Município reconhece que existe uma “ necessidade de substituição urgente daquela escola por uma definitiva, no entanto a mesma não se

encontra de imediato prevista, a conservação, e adequação dos espaços deverá ser perspectivada para os próximos anos”.

A demarcação e vedação desta escola sofre alterações ganhando assim mais área útil de logradouro.

Paralelamente, decorrem na escola uma vistoria por parte do Centro de Saúde de Loures, onde se afirma que se deve proceder à substituição do pavimento das salas de aula, substituição dos aquecimentos, dotar as instalações sanitárias com sabonete líquido e toalhetes descartáveis.

A intervenção consistiu pois na construção de uma sala (que não foi construída em pré-fabricado) ficando a sua localização adjacente ao edificado já existente. E na correção das deficiências supracitadas, procedendo ao cumprimento da indicação da autoridade de Saúde.

Atualmente a escola apresenta parcas condições de ensino, uma vez que o edificado de origem pré-fabricada de encontra degradado e sem condições, nem valências complementares às da sala de aula.

Em visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 105 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Loures, e da Mealhada. Das cinco turmas de 1º ciclo três encontram-se funcionar em regime normal, uma funciona no turno da manhã e a restantes no turno da tarde.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução durante o período de estudo (Figura 22):



Figura 22. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Este equipamento educativo dispõe de 5 docentes titulares (incluindo a coordenadora). Conta ainda com a colaboração de um professor de apoio, dois professores de NEE. Esta escola por decisão da tutela funciona como uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surde Cegueira promovendo assim a inclusão e o sucesso educativo destes discentes. Dispõe ainda de 3 Assistentes Operacionais (A.O).

São transportadas para esta escola pela CML as crianças com NEE, que moram no Município mas também pela Câmara Municipal de Odivelas e pelos bombeiros de Loures. A coordenação desta escola regista parcerias com a PSP, a USF de Loures, os Bombeiros de Loures e a fundação Dr. João dos Santos.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apesar das poucas condições que a mesma oferece (atendendo à tipologia do edificado) apresenta-se regular duma maneira geral. Os aparelhos de ar condicionado em todas as salas ajudam a minimizar a ineficiência energética desta construção. Ao nível do logradouro, atendendo ao número de alunos, é necessário apenas referir as reduzidas dimensões do telheiro.

A escola dispõe ainda de salas de aula com computador e das quais uma com Quadro Interativo.

Quando analisada a população escolar verifica-se que 51% dos alunos (54) usufruem de ASE.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (59,06% nesta escola) e a Português 48,7 % (46,5% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (56,64% nesta escola) e Português de 62,2% (64,05% nesta escola) (Figura 22.1).

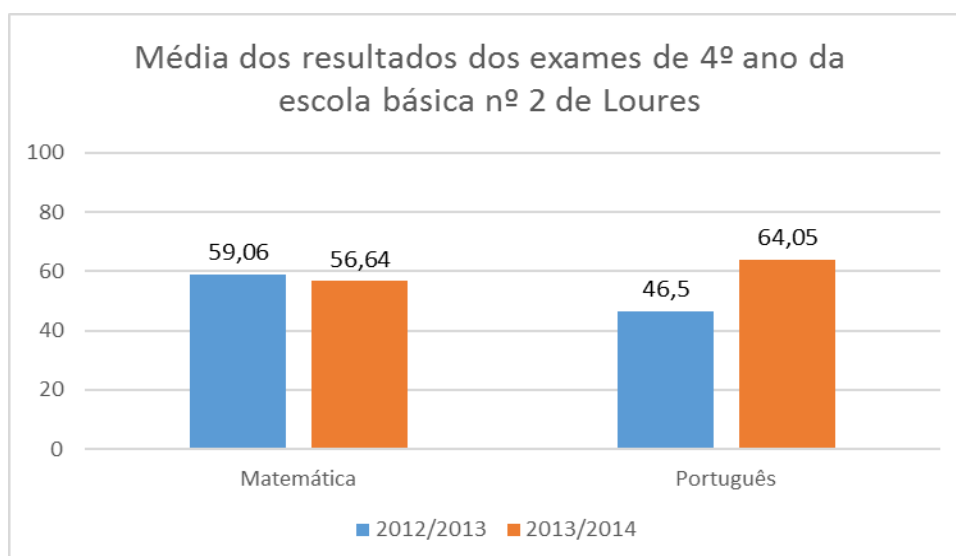


Figura 22.1 Média de resultados dos exames do 4º ano na Escola básica nº 2 de Loures

Fonte: Jornal O Público, 2014

Relativamente à informação recolhida pelos inquiridos a 4 professores e a 5 encarregados de educação, a maioria dos inquiridos avalia como “Suficiente” as condições do edifício, como se pode visualizar na figura 22.2. Já as condições do logradouro conseguem agradar mais aos inquiridos como se pode verificar na figura 22.3.

Na figura 22.4 é possível concluir que na interação com os outros agentes da comunidade 67% dos inquiridos “avalia” como Suficiente.

Apesar do modesto e provisório edifício, os auscultados dividem as suas opiniões entre “suficiente” e “bom” para alunos NEE (Figura 22.5) e apesar da escola funcionar num pré-fabricado e provisório os encarregados de educação avaliam como “satisfeito” e “muito satisfeito” a sua satisfação com a escola (Figura 22.6).

No que concerne a opinião sobre a capacidade de influenciar a área envolvente em caso de intervenção, a esmagadora maioria não sabe ou não responde, facto que se pode dever em grande parte ao facto das intervenções operacionalizadas neste equipamento terem sido de menor dimensão (construção de uma sala polivalente em 2002) que na atualidade serve como refeitório e possui duas estantes com livros, fazendo também de biblioteca (Figura 22.7).

Em ambas as questões colocadas aos docentes da escola assiste-se a uma total unanimidade da resposta recebida, todos os docentes inquiridos avaliaram como “suficiente” a manutenção por parte da Junta de Freguesia de Loures e da Câmara Municipal de Loures.

Igualmente unânime, foi a avaliação da existência de espaços educativos complementares como “Insuficiente”, uma resposta que não surpreende atendendo a que falamos de instalações pré-fabricadas com mais de 30 anos.

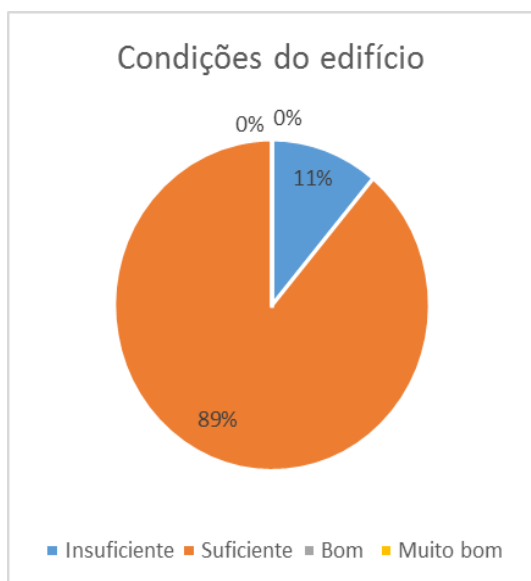


Figura 22. 2. Condições do edifício

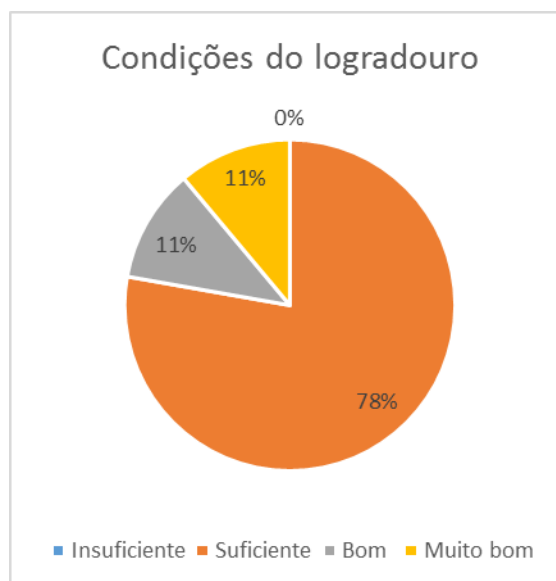


Figura 22. 3. Condições do logradouro

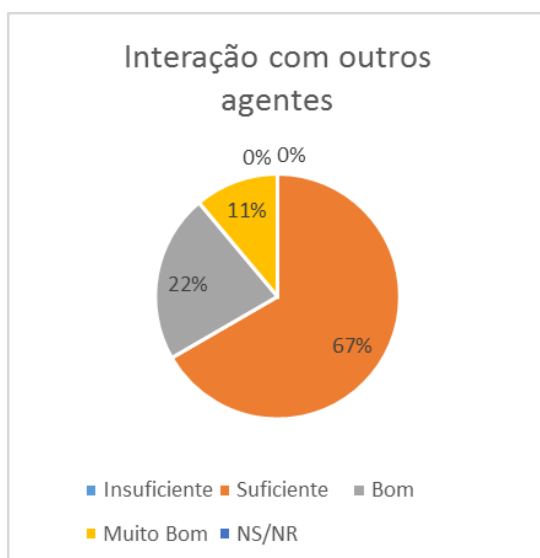


Figura 22.4. Interação com outros agentes

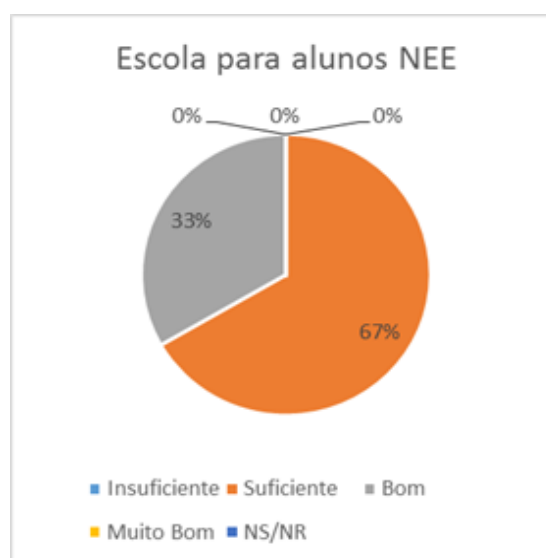


Figura 22. 5. Escola para alunos NEE

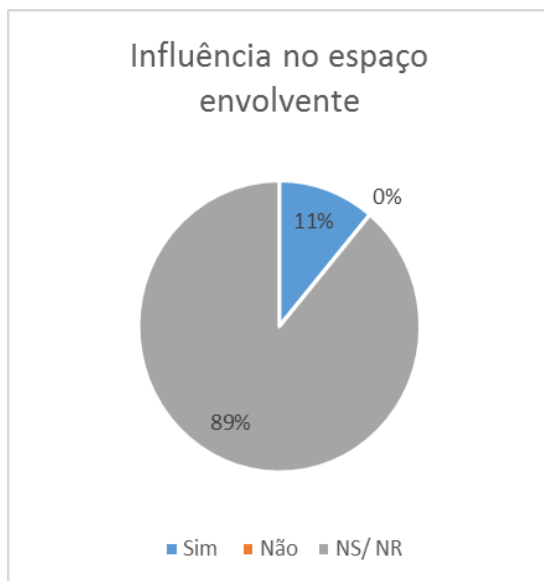


Figura 22. 6. Influência no espaço envolvente

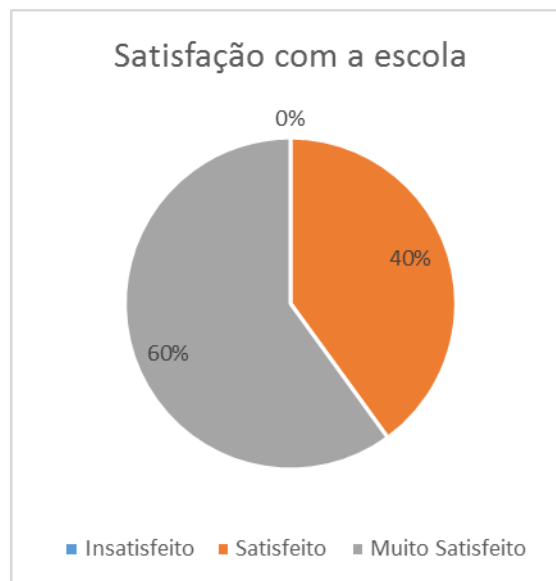


Figura 22. 7. Grau de satisfação com a escola

6.10 - A Escola Básica de Montemor

Esta escola está localizada na localidade de Montemor, Freguesia de Loures junto ao Município de Odivelas e não possui equipamentos, ou serviços na área envolvente, apenas algum comércio tradicional e uma paragem de autocarro. Como se pode observar na figura 23, o edificado é de pouca densidade (essencialmente vivendas) e disperso.



Figura 23. Localização da Escola Básica de Montemor

Fonte: Google Earth

No final da década de 90 do século XX, esta escola viu substituída a caixilharia e procedeu-se à instalação de um chuveiro para as crianças do pré-escolar.

Ainda antes da intervenção, a escola funcionava sem cozinha, pelo que as crianças tinham de ir almoçar a casa e o logradouro encontrava-se em mau estado de conservação.

Em 2003, a intervenção ocorre quando o Presidente da Junta de freguesia de Loures, pede que o chão do parque infantil seja substituído por piso de borracha, alegando que a areia provoca alergias, não é higiénico e promove a queda de crianças, afirmando que há encarregados de educação que não autorizam os educandos brincar naquele espaço. Paralelamente a autarquia decide construir uma cozinha afim de acabar com a refeição transportada e poder dar aos alunos inscritos uma refeição quente confeccionada na hora.

Em visita à escola supracitada, observa-se que no ano letivo 2014/2015 estavam inscritas 24 crianças no pré-escolar e 43 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria da cidade de Loures, Caneças e Odivelas. As duas turmas encontram-se funcionar em regime normal e são mistas.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no decorrer do período em estudo (Figura 24):

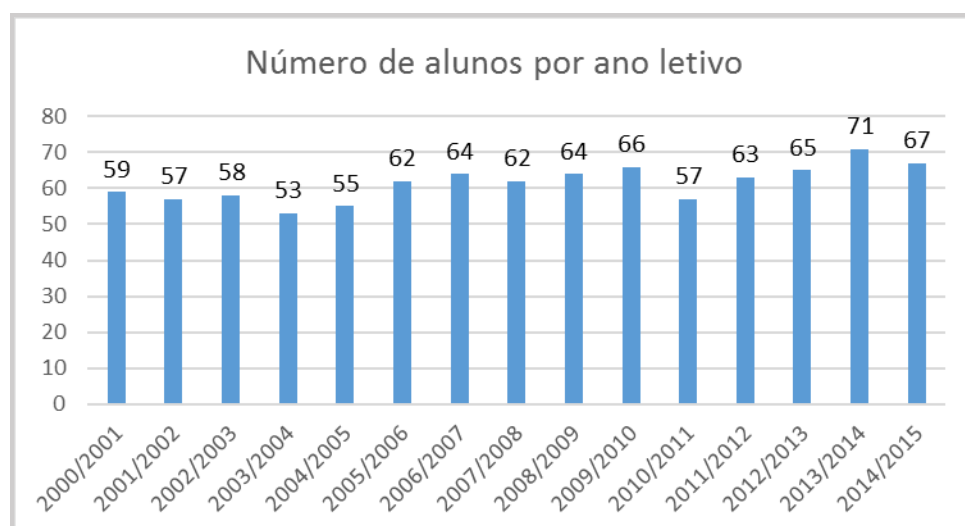


Figura 24. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Este equipamento educativo dispõe de 2 docentes de 1º ciclo e 1 de pré-escolar titulares (incluindo coordenador). Dispõe ainda de 5 Assistentes Operacionais (A.O), para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

Nesta escola não existem crianças transportadas por entidades oficiais.

A coordenação desta escola regista parcerias com a Câmara Municipal de Loures, com a Junta de freguesia de Loures, com os bombeiros voluntários de Loures e com o SPC.

Relativamente ao estado de conservação, apresenta-se, um edifício pouco preparado para as condições necessárias a atividade letiva, com pouca luz natural e com apenas um corredor que faz a ligação da escola de uma ponta a outra. Conta apenas com duas salas de 1º ciclo, uma de pré-escolar, e uma sala com cerca de 15 metros quadrados que serve de refeitório a estes alunos. Ao nível do logradouro este apresenta-se com boas áreas e em boas condições de conservação. Segundo o coordenador da escola, a valência da construção da cozinha e do refeitório permitiu aumentar o rendimento escolar dos alunos que passaram a ter garantido pelo menos uma refeição quente por dia.

A escola dispõe ainda de um computador em cada sala e de um quadro interativo.

Quando analisada a população escolar verifica-se que 30% dos alunos (20) usufruem de ASE.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (46,6% nesta escola) e a Português 48,7% (39,2% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, a Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (50% nesta escola) e Português de 62,2% (68,75% nesta escola) (Figura 24.1).

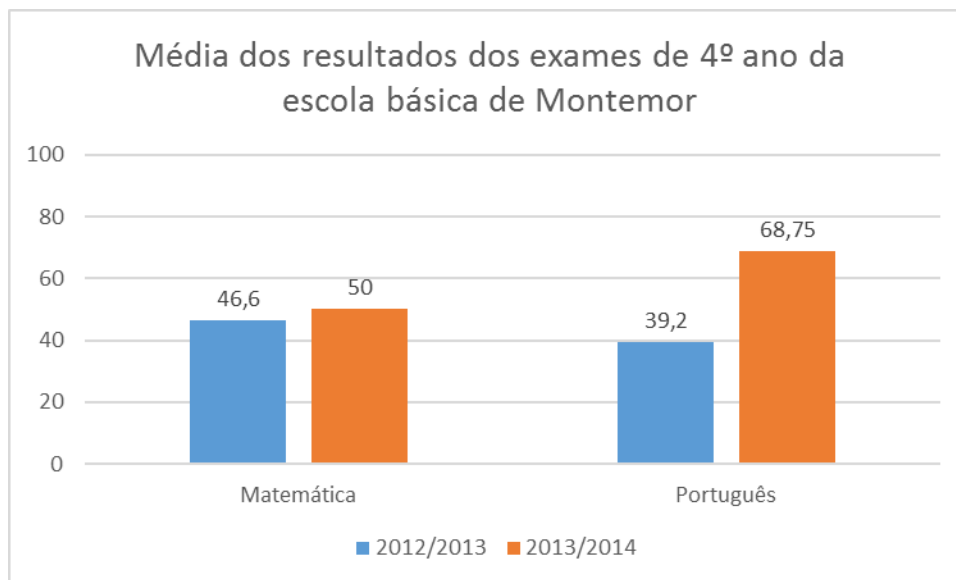


Figura 24.1 Média de resultados dos exames de 4º ano na Escola básica de Montemor

Fonte: Jornal O Público, 2014

Já a informação recolhida nos inquéritos dirigidos aos quatro encarregados de educação e aos três docentes permitiu concluir que, da população inquirida quando questionada sobre as condições do edifício escolar, a maioria afirma que as condições são “insuficiente”; todavia 43% dos inquiridos afirma as condições serem “suficiente” (Figura 24.2).

Na figura 24.3, observa-se que 57% dos inquiridos afirma que ao logradouro é “bom” ao invés 14%, que o classifica como “insuficiente”.

Relativamente à interação com outros agentes, a maioria dos inquiridos avalia como “bom”, por sua vez 29% desta amostra “Não sabe/ Não responde” (Figura 24.4).

Na figura 24.5, pode-se observar que a maioria dos inquiridos considera que esta escola não tem condições para acolher discentes com NEE. No que concerne à influência da intervenção no espaço envolvente, 52% dos inquiridos “não sabe/não responde”. Esta larga percentagem pode-se dever eventualmente ao facto da intervenção nesta escolar ter sido apenas a adaptação de uma sala para cozinha e refeitório (Figura 24.6).

Já na questão exclusivamente dedicada aos encarregados de educação, 75% mostra-se “satisfeito” com a escola básica de Montemor (Figura 24.7).

Nas questões colocadas exclusivamente aos docentes observe-se uma plena unanimidade em avaliar como “Boa” a manutenção promovida pela Junta de Freguesia de Loures e pela Câmara Municipal de Loures. Na figura 24.8, pode-se observar que 67% dos docentes inquiridos considera que a escola não tem valências adequadas às novas necessidades de ensino.

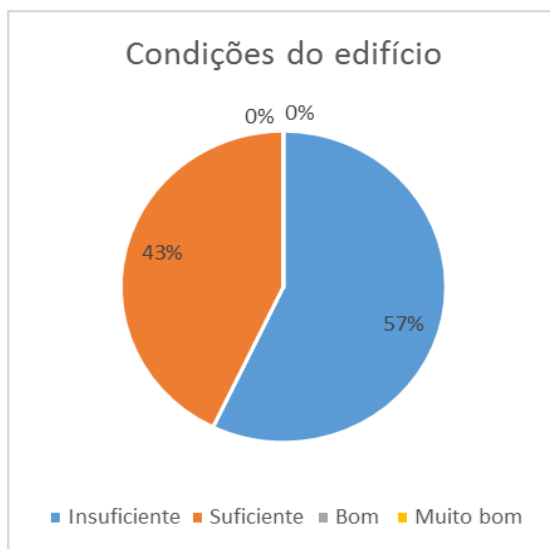


Figura 24. 2. Condições do edifício

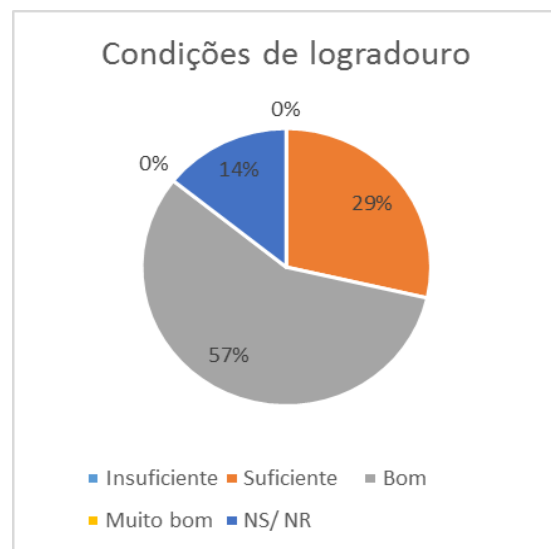


Figura 24. 3. Condições do logradouro



Figura 24. 4. Interação com outros agentes

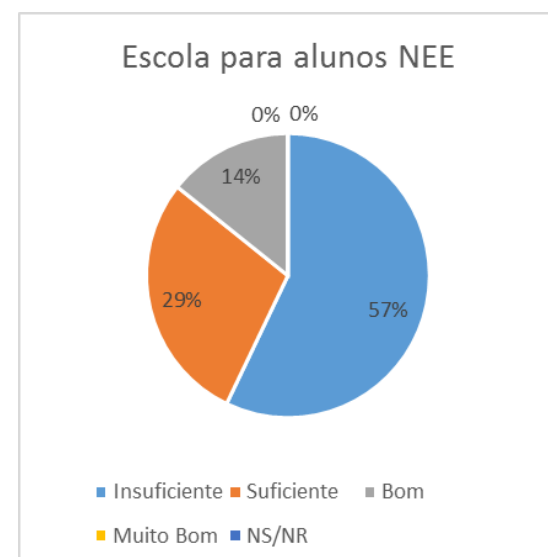


Figura 24. 5. Escola para alunos NEE

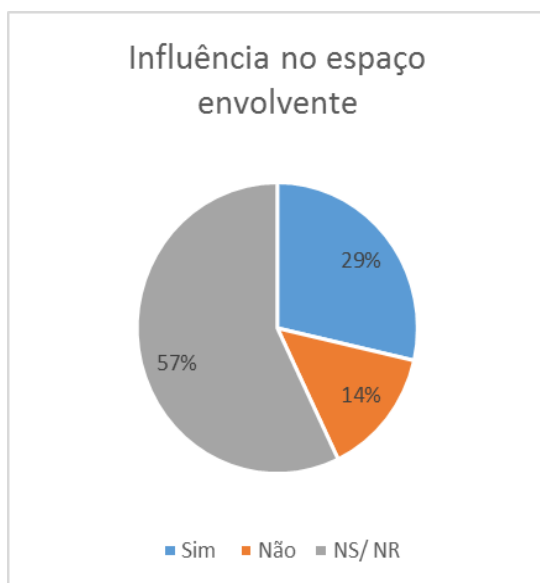


Figura 24. 6. Influência no espaço envolvente

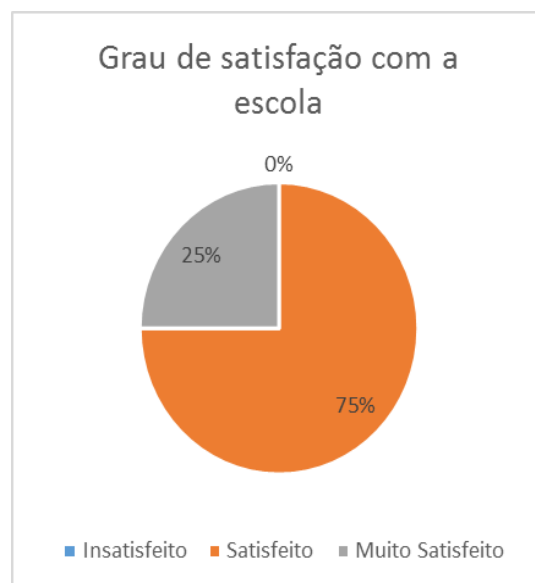


Figura 24. 7. Grau de satisfação com a escola

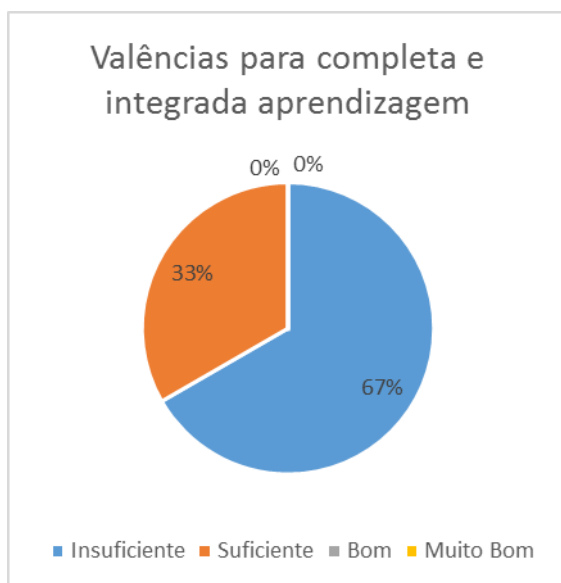


Figura 24. 8. Valências de espaço

6.11 - A Escola Básica Á-dos-Cãos

A Escola Básica A-dos-Cãos localizada em A-dos-Cãos, uma localidade rústica, na Freguesia de Loures, onde apenas existem dois cafés, uma igreja, a sede desportiva da localidade e um parque infantil, junto à escola. Esta localidade, possui apenas um pequeno aglomerado populacional pouco denso, como se pode constatar na figura 25.



Figura 25. Localização da Escola Básica de A-dos-Cãos

Fonte: Google earth

Nesta escola com duas salas de aula num edifício térreo verificaram-se uma série de anomalias e foi proposta a sua correção; a remodelação das instalações sanitárias, sendo sugerido criar uma zona para trabalhos manuais, a criação de umas instalações sanitárias para deficientes com duche e mais uma instalação sanitária com lavatório para adultos. A diretora da escola solicita ainda a pintura interior das salas de aula, a reparação do pavimento dos WC, requer igualmente a colocação de doseador de sabonete líquido e suporte de toalhetes de papel perto do WC; pede ainda a instalação de uma luz de emergência, a substituição do mobiliário por este representar perigo atendendo ao estado de conservação das suas arestas, a colocação de um para-raios no edifício, e de um alarme atendendo ao valor dos equipamentos presentes no edifício.

A intervenção consistiu na remodelação das instalações sanitárias, a construção de uma arrecadação, que implicou a demolição de paredes pré-existentes, a execução de novas divisórias, a substituição dos azulejos, pavimentos e loiças, pintura e revisão/

adaptação das redes de água e esgotos, bem como a readaptação da instalação elétrica pré-existente, tendo sido também executados alguns trabalhos de carpintaria e serralharia. Por fim, as fachadas do edifício foram pontualmente intervencionadas ao nível do seu revestimento em forras cerâmicas e foram colocados no logradouro pavimentos em lajetas de betão na continuação das já existentes, porem surgiu a necessidade de proceder a mais algumas obras pois o revestimento exterior cedeu encontrando-se em pedaços junto ao pavimento encontrando-se em risco de queda o pavimento que ainda se encontra fixo na parede, existiu a necessidade de mudar de local o contador da água e proceder a construção de uma nova caixa de alvenaria e adaptação da tubagem a rede existente incluindo a ligação.

Foi também necessário aumentar o espaço da rampa junto à entrada para garantir que as manobras a realizar por quem transporta as cadeiras de rodas é feito em segurança, também a canalização se encontrava em avançado estado de degradação propondo-se a sua substituição, foi igualmente solicitado a instalação de urinol que não estava previsto no caderno de encargos, por fim foi pedido pelo corpo docente a criação de um espaço mais reservado para receber os encarregados de educação, situação que era possível aceder com a construção de uma parede em pladur e a mudança de uma porta, por vim em vez de se proceder à colocação de flutuante inicialmente previsto, propôs-se a recuperação do chão já existente com a substituição apenas das tábuas que se encontram degradadas e afagando e envernizando.

Em 2010, foi construído um edifício em pré-fabricado, para dotar este equipamento de uma cozinha e cantina e com uma sala de AEC, posteriormente transformada em sala de aula de 1º ciclo, para que no edifício já existente surgisse uma sala de pré-escolar, aumentado assim a oferta neste nível de ensino .

Após uma visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015 estavam inscritas 24 crianças no pré-escolar e 34 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de À-dos-Cãos, Tojalinho, Lagariça, Barro, Pinheiro de Loures, À-dos-Calvos e Moninhos. A localidade de Pinheiro de Loures, tem a escola básica da Fonte Santa, mas este equipamento encontra-se sobrelotado, já as crianças que pertencem à escola do Tojalinho evitam ir para essa escola. As duas turmas de 1º ciclo encontram-se funcionar em regime normal e são turmas mistas, ou seja verifica-se a presença de dois anos de ensino em cada turma.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no período em estudo (Figura 26):

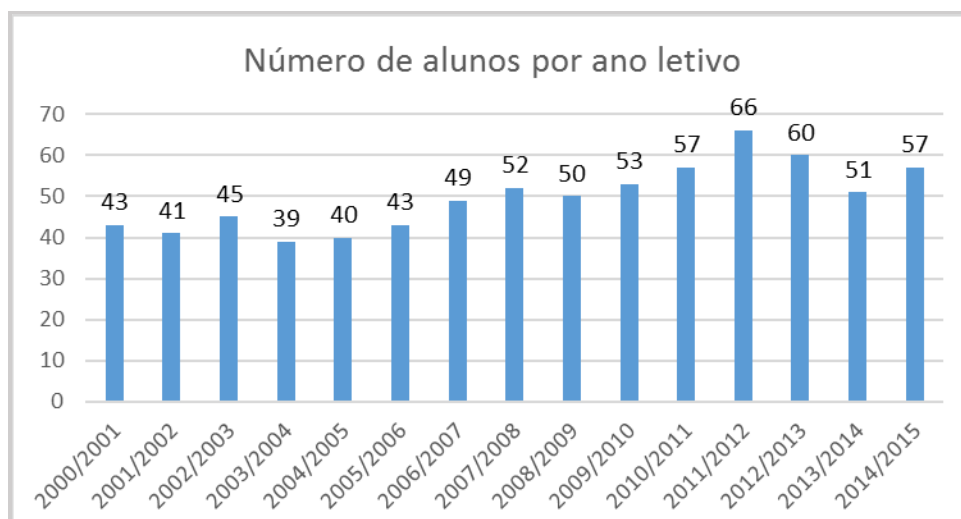


Figura 26. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de 2 docentes de 1º ciclo e 1 de pré-escolar titulares (incluindo coordenadora). Dispõe ainda de um docente de apoio e outro de educação NEE a meio tempo e de 4 A.O., para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

São transportadas pela Câmara Municipal de Loures as crianças cuja a sua residência dista mais de 3km deste equipamento, e que pertencem a esta área de influência.

A coordenação desta escola regista parcerias com os Bombeiros Voluntários de Loures, com o SPC, e com a APEE da escola básica da Fonte Santa.

Relativamente ao estado de conservação, apresenta-se em bom estado nos dois edifícios, sendo apenas de referir a inexistência de uma sala polivalente/ ginásio. Ao nível do logradouro, regista-se a reduzida dimensão do telheiro para abrigar os discentes.

A escola dispõe ainda de um computador por sala e de um Quadro interativo para as 3 salas.

Analisando a população escolar verifica-se que 26% dos alunos (15) usufruem de ASE.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (39,64% nesta escola) e a Português 48,7% (35,09% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (58,4% nesta escola) e Português 62,2% (67% nesta escola) (Figura 26.1).

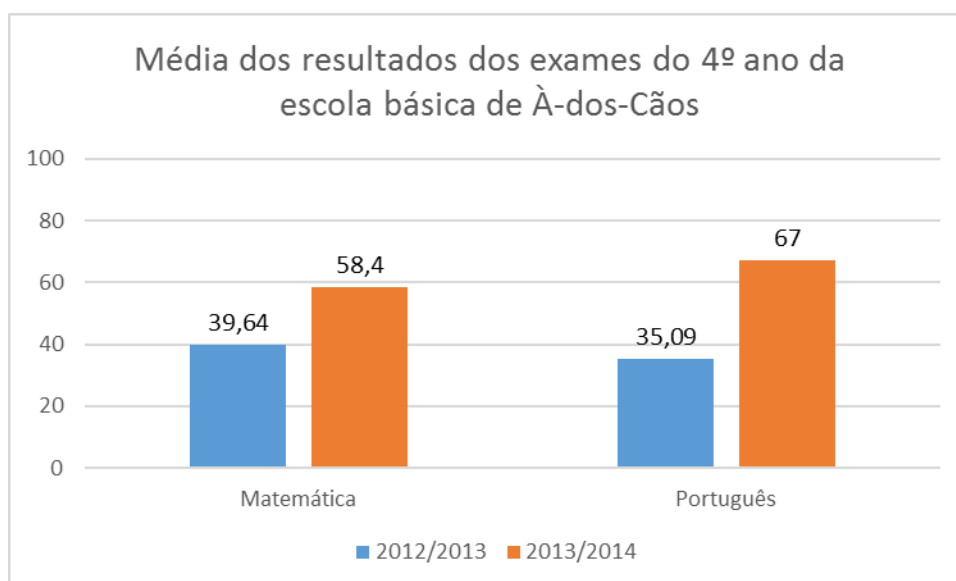


Figura 26.1 Média de resultados dos exames de 4º ano da Escola básica de À-dos-Cãos

Fonte: Jornal O Público, 2014

No que concerne à informação estatística recolhida através de dois encarregados de educação (visto que os restantes dois inquéritos não foram devolvidos) e três professores é possível constatar que na figura 26.2 que 80% dos inquiridos avalia como “suficiente” as condições do(s) edifício(s). Já na figura 26.3 visualiza-se que 80% dos inquiridos classifica como “suficiente” o logradouro e as condições deste.

80% dos inquiridos avalia como “bom” a interação da escola com os outros agentes da comunidade (Figura 26.4).

Todos os inquiridos consideram que esta escola tem condições para acolher alunos com NEE, uma vez que a avaliação como “Bom” foi unânime.

A totalidade dos inquiridos considera também que as intervenções realizadas influenciaram à área envolvente.

Na questão apenas dirigida aos encarregados de educação assiste-se a uma unanimidade em avaliar o seu grau de satisfação com a escola como “muito bom”.

Já nas questões dirigidas apenas aos docentes titulares, em ambos assistimos a uma total coerência nas respostas obtidas, avaliando como “suficiente” a manutenção levada a cabo pela junta de freguesia de Loures e pela Câmara Municipal de Loures. No entanto, todos os docentes afirmam que a escola não dispõe de espaços suficientes para complementar a atividade letiva da sala de aula.

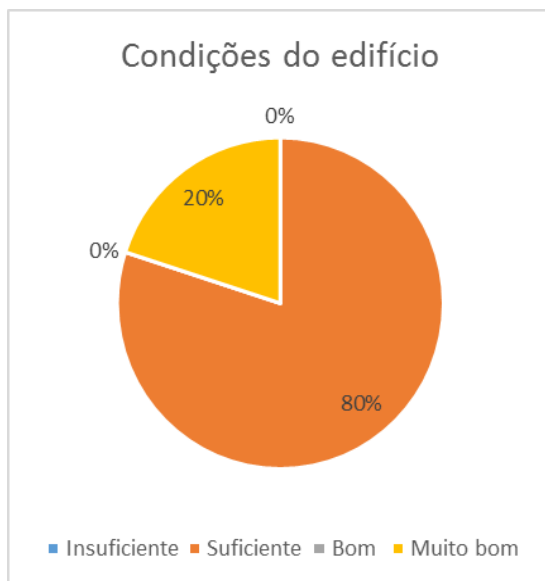


Figura 26.2. Condições do edifício

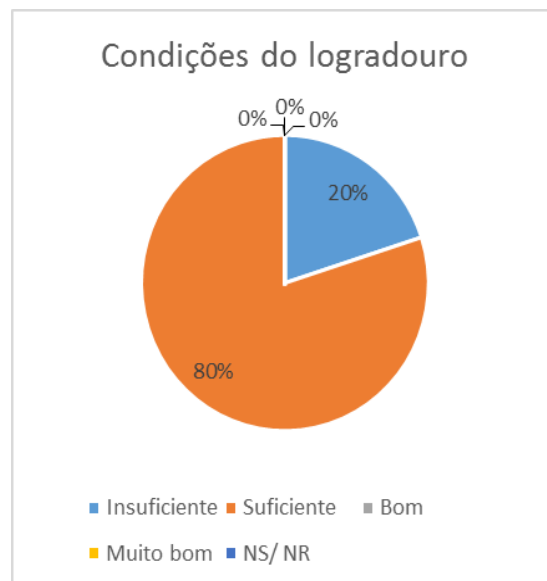


Figura 26. 3. Condições do logradouro

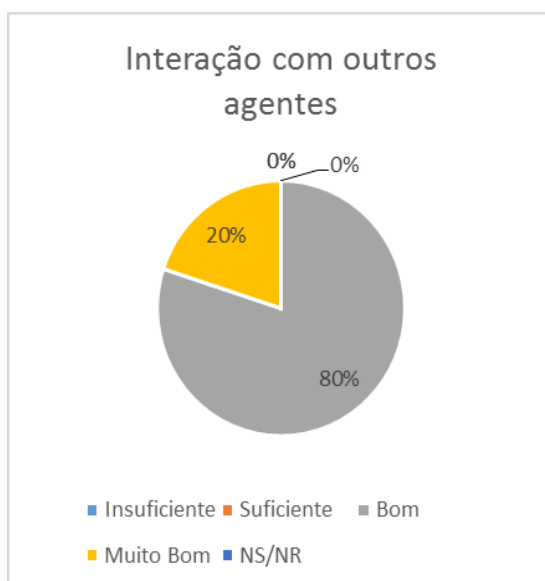


Figura 26. 4. Interação com outros agentes

6.12 - A Escola Básica de Cabeço de Montachique

A Escola Básica de Cabeço Montachique funcionava antes da sua construção (2006) num edifício apalaçado, na fronteira com o Município de Mafra, e segundo se apurou as diferentes câmaras municipais (Loures e Mafra) não queriam ser responsáveis pela manutenção do mesmo.

Este edifício, apresentava um acentuado estado de degradação tendo sido intervencionado ao nível da Caixilharia das portas e janelas no ano de 1992.

Em 2006 dá-se a intervenção resultante da necessidade de construir um novo equipamento escolar na Freguesia de Lousa, designado de EB1/ JI de Montachique, que dispusesse de uma sala de pré-escolar, duas salas de 1º ciclo, cozinha, Sala polivalente (onde se encontra a funcionar o refeitório), biblioteca, instalações sanitárias para toda a comunidade escolar deficientes motores incluídos), arrecadações e gabinete de direção/ sala de professores. Todas as salas de aula contam com um ponto de água.

Esta nova escola fica localizada no Cabeço, na freguesia de Lousa tem em seu redor ao nível dos serviços, algum comércio tradicional, um café e uma paragem de autocarro. A malha urbana é relativamente concentrada e pouco densa, como se pode observar na figura 27.



Figura 27. Localização da Escola Básica do Cabeço de Montachique

Fonte: Google Earth

O edifício é composto por módulos pré-fabricados tentando assim adequar-se às funcionalidades exigidas. Este edifício encontra-se preparado para resistir a sismos, e atende ao isolamento acústico e térmico. As suas paredes são num género de “borracha” evitando lesões mais graves em caso de embate, todas as portas foram preparadas com um sistema anti-entalamento. Conta ainda um espaço de telheiro junto à entrada para abrigar os alunos do sol e da chuva.

O logradouro dispõe de chão sintético a fim de não ferir com gravidade as crianças em caso de quedas, mas também está repleto de diverso mobiliário urbano, desde bancos ao bebedouro, sendo indispensável a presença de dois aparelhos de brincar no logradouro para que as crianças possam brincar, conviver e trabalhar a sua motricidade em segurança.

Após uma visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015 estavam inscritos 25 crianças no pré-escolar e 41 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Cabeço, Montachique de baixo, Casais do Forno e Venda do Pinheiro. As duas turmas de 1º ciclo encontram-se funcionar em regime normal e são turmas mistas, ou seja verifica-se a presença de dois anos de ensino em cada turma.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução desde o ano de abertura do equipamento (2005) (Figura 28).

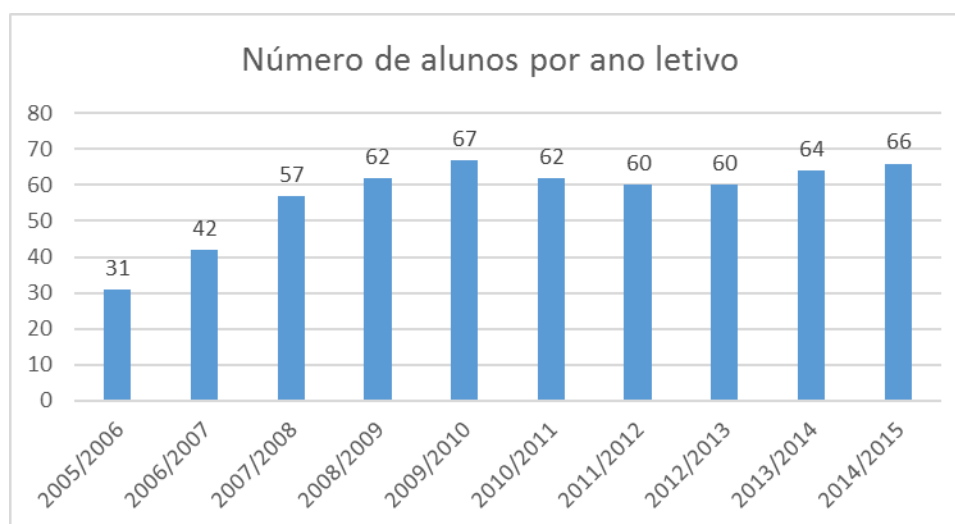


Figura 28 Evolução do número de alunos inscritos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de 2 docentes de 1º ciclo e 1 de pré-escolar titulares (incluindo coordenadora). Dispõe ainda de um docente de apoio e outro de educação NEE a meio tempo (a restante carga horária é realizada noutras escolas do agrupamento), e ainda conta por fim com 4 A.O., para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

São transportadas pela Câmara Municipal de Loures as crianças cuja sua residência dista mais de 3km deste equipamento, e que pertencem a esta área de influência.

A coordenação desta escola regista parecerias com a PSP, Bombeiros Voluntários e SPC.

Esta escola apresenta-se em bom estado de conservação, sendo de referir a inexistência de uma sala polivalente/ ginásio, uma vez que o refeitório é onde se realiza a AEC de atividade física e desportiva. Ao nível do logradouro, regista-se a reduzida dimensão do telheiro, mas o mobiliário urbano encontra-se bem cuidado. A escola dispõe ainda de um computador por sala e de um Quadro interativo para as 3 salas.

Analisando a população escolar verifica-se que 35% dos alunos (23) usufruem de ASE.

Relativamente à média dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (54,48% nesta escola) e a Português 48,7% (45,75% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, matemática obteve uma média nacional de 56,1% (40% nesta escola) e Português 62,2% (61,25% nesta escola) (Figura 28.1).

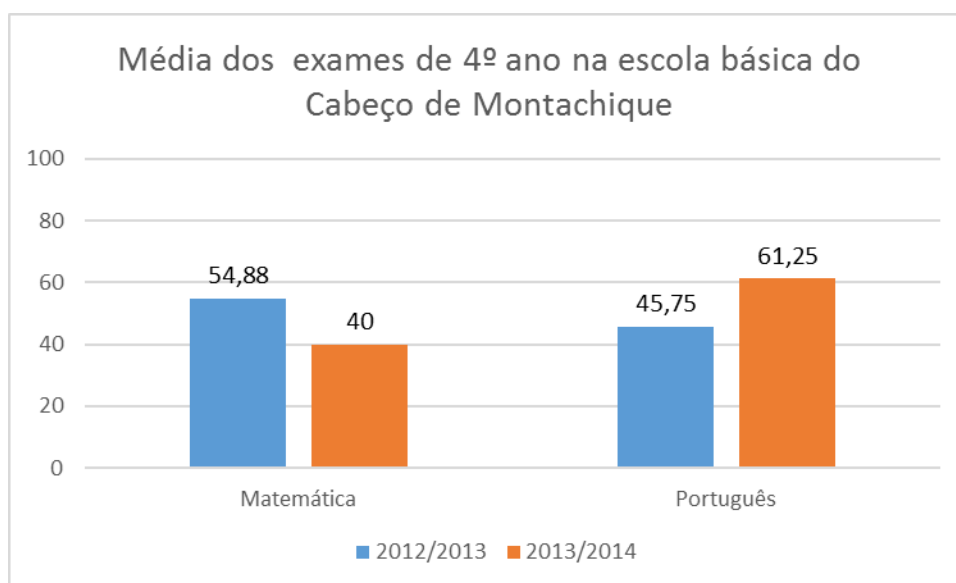


Figura 28. 1. Média de exames do 4º ano na Escola Básica do Cabeço de Montachique

Fonte: Jornal O Público, 2014

Ao nível dos resultados obtidos através da resposta aos inquéritos de três docentes e cinco encarregados de educação, constata-se um “empate” quando interrogados sobre a avaliação do edifício escolar entre “bom” e “muito bom”.

No que às condições do logradouro concerne existe uma maior divisão na classificação do mesmo, ainda 62% dos inquiridos avaliam como “bom” (Figura 28.2).

Na figura 28.3 a classificação de “bom” também é a resposta mais obtida quando questionados sobre a interação que a escola faz com outros agentes. Relativamente à apetência desta escola para acolher discentes com NEE as opiniões em nada são unânimes (Figura 28.4). Quando questionados sobre a influência que a construção deste equipamento trouxe ao seu entorno, 62% considera ter existido essa influência (Figura 28.5). Na questão dirigida exclusivamente aos encarregados de educação relativamente ao seu grau de satisfação com a escola, 67% diz-se muito satisfeito (Figura 28.6).

Nas questões colocadas exclusivamente aos docentes observa-se uma unanimidade em avaliar como “boa” a manutenção operacionalizada pela Junta de Freguesia de Lousa e pela Câmara Municipal de Loures, já quando questionados sobre a oferta de valências da escola, 67% dos docentes inquiridos considera ser “insuficientes” (Figura 28.7).

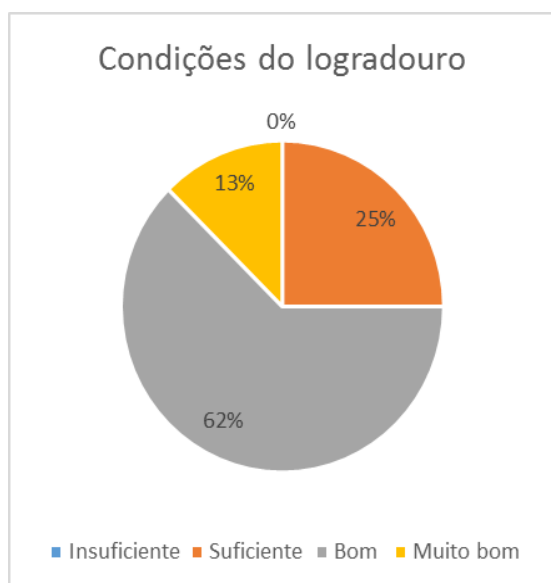


Figura 28. 2. Condições do logradouro

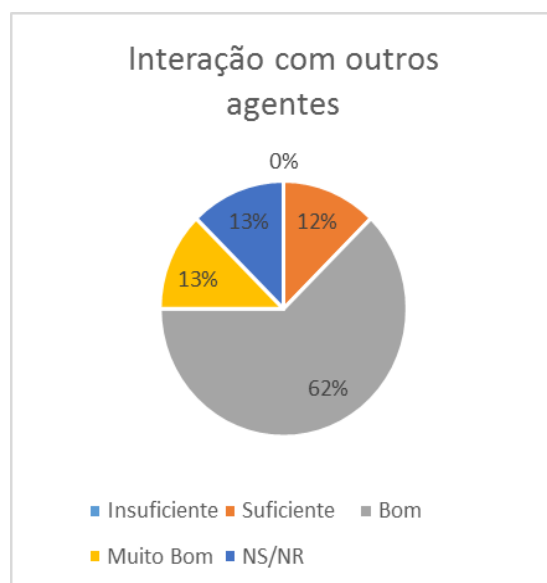


Figura 28. 3. Interação com outros agentes

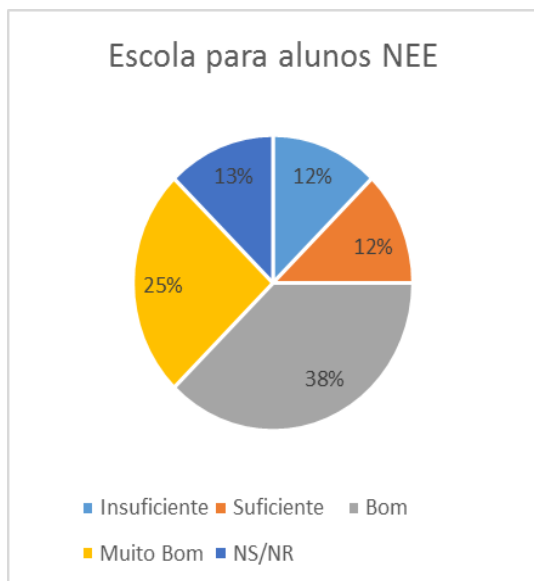


Figura 28. 4 Escola para alunos NEE

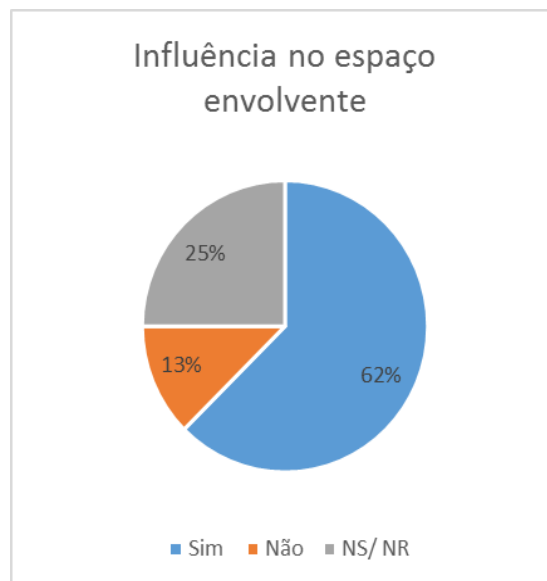


Figura 28. 5. Influência no espaço envolvente

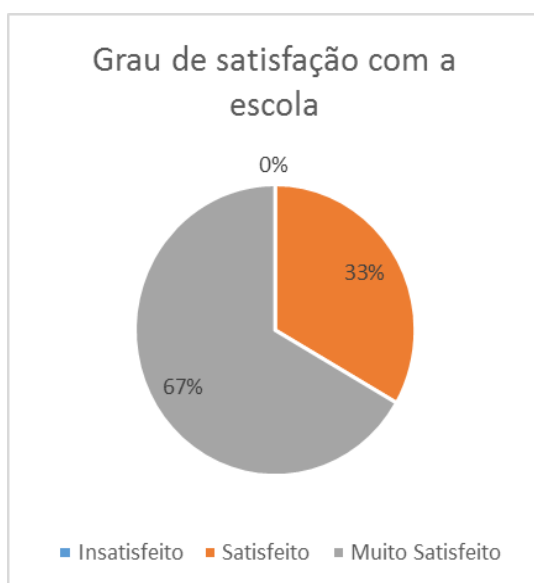


Figura 28. 6. Grau de satisfação com a escola

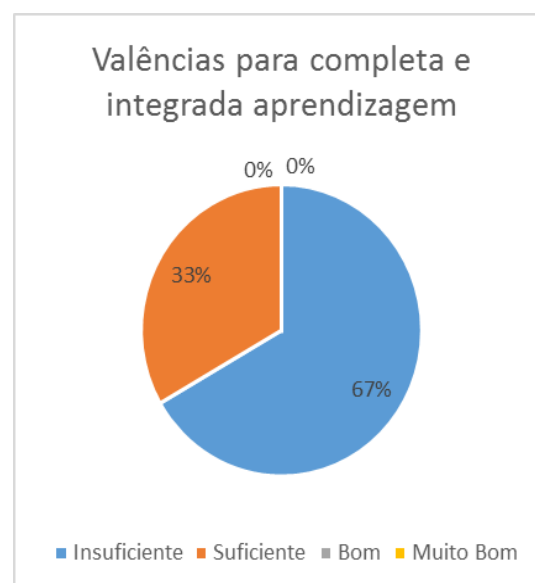


Figura 28. 7. Valências de espaços

6.13 - A Escola Básica de Lousa

Na localidade de Lousa, Freguesia de Lousa é possível encontrar diversos cafés, uma farmácia, o Centro de Saúde e paragens de autocarro que têm como destino a Cidade de Loures, ainda assim é algo “limitado” a nível de comércio, equipamentos e serviços. Ao nível do aglomerado urbano este apresenta-se extenso embora pouco denso, como se pode concluir pela observação da figura 29. O equipamento está inserido no tecido urbano consolidado que se desenvolve na encosta orientada a poente daí a inclinação do terreno.



Figura 29: Localização da Escola Básica de Lousa

Fonte: Google Earth

Antes da intervenção, a Escola Básica era composta por dois pisos e quatro salas de aula, do plano centenário apoiado por um edifício pré-fabricado em madeira com uma sala de aula, este pavilhão encontrava-se em elevado estado de degradação, tendo a sua obsolescência determinado a desativação do mesmo.

No novo edifício foi criado no piso 0, um refeitório/sala polivalente com a respetiva cozinha (com uma cave subterrânea), duas salas de pré-escolar, com as respetivas instalações sanitárias apropriadas e preparadas para deficientes motores, bem como arrecadações para arrumos, vestiário para os assistentes operacionais, instalações sanitárias para funcionários (assistentes operacionais e professores) e sala de docentes.

Foi ainda construído um telheiro que liga o novo edifício ao edifício do plano centenário. Já no piso 1, apenas por cima das salas de atividades do pré-escolar, foi realizada a construção de uma biblioteca/centro de recursos.

O antigo edifício foi intervencionado a fim de criar condições de aprendizagem, tendo havido cuidado ao escolher os materiais (pavimentos, lambris, iluminação, caixilharia, etc.) para também assim criar um eficiente isolamento térmico e acústico.

Pretendeu-se também intervir no logradouro através da colocação de um aparelho de brincar no logradouro e na repavimentação do mesmo.

Já em 2007, a associação de pais e encarregados de educação da escola Básica e jardim infantil de Lousa, convocou uma reunião, onde esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Loures e onde é sugerida a criação de uma sala de Atividades de Tempo Livres, uma sugestão que o Município aceitou para assim dar uma resposta social de âmbito educativo, de forma a assegurar e proporcionar um contributo para a educação e indo de encontro às exigências “horárias” dos encarregados de educação.

Assim sendo pretendeu-se adaptar a cave do refeitório para a sala de ATL, dotando-a de boas condições de arejamento e luz solar, eliminar as barreiras para deficientes motores, e que a entrada fique junto à Estrada Nacional 8, permitindo uma fácil evacuação em caso de emergência, e que essa entrada proporcionasse um fácil e seguro acesso ao logradouro escolar. Esta sala dispõe de instalações sanitárias para estudantes com mobilidade reduzida e uma zona de lavatórios que de apoio às atividades de expressão plástica.

A “exploração” deste espaço, ou seja, a organização do ATL é protagonizada pelo Centro Social e Paroquial de São Pedro de Lousa.

Após uma visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 49 crianças no pré-escolar e 84 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Lousa e Ponte de Lousa. Das quatro turmas de 1º ciclo, duas encontram-se funcionar em regime normal, uma turma funciona no turno da manhã e outra no turno da tarde e em regime normal verificam-se turmas mistas, ou seja a presença de dois anos de ensino em cada turma. Uma das turmas contém apenas 6 discentes com NEE, uma vez que esta escola dispõe de uma unidade de ensino estruturado.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no decorrer do período em análise (Figura 30):

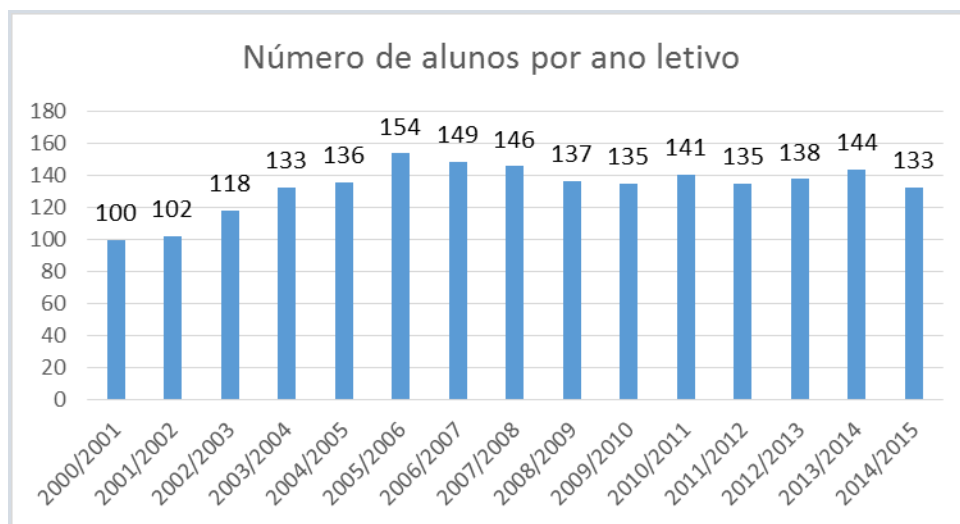


Figura 30. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de 4 docentes titulares de 1º ciclo e 2 de pré-escolar (incluindo coordenadora). Dispõe ainda de dois docentes de para educação NEE e outro para apoio a meio tempo (a restante carga horária é realizada noutras escolas do agrupamento), e ainda conta por fim com 8 A.O., para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

São transportadas pela Câmara Municipal de Loures as crianças cuja sua residência dista mais de 3 km deste equipamento, e que pertencem a esta área de influência e os seis alunos que constituem a unidade de ensino estruturado

A coordenação desta escola regista parcerias com a Câmara Municipal de Loures, com a junta de freguesia de Lousa, com a Unidade de Saúde Familiar (USF).

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se em bom estado, sendo de referir a inexistência de uma sala polivalente/ ginásio, uma vez que o refeitório é onde se realiza a AEC de atividade física e desportiva. Ao nível do logradouro, o telheiro apresenta-se com demasiados pilares, potenciando os alunos a magoarem-se; este recreio é quase labiríntico e apresenta um grande desnível, “combatido” por escadas e rampas com declive acentuado. A escola dispõe ainda de um computador por sala e de um Quadro interativo para as 4 salas de 1º ciclo.

Analisando a população escolar verifica-se que 32% dos alunos (42) usufruem de ASE. Relativamente às classificações dos exames nacionais do 4º ano, a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (59,24% nesta escola) e a Português 48,7% (47,43% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, a Matemática

obteve uma média nacional de 56,1% (50,9% nesta escola) e Português 62,2% (55,45% nesta escola) (Figura 30.1).

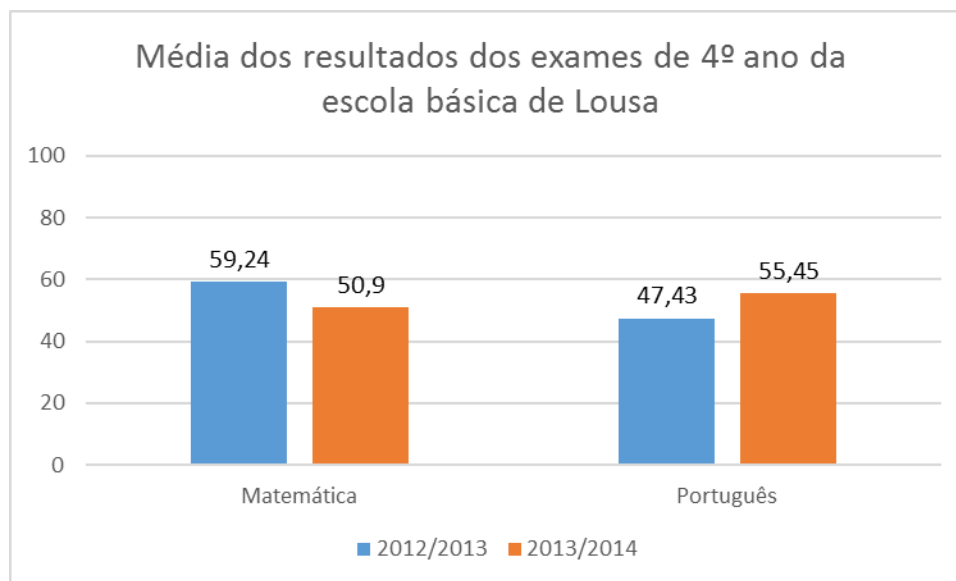


Figura 30.1 Média de resultados dos exames do 4º ano na Escola Básica de Lousa

Fonte: Jornal O Público, 2014

No que concerne aos dados estatísticos, recolhidos através de quatro inquéritos aos docentes e a quatro aos encarregados de educação, 88% dos inquiridos são da opinião que o edifício escolar possui boas condições (Figura 30.2). Relativamente ao logradouro, 75% da amostra avalia como “suficiente” as condições deste espaço (Figura 30.3). Na figura 30.4 pode-se observar que 50% dos auscultados afirma que a escola tem uma boa interação com os outros agentes da comunidade. Já no que respeita à aptidão desta escola para receber alunos com NEE, 50% afirma que as condições da escola são insuficientes para tal finalidade (Figura 30.5). Quando questionados sobre a influência da construção do novo edifício e intervenção do mesmo (construção da sala de ATL), 50% opta por “Não responde/ São Sabe”, enquanto os restantes inquiridos afirmam que “Sim”. Na questão dedicada apenas aos encarregados de educação, 75% afirmam-se satisfeitos com a escola (Figura 30.6). Já nas questões dedicadas aos docentes, 75% avalia como “suficiente” a manutenção junto do complexo escolar da Junta de Freguesia de Lousa e da Câmara Municipal de Loures (Figura 30.7). Já na avaliação das valências que a escola dispõe estes são unânimes em avaliarem como “insuficiente”.

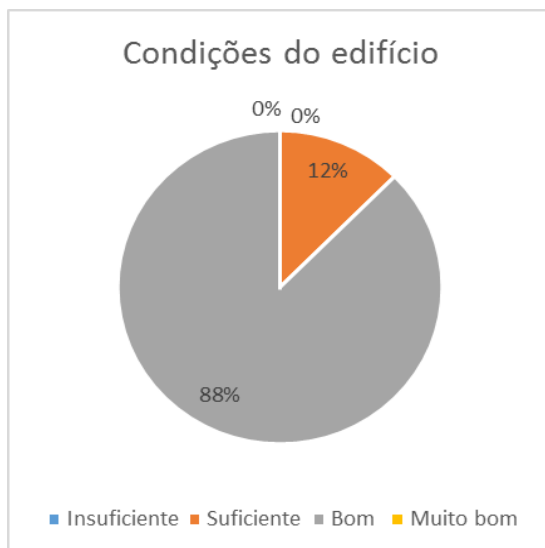


Figura 30. 2. Condições do edifício

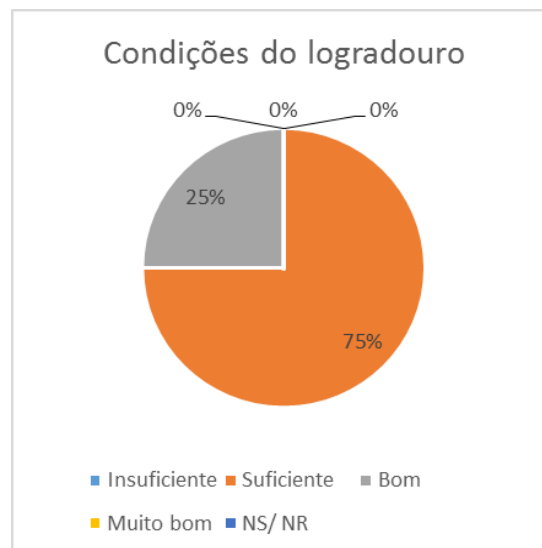


Figura 30.3. Condições do logradouro

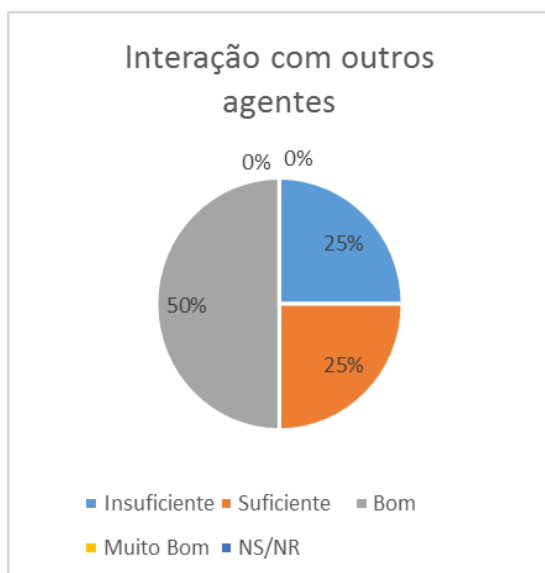


Figura 30.4. Interação com outros agentes

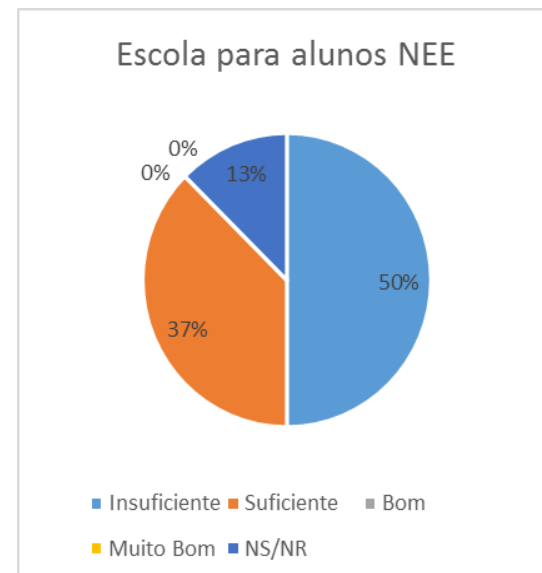


Figura 30.5. Escola para alunos NEE

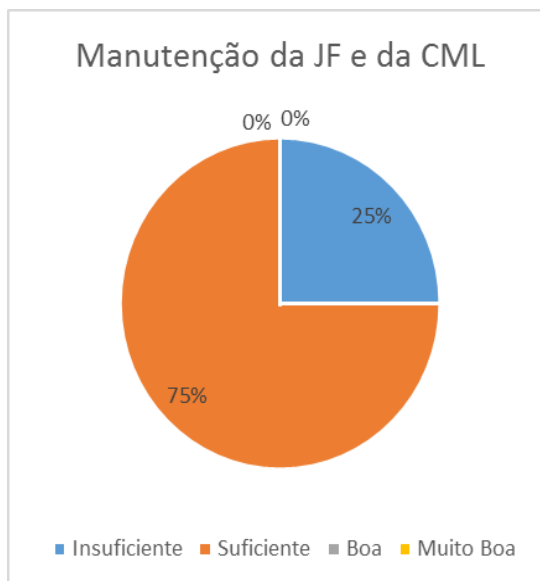
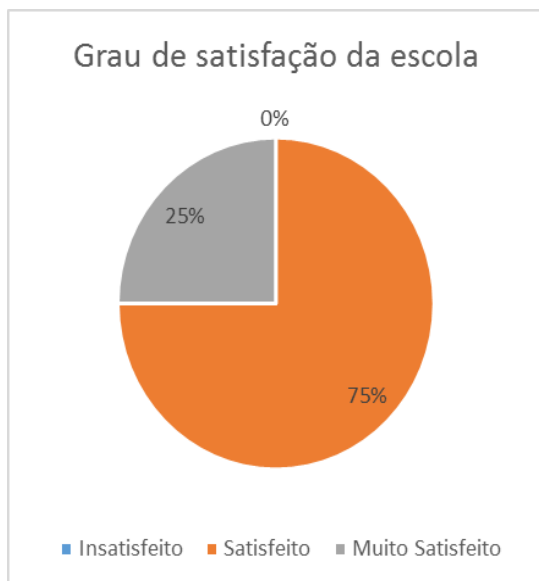


Figura 30.6. Grau de satisfação com a escola **Figura 30.7. Manutenção da JF e da CML**

6.14 - A Escola Básica da Murteira

A Escola Básica da Murteira encontra-se na localidade da Murteira, Freguesia de Loures, onde apenas se verifica a existência de um espaço de comércio tradicional e um café. A escola tem um parque infantil adjacente aberto à comunidade escolar, que no momento da visita se encontrava degradado e vandalizado. Este equipamento está inserido num aglomerado de reduzidas dimensões e de reduzida densidade populacional, como se pode observar na figura 31.



Figura 31. Localização da Escola Básica da Murteira

Fonte: Google Earth

A Escola Básica da Murteira, iniciou a sua atividade em 1982, já no ano de 1997 foi intervencionada no logradouro para torná-lo mais seguro para as crianças, e na construção de um parque infantil junto, mas fora da escola que assim permitisse uma maior rentabilização; assim as crianças poderiam usufruir do mesmo em período de férias, e ainda a substituição da vedação, que se encontrava degradada, por uma grade.

Em 1999, na escola da Murteira, foi pedido, por parte da Junta de Freguesia e da Diretora da escola, uma intervenção na zona verde e a criação de um parque infantil para ir de encontro às expectativas da população. A intervenção foi feita tendo sido elaborados telheiros e rampas.

Em 2006 a autarquia pede ao Grupo Cultural e Recreativo da Murteira para ceder as instalações para servir os almoços da escola, mas o Grupo difere o pedido.

Ainda em 2006, a Delegada de Saúde adjunta afirma que a escola não possui sistema contra descargas atmosféricas e que o quadro elétrico não se encontra identificado exteriormente. Afirma ainda no âmbito da mobilidade que a escola não se encontra adaptada à receção de alunos com mobilidade condicionada, o bebedouro está avariado, e não possui uma estrutura de apoio para discentes de menor estrutura.

A Câmara Municipal de Loures reencaminha o ofício do Centro de Saúde de Loures para a Junta de Freguesia de Loures ao abrigo do Protocolo de delegação de competências.

Para dar resposta à ausência de um espaço de refeições e terminar com o transporte dos discentes para as instalações do Grupo Cultural e Recreativo da Murteira, inicia-se a intervenção com a construção de um novo edifício, com instalação sanitárias para deficientes, cozinha equipada e refeitório, garantindo a segurança em caso de sismo e com eficiência térmica.

Em visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 20 alunos no 1º ciclo, provenientes na sua maioria de Murteira, Malha Pão e Salemas. Relativamente às duas turmas de 1º ciclo, ambas encontram-se funcionar em regime normal, sendo no entanto turmas mistas, ou seja, estão inseridos dois anos de ensino em cada turma, fenómeno que se deve ao facto do reduzido número de alunos e à existência de apenas duas salas de aula.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no decorrer do período em análise (Figura 32):



Figura 32. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de 2 docentes de 1º ciclo (incluindo coordenadora). Dispõe ainda de um docente de para educação NEE e outro para apoio a meio tempo (a restante carga horária é realizada noutras escolas do agrupamento), e ainda conta por fim com 1 A.O., para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

São transportadas pela Câmara Municipal de Loures as crianças cuja sua residência dista mais de 3km deste equipamento.

A coordenação desta escola regista parcerias com a Câmara Municipal de Loures, com a junta de freguesia de Loures e com a USF.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se em razoável estado de conservação, num edifício de parcas condições sendo de salientar a inexistência de uma sala polivalente/ ginásio, uma vez que o refeitório é o único espaço que se assemelha a tal função, e a sala de coordenação, a sala dos professores e a sala das A.O. é o mesmo espaço, que ainda se conjuga com o gabinete de apoio. A escola dispõe ainda de um computador, e um Quadro Interativo.

Ao nível do logradouro, o telheiro é quase inexistente, de resto o logradouro apresenta condições suficientes.

Analisando a população escolar verifica-se que 50% dos alunos (10) usufruem de ASE.

Quando se observa as classificações dos exames nacionais do 4º ano, verificamos que a média em Portugal, foi no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (59,5% nesta escola) e a Português 48,7% (40,38% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, a Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (44,91% nesta escola) e a Português 62,2% (47,82% nesta escola) (Figura 32.1).

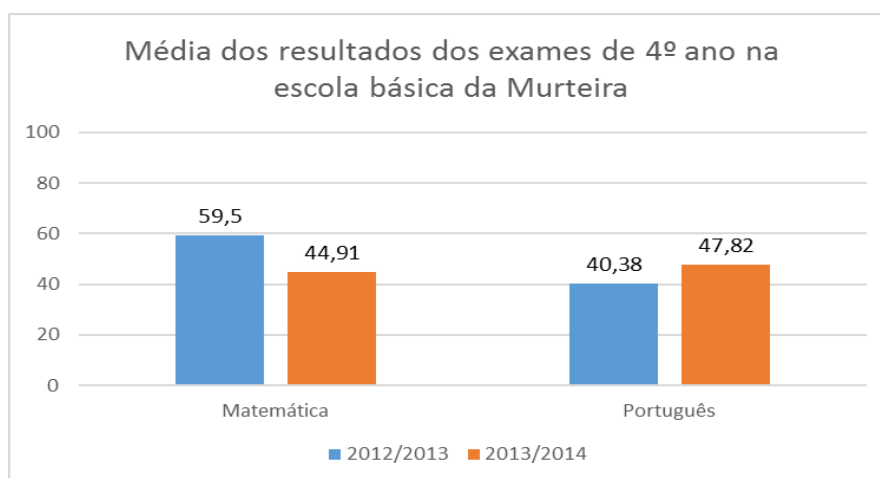


Figura 32.1 Média de resultados dos exames de 4º ano na Escola Básica da Murteira

Fonte: Jornal O Público, 2014

Nesta escola não foi possível aplicar inquéritos aos encarregados de educação, uma vez que a visita a este equipamento educativo realizou-se na segunda quinzena de junho de 2015, e como não dispõe de ATL já não havia crianças a frequentar a escola. Relativamente aos docentes apenas foi possível realizar um questionário, da docente coordenadora, uma vez que a outra docente era contratada e o seu vínculo terminou após o findar da atividade letiva.

A coordenadora afirmou que o edifício dispõe de suficientes condições. Em relação ao logradouro, afirma que é bom, atendendo à sua área e segurança, e ainda que a interação com outros agentes é “boa”. Relativamente à preparação desta escola para acolher alunos com NEE, avalia como suficiente, uma vez não existindo barreiras físicas e verificando-se a existência de um WC adaptado, relativamente à manutenção promovida pela Junta de Freguesia de Loures e pela Câmara Municipal avalia como “bom”. Já no que concerne à existência de valências para uma completa e integrada aprendizagem diz serem “insuficientes”. De referir que a docente não respondeu à questão “se a intervenção teve capacidade de influenciar o espaço envolvente”.

6.15 - O Jardim de Infância de Salemas

O Jardim de Infância de Salemas, encontra-se localidade de Salemas, freguesia de Lousa. Dispõe de uma mercearia, de dois cafés, uma paragem de autocarro, e um Heliporto (pertencente ao INEM). Ao espaço adjacente à escola, verifica-se também a existência de um campo de jogos e um parque infantil, podendo ser usufruído pela comunidade escolar e pela comunidade local. Esta localidade apresenta-se com um aglomerado populacional concentrado, evidenciando o cariz rural da zona norte do Município (Figura 33).



Figura 33: Localização do Jardim de Infância de Salemas

Fonte: Google Earth

O jardim de infância de Salemas, antes da intervenção dispunha de uma sala de aula de pré-escolar e de uma de primeiro ciclo. Todavia a reduzida procura ao nível do 1º ciclo fez com que os alunos na Escola de Salemas fossem transferidos para a Escola Básica de Lousa, ou para a Escola Básica do Cabeço de Montachique e se aproveitasse o espaço para a criação de um refeitório.

A intervenção no Jardim de Infância de Salemas foi realizada em 2007 e ocorreu por administração direta, ou seja, foi levada a cabo por trabalhadores da Câmara Municipal de Loures, adquirindo apenas esta o equipamento hoteleiro necessário para se proceder à “transformação” de uma sala que até então era de 1º ciclo, para a criação de uma cozinha

e de refeitório, permitindo assim aos discentes do pré-escolar, almoçarem na escola. Este equipamento deixa de oferecer o 1º ciclo, passando os discentes para outros equipamentos na freguesia de Lousa.

Após uma visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritas 24 crianças exclusivamente no pré-escolar, provenientes na sua maioria de Salemas, Malha Pão, Murteira, Torre dos trotes e Venda do Pinheiro.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no decorrer do período em análise (Figura 14):

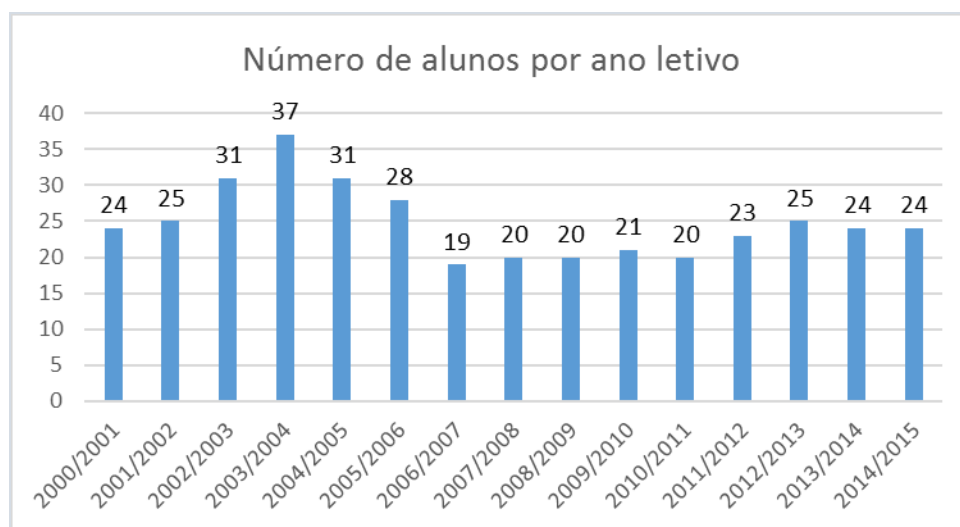


Figura 34. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de uma docente do pré-escolar, que é também a coordenadora, uma vez que esta é uma escola de um único titular. Dispõe ainda de um assistente técnico, para garantir a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

Os alunos deste Jardim de Infância fazem o prolongamento de horário na escola básica do Cabeço de Montachique para onde são transportados pela C.M.L. São igualmente transportadas pela Câmara Municipal de Loures as crianças cuja residência dista mais de 3km deste equipamento.

A coordenação desta escola regista parcerias com o Centro Social e Paroquial de São Pedro de Lousa, com a Junta de freguesia de Lousa, com o centro de saúde de Loures e com a Câmara Municipal de Loures.

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se em bom estado de condições (com exceção para a caixilharia ainda em madeira), que também não dispõe de Sala de professores/ Gabinete de coordenação ou Sala de A.O.

Ao nível do logradouro, o telheiro cumpre a sua função fazendo a ligação entre o edifício da sala de atividades e do refeitório, de resto o logradouro apresenta condições suficientes, mas o chão do mesmo não é o mais indicado para as crianças brincarem.

A escola dispõe ainda de um computador.

Relativamente aos inquéritos dirigidos a 4 encarregados de educação e à docente (equipamento de único titular), observa-se que a maioria avalia como “bom” (Figura 34.1) as condições em que o edifício se encontra. Quando questionados sobre as condições do logradouro a opinião é mais divergente (Figura 34.2) Ao nível das interações com outros agentes 60% dos inquiridos revela “não saber/ não responder” a esta questão (Figura 34.3). Já na figura 34.4, 60% dos inquiridos considera que este equipamento dispõe de boas condições para os alunos com NEE, o restante universo de inquiridos admite “não saber/ não responder”. Na figura 34.5, 80% dos inquiridos considera que a construção da cozinha e do refeitório acrescentou nova dinâmica à área envolvente do equipamento. Na questão unicamente colocada aos encarregados de educação, todos afirmaram estar “muito satisfeitos” com a escola. Nas questões destinadas à docente, verifica-se que a coordenadora avalia como “muito boa” a manutenção levada a cabo pela Junta de Freguesia de Lousa e pela Câmara Municipal de Loures. Por fim, afirma que a escola dispõe de valências suficientes para uma completa e integrada aprendizagem.

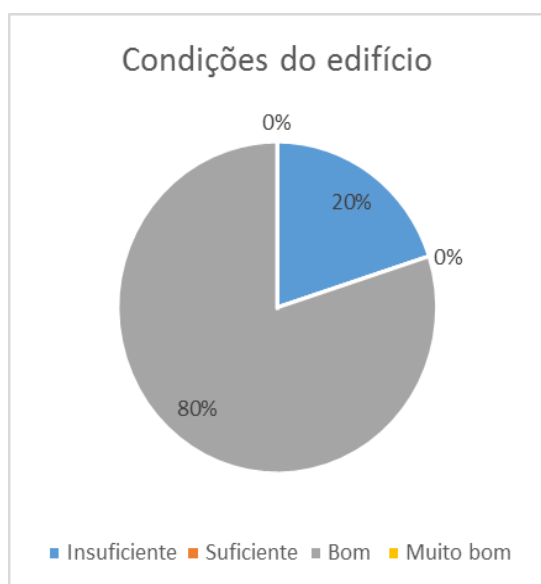


Figura 34. 1 Condições do edifício

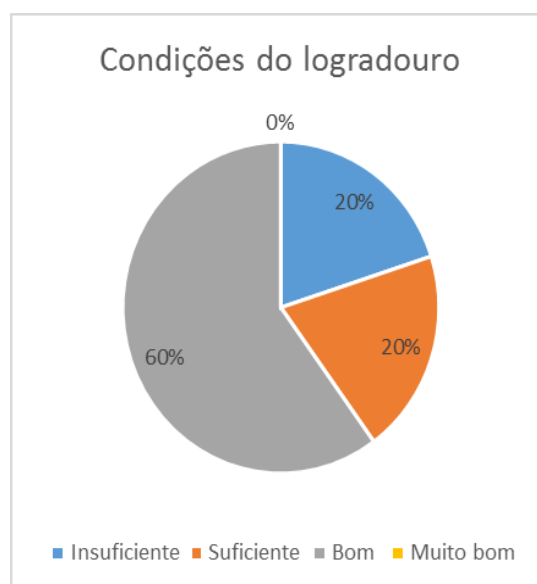


Figura 34. 2 Condições do logradouro

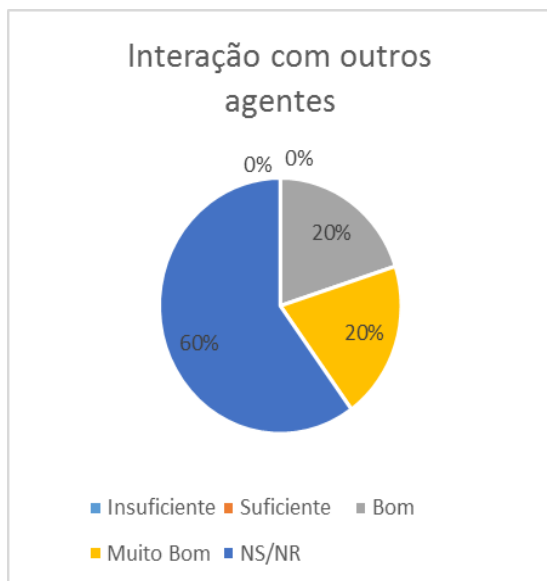


Figura 34. 3. Interação com outros agentes

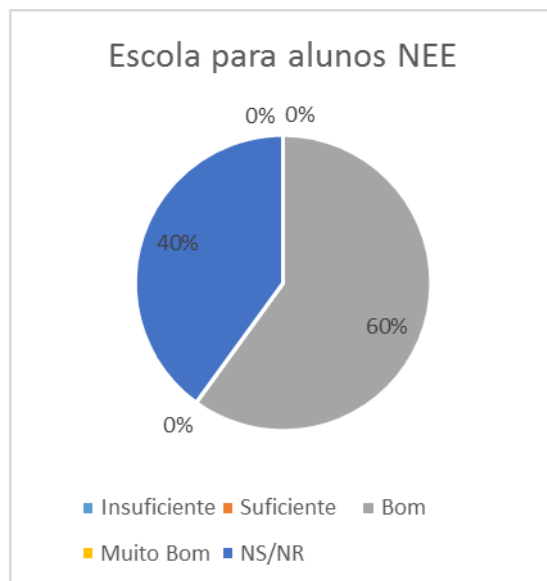


Figura 34. 4. Escola para alunos NEE

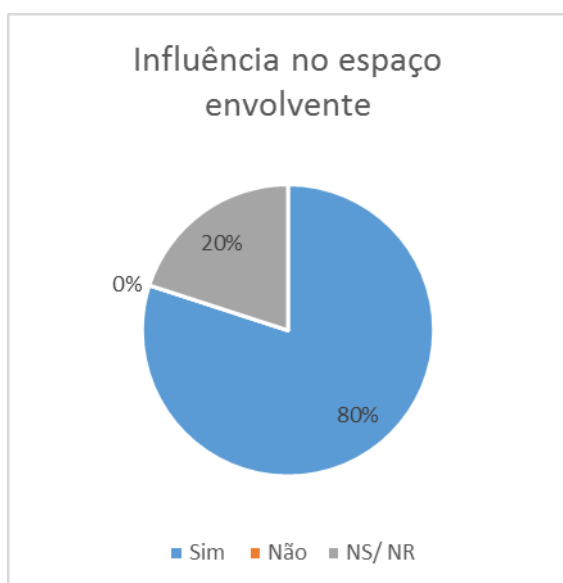


Figura 34. 5. Influência no espaço envolvente

6.16 - A Escola Básica do Tojalinho

A Escola Básica do Tojalinho, está construída na localidade do Tojalinho, Freguesia de Loures; no seu entorno regista-se a presença de um minimercado, um café e uma paragem de autocarro, que mesmo assim estão distantes da escola. É de constatar a inexistência de mais algum serviço ou equipamento. Esta localidade apresenta um aglomerado urbano concentrado, mas pouco denso como se pode observar na figura 35. Este equipamento educativo encontra-se na periferia desta localidade.



Figura 35. Localização da Escola Básica do Tojalinho

Fonte: Google Earth

Após uma visita à escola, observa-se que no ano letivo 2014/2015, estavam inscritos 14 alunos no 1º ciclo, provenientes do Tojalinho, esta turma encontra-se a funcionar em regime normal, e com os quatro anos numa só turma. Torna-se igualmente necessário referir que todos estes alunos são de nacionalidade Romena.

O número de alunos inscritos neste equipamento apresenta a seguinte evolução no decorrer do período em análise (Figura 36):

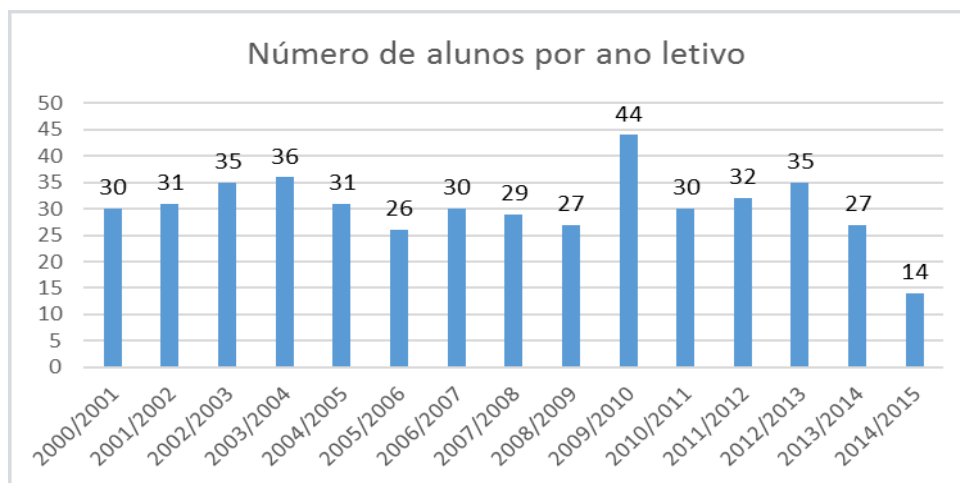


Figura 36. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Esta escola dispõe de uma docente titular do primeiro ciclo, que é também a coordenadora, conta também com uma professora de língua não materna, e de um docente de apoio a meio tempo. Por fim existem duas A.O. que garantem a vigilância dos alunos e a limpeza do equipamento educativo.

Os alunos deste equipamento são transportados pela CML para almoçarem na escola básica da Fonte Santa, e também os discentes que moram a mais de 3km e que pertencem a esta escola pelo percurso ser considerado de “risco”. A coordenação desta escola regista parcerias, com o Centro de Saúde de Loures, PSP, e com a APEE da escola básica da Fonte Santa que gere as AEC.

Analisando a população escolar verifica-se que 86% dos alunos usufrui de ASE, deixando perceber a vulnerabilidade social de que são alvo. Relativamente às classificações dos exames nacionais do 4º ano (Figura 36.1), a média em Portugal foi, no ano letivo de 2012/2013, a Matemática 56,9% (33,67 nesta escola) e a Português 48,7% (22,8% nesta escola), já no ano letivo de 2013/2014, observou-se uma descida generalizada dos resultados, sendo que a Matemática obteve uma média nacional de 56,1% (15,5% nesta escola) e o Português de 62,2% (15% nesta escola), estes valores justificam-se talvez em parte pelo Português para além de não ser a língua mãe, e talvez porque em casa fala-se mais em Romeno, retardando a correta aprendizagem da língua Portuguesa.

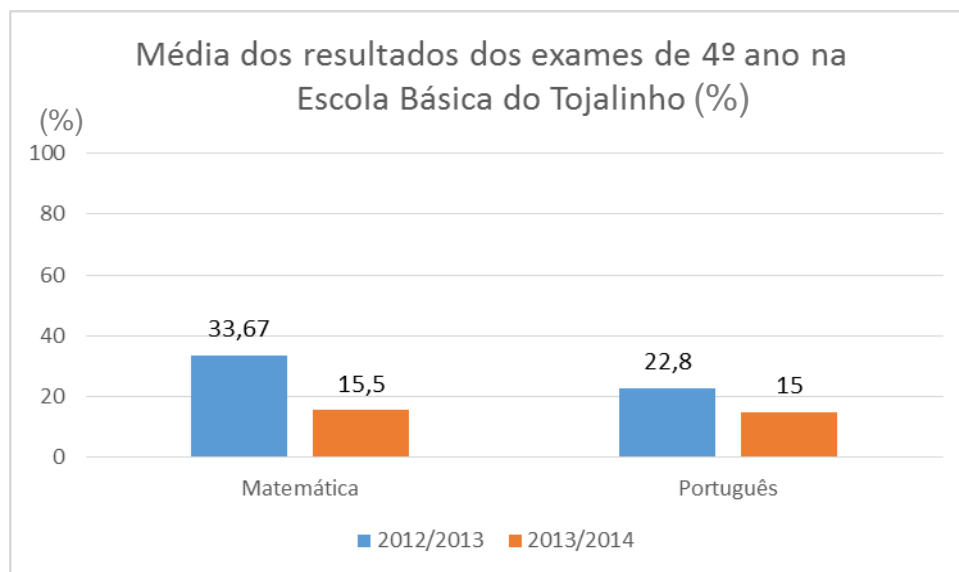


Figura:36.1. Média dos resultados dos exames de 4º ano na Escola Básica do Tojalinho

Fonte: Jornal O Público, 2014

Relativamente ao estado de conservação desta escola, apresenta-se em bom estado, garantido o edifício todas as condições de aprendizagem, mas também o logradouro apresenta boas condições de segurança e área para os discentes brincarem, tendo presente dois aparelhos de brincar no logradouro. Porém esta escola dispõe apenas de duas salas de aula, uma das quais usada para apoio e lecionação do Português como Língua não materna e mais nenhuma valência ou espaço.

Adjacente a este equipamento encontra-se um campo de jogos e um edifício (antigo refeitório e balneário) que se apresenta vandalizado e inutilizado, tendo sido intervencionado em 2008.

Nesta escola foi só aplicado o questionário à docente titular, que avalia como “bom” o edifício e o logradouro para as crianças. Classifica de “muito bom” a interação que a escola tem com os outros agentes, avalia como suficiente a manutenção feita pela Junta de Freguesia de Loures e pela CML, e não responde à questão dos alunos NEE alegando que não se encontra nenhum, e também não responde à influência da área de interceção, pois não estava nesta escola colocada quando as mesmas ocorreram.

6.17 - Escolas Desativadas

Escola nº1 do Pinheiro de Loures

Na escola Pinheiro de Loures nº1, localizada na localidade de Pinheiro de Loures numa visita de técnicos da câmara, em 1996, a então coordenadora da escola pede a substituição do piso em linóleo, pois afirma que este, em determinados períodos, devido à humidade, se tornava muito escorregadio pondo em causa a segurança da comunidade escolar. Solicita ainda relativamente às instalações sanitárias, a desativação das mesmas junto à entrada principal, ou a alteração da entrada na escola, uma vez que a sua topologia indefinida não possui logradouros, pedindo também uma vedação à volta na escola de forma a criar uma área de circulação reservada à escola e assim minimizar riscos como contactos com pessoas exteriores à comunidade e ao trânsito, entre outros pedidos.

A CML afirma posteriormente que o soalho está em bom estado devendo-se as quedas à humidade condensada.

A escola nº1 Pinheiro de Loures foi igualmente intervencionada em 1999. O empreiteiro encontrou o foco de infiltrações ao nível dos beirados e da laje de betão que constitui a cobertura do anexo à escola; parte destas manchas era provocada pela falta de ventilação.

Em entrevista com uma docente que lecionou neste equipamento, informou-nos que este equipamento dispunha de três salas, três turmas a funcionarem em regime normal das quais uma era mista, a escola dispunha de dois assistentes operacionais e de sala de professores bem equipada a nível de equipamento informático. A escola contava com 66 discentes no ano em que encerrou, provenientes maioritariamente de Moninhos, Loures, São Sebastião de Guerreiros.

O logradouro possuía condições menores, não dispondo nem de campo de jogos nem de aparelho de brincar no logradouro.

Quando questionada se os discentes ficaram melhor colocados, garante que sim, pois a Escola Básica da Fonte Santa (equipamento que veio substituir esta escola), possui melhores condições a nível do edificado e um espaço de logradouro francamente superior.

O último ano de funcionamento desta escola foi em 2008/2009, tendo sido encerrada e os estudantes encaminhados para a Escola Básica da Fonte Santa, tendo apresentado a seguinte evolução de alunos no período em estudo (Figura 37):

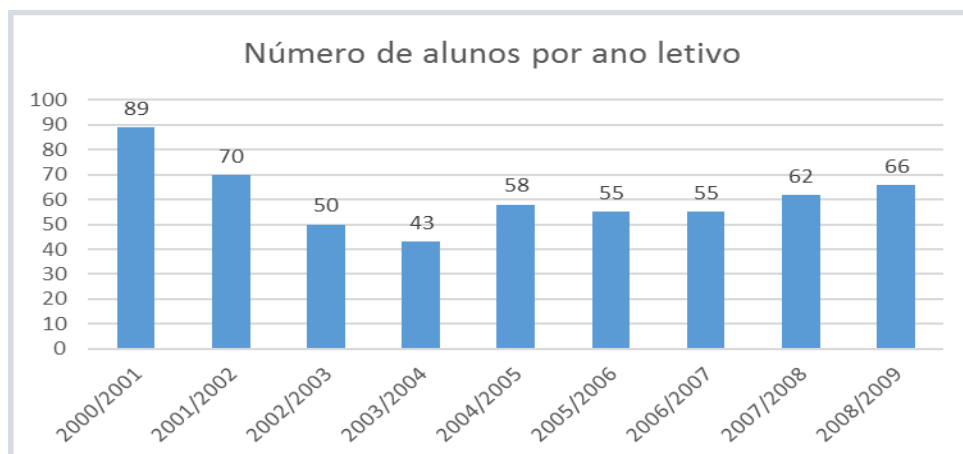


Figura 37. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Escola nº2 do Pinheiro de Loures

A escola nº2 Pinheiro de Loures, também localizada na localidade de Pinheiro de Loures, funcionava no rés-do-chão de um edifício, dispunha de uma cozinha, uma sala de pessoal, uma sala polivalente, instalações sanitárias para rapazes, raparigas, e funcionários e três salas de aula. Em 1998 foram realizadas obras de melhoria geral procedendo-se à pintura exterior do edifício, a pinturas interiores das paredes e dos tetos, foram substituídas as caixilharias para alumínio, a nível das instalações elétricas foram instaladas armaduras estanques e fez-se uma revisão da canalização.

No decorrer do período em estudo este equipamento obteve a evolução de alunos inscritos:

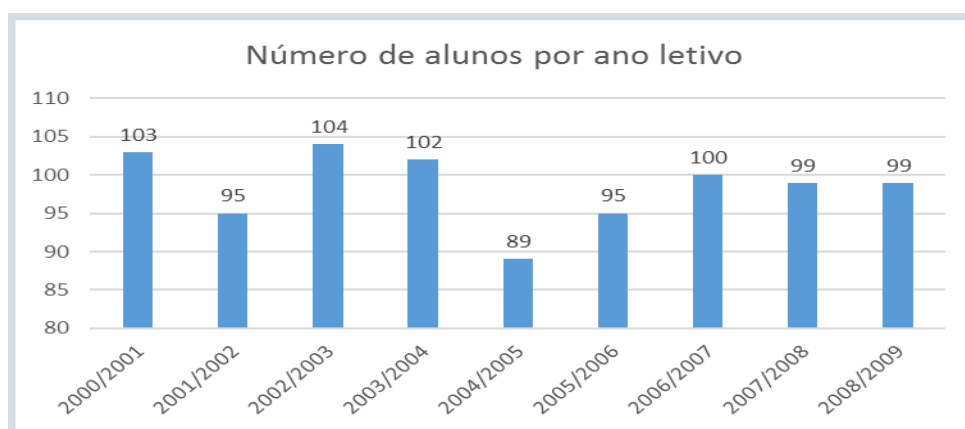


Figura 38. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

O último ano de funcionamento desta escola foi em 2008/2009, tendo sido encerrada e os estudantes encaminhados para a escola básica da Fonte Santa.

Escola de Ribas de Baixo

O edifício era composto por duas salas localizado na freguesia de Fanhões.

Em 2002 a presidente do conselho executivo solicitou que se intervencione a vedação que separa a escola do campo de jogos, o portão do campo de jogos, as balizas, que se proceda à limpeza do desterro e ao terreno da escola, solicitando igualmente que se alteie muros, que se proceda à substituição da caixilharia e a reabilitação do parque infantil o que provocou uma vistoria por parte dos técnicos da Câmara Municipal de Loures, que afirmaram que a limpeza era competência da Junta de freguesia ao abrigo do protocolo de delegação de competências, mas o parque infantil, o muro da escola e caixilharia foram intervencionados.

O parque infantil, viu os aparelhos de brincar no logradouro substituídos por um escorrega e a alteração da caixa de areia existente para um pavimento em borracha, permitindo uma maior amortização em caso de quedas, repavimentação da zona onde do bebedouro e colocação de duas papeleiras.

No decorrer da obra verificou-se que a pintura dos muros estava degradada, o portão estava danificado e a pintura estragada sendo necessário arranjar e pintar.

Antes de 2002, esta escola tinha apenas uma turma, entre o ano de 2002 até ao ano letivo de 2004/2005, a escola contava com duas turmas, uma das quais pertencia à escola de Montachique.

Esta escola quando fechava dispunha de uma docente e uma A.O., as condições do edifício apresentavam um bom estado de conservação, assim como o logradouro, apenas a sua acessibilidade é que não era ideal.

Este equipamento acabou por encerrar por falta de alunos, no ano letivo de 2009/2010 com 7 alunos inscritos transferidos para a Escola básica de Fanhões, e no decorrer do período em estudo demonstrou a seguinte evolução (Figura 39):

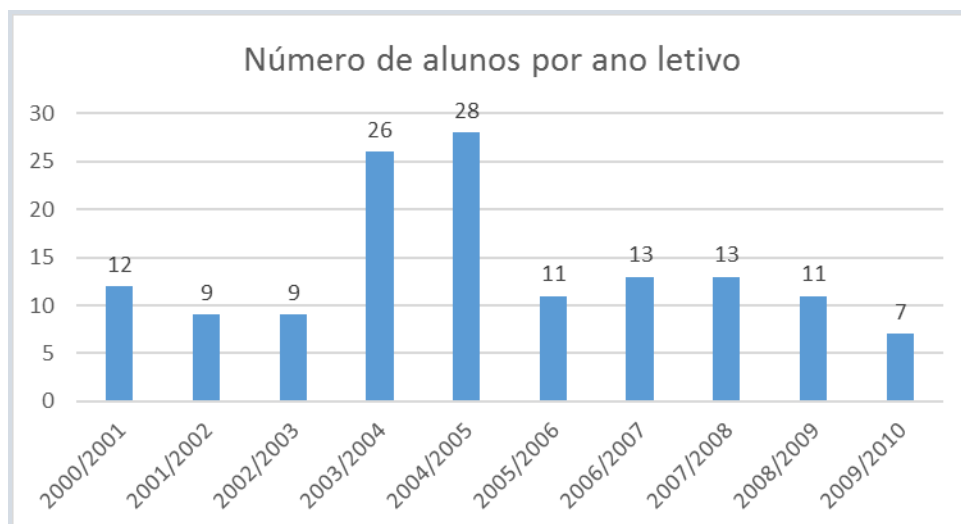


Figura 39. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Escola Casais do Forno

Era uma escola unitária, localizada na freguesia de Lousa, era o único equipamento educativo presente na freguesia de casais do forno. Esta escola foi intervencionada em 1999, e tinha 18 discentes matriculados, já registando uma tendência decrescente, atendendo à degradação apresentada procedeu-se à substituição da porta e entrada, arranjo das canalizações, substituição de uma sanita turca por uma normal, construção de um telheiro, arranjo e limpeza do logradouro com a transferência de um aparelho de brincar no logradouro, foi ainda pedido para fechar a entrada do edifício que tinha tijolos com buracos, que foi fechado e isolado para servir de gabinete de apoio entre outras intervenções de menor dimensão.

Esta escola tinha apenas uma turma, com os quatro anos de escolaridade, uma docente e uma tarefaira.

Esta escola acabou por encerrar no ano letivo 2009/2010 tendo 13 alunos inscritos deslocados posteriormente para a escola básica de Lousa (Figura 40).

Quando encerrou demonstrava bom estado de conservação tanto do edificado como do logradouro, e todos estes espaços tinham condições para dar continuidade à atividade letiva.



Figura 40. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Escola Básica Ponte de Lousa

Nesta escola, localizada na freguesia de Lousa, em 2008 foi colocado um telheiro a fim de proteger os alunos em dias de chuva, são igualmente corrigidas situações de humidade. Há ainda referência ao muro que se encontra fissurado, uma situação que a Câmara afirma não ser um problema estrutural pelo que não está posta em causa a segurança dos utilizadores deste espaço e solicita de construção de uma horta.

Esta escola encerrou no ano letivo de 2011/2012, contendo na altura 16 discentes encaminhados para a escola básica de Lousa (Figura 41):

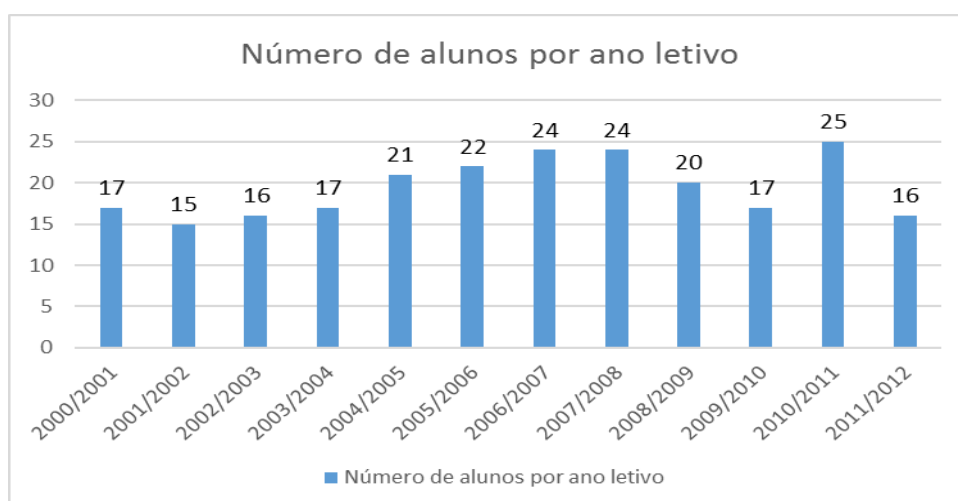


Figura 41. Número de alunos por ano letivo

Fonte: CML

Considerações finais

Com o desenvolvimento da presente dissertação conclui-se que a transferência e transição das competências e atribuições que envolvem o domínio da educação / ensino concentradas no estado central para a esfera municipal, foi e é um processo bastante complexo, não só pela especificidade do sistema educação-ensino, mas também porque essa especificidade envolve interações multinível, na vertente educativa e pedagógica, na vertente da gestão das escolas e do parque escolar, assim como na vertente política e comunitária (comunidade escolar e comunidade de vizinhança).

Ao longo da história de Portugal realizaram-se por diversas vezes tentativas a transferência de competências inerentes ao sistema de ensino para o nível local, mas nem sempre foi eficaz a transferência dessas competências. As delegações de competências que se foram verificando sofreram um retrocesso com a chegada do regime político designado de Estado Novo, uma vez que este defendia uma política que concentrasse o maior número de competências na administração central.

Ao nível do ensino, Portugal tentou-se anular 40 anos de ditadura em 42 anos de democracia, todavia só em 1986 é lançada a Lei de Bases do Sistema Educativo, com uma visão mais integrada do que deve ser o percurso escolar universal, pois só após a publicação da lei, e com especial enfoque desde o final da década de 90 do século passado, tem-se assistido a uma gradual passagem das competências outrora pertencentes à tutela do ministério da educação para os Municípios.

De relevar que ao mesmo tempo que estas transferências de competências se foram processando a ritmos diferentes, a oferta escolar não evoluiu à velocidade e abrangência desejada, devido a algumas restrições financeiras, pois uma rede escolar funcional é complexa e onerosa e por vezes de difícil programação, devido à imprevisibilidade das dinâmicas demográficas, ou seja, os equipamentos escolares foram sendo criados mais numa lógica “reactiva”, ou seja, quando a procura já era existente e a oferta nula.

No caso de estudo isto é mais evidente, já que o parque escolar foi “adaptando-se circunstancialmente” a uma procura que evoluía num quadro de envolvente em profunda transformação urbanística e demográfica das áreas da periferia urbana e metropolitana; esta transformação foi caracterizada por uma expansão da urbanização em áreas urbanas e periurbanas nos anos 80-90 do séc. XX, projetando assim uma forte pressão demográfica e concomitantemente, uma pressão sobre a procura de serviços e equipamentos públicos de proximidade. No que concerne à programação dos equipamentos escolares, é importante referir a Carta Escolar criada pelo Decreto-lei n.º

159/99, de 14 de setembro. No caso do Município de Loures, este instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a nível municipal (2006), não contemplou os equipamentos que entretanto encerraram, à exceção das escolas nº1 e nº 2 do Pinheiro de Loures para serem substituídas pela Escola Básica da Fonte Santa. Este exemplo, à semelhança de outros que se encontram entre a previsão na Carta Educativa de Loures e a realidade na atualidade, leva-nos a concluir que as intervenções propostas e executadas (edifícios a reabilitar/ construídos de raiz) não seguiram o padrão de programação sustentado, nomeadamente, o previsto na Carta Educativa do município; esta diferença indicia um padrão de decisão baseado em contexto de cenários e necessidades que foram difíceis de identificar tanto ao nível municipal como ao da administração central, mas que tiveram um reflexo efetivo muito impressionante na consequência de algumas das escolas intervencionadas terem encerrado, não por falta de condições, mas sim por falta de alunos inscritos.

Por isso, pensamos, ser importante repensar a programação da localização dos equipamentos educativos como parte integrante do desenho urbano e do planeamento territorial evitando nomeadamente a cativação de equipamentos deste tipo em áreas periurbanas onde os terrenos são mais baratos. O planeamento territorial não deve esquecer a programação das escolas, ao mesmo tempo que as torna referência da localidade favorecendo e potenciando outras dimensões a que a escola deve dar resposta no contexto do pilar que é do estado social a criação de parcerias com os vários agentes da(s) comunidade(s) em que se localiza.

No caso de estudo percebemos que a programação de nível municipal é dificultada pela realidade territorial e marcada pelo contraste entre urbano (sistema oriental) vs rústico (sistema norte) que se observa neste Município em particular, o que necessariamente exige uma programação diferenciada e autónoma para cada território em contextos demográficos muito influenciados pela urbanização desregulada destas periferias. Existindo e coexistindo territórios educativos dispare, pois, enquanto no sistema oriental os aglomerados populacionais são muito mais concentrados e densos, no sistema norte os aglomerados populacionais são mais dispersos e de menor densidade, em que a programação tem de enfrentar as dificuldades da dispersão e da baixa densidade, muito evidente, por exemplo, na vertente do transporte escolar que é uma realidade complexa atendendo à distância entre o domicílio dos alunos e as escolas.

A programação é igualmente muito influenciada pela descontinuidade do jargão técnico utilizado ao nível municipal e ao nível da administração central. Enquanto ao nível municipal a Carta Educativa se organiza e delimita em Territórios Educativos, a tutela estrutura a sua orgânica e dinâmica em Agrupamentos de Escolas. Uma e outra tipologia apresentam discrepâncias que advêm naturalmente da escala de entendimento e análise

que o município (técnicos municipais) terá, e da percepção macro que a administração central tem. Esta disfuncionalidade criou muitas dificuldades a uma análise de contexto das políticas e das intervenções porque estas designações conhecem perímetros distintos e não têm uma lógica de “construção” integrada e de gradação entre os dois níveis (municipal e central), pelo menos do ponto de vista da análise que suporta cada uma das delimitações cuja designação referimos.

Do ponto de vista da intervenção e reabilitação, se é verdade que uma escola com melhores condições, potencia uma melhor e mais completa aprendizagem e educação, pode não ser verdade que uma escola com boas condições se traduza em maior satisfação por parte da comunidade escolar – isto mesmo foi referenciado por parte dos encarregados de educação no relativo ao grau de satisfação relativamente às condições das escolas. No entanto, e no contexto das escolas objeto de análise, quando observados com mais detalhe os resultados referentes aos inquéritos aplicados, constata-se que não existe uma relação direta, entre o estado de conservação da escola, e a satisfação por parte dos encarregados de educação com a mesma.

Se não vejamos, a escola com melhores condições do agrupamento, é a escola básica da Fonte Santa (edifício recente) onde apenas 50% dos inquiridos diz-se muito satisfeito com a escola, já a Escola Básica de A-dos-Cãos, que embora apresente condições regulares de manutenção, está longe de ser um edifício atual de excelentes condições e com valências compatíveis com as atuais exigências curriculares (ginásio, balneário, biblioteca) e onde todos os encarregados de educação inquiridos afirmam estar muito satisfeitos (100%); porém este exemplo não é caso único, pois a Escola Básica nº 2 de Loures cuja sua construção é essencialmente em pré-fabricado (exceto a sala construída em 2002), obtém valores de maior satisfação quando comparada com muitas outras escolas com melhores condições.

Torna-se também relevante referir que, apesar dos esforços do município para colmatar algumas lacunas das condições dos edifícios e logradouros das escolas, estes ainda são insuficientes, pois constatou-se a existência de três escolas que apesar de apresentarem um regular estado de conservação encontram-se a funcionar no limite da funcionalidade (EB nº2 de Loures, EB da Murteira e EB de Montemor).

À resposta à questão de investigação no início apresentada “Os programas de reabilitação urbana do Parque Escolar tornaram o Agrupamento de Escolas nº1 de Loures mais qualificado, estruturado e coeso?” não existe uma resposta simples de “sim ou não”.

Entendendo por “qualificado”, um edificado em melhores condições funcionais, estruturais de conforto e utilização, e de aptidão a dar uma resposta adequada à procura,

então sim, pois o promoveu-se o acesso a mais valências (logradouro seguro, biblioteca, ginásio, etc.).

Relativamente ao vetor “estruturado” o qual projetámos como sinónimo de um grau de interdependência e organização do território escolar, concluímos que este programa de reabilitações parece não ter tido como prioridade estruturar o território nos diferentes níveis de ensino. Com efeito, verifica-se uma descontinuidade entre a implementação e a programação na oferta relativamente ao percurso escolar inter-território escolar, constatando-se esse facto naquilo que foi programado na Carta Educativa, não ter sido efetiva, nomeadamente não foram construídas duas escolas com 2º e 3º ciclo de ensino, “obrigando” os alunos que completam o 1º ciclo de escolaridade a dirigir-se para a cidade de Loures. Paralelamente, existem escolas de 1º ciclo com uma grande proximidade geográfica contribuindo para um excesso na oferta neste nível de escolaridade.

Já no que concerne ao vetor “coesão”, ou seja, o vetor promotor de coesão social, então o programa obteve sucesso, pois vai de encontro aos princípios gerais do Decreto-Lei de Bases do Sistema Educativo de 10 de outubro de 1986, uma vez que promove a democratização do ensino universal e gratuito, pois as intervenções permitiram chegar a mais alunos. Contudo é importante referir que a resposta dada não foi de encontro às dinâmicas demográficas, existindo casos de excesso de oferta (área rústica).

Foi igualmente possível concluir que as escolas com melhores condições, não são necessariamente as com melhores resultados ao nível dos exames do 4º ano de escolaridade, todavia as boas condições potenciam melhores aprendizagens, mas a aquisição de tais competências revela-se um processo muito mais abstrato e amplo.

Como já foi possível observar constata-se que reabilitação do parque escolar contribui para qualificar as condições de aprendizagem e apropriação/vivência no ambiente da comunidade escolar (1º objetivo). No que concerne ao 2º objetivo ao nível do entorno urbano, a reabilitação do parque escolar não contribui para a requalificação urbana e para a valorização da qualidade de vida nesse meio urbano pois na sua grande maioria o edificado habitacional, comercial e a oferta ao nível de serviços na área envolvente já se encontrava presente a montante da intervenção nas diferentes escolas, todavia a municipalização acrescentou mais vaias com um aumento da interação e integração das escolas na comunidade onde se insere. Relativamente ao 3º objetivo que consistia em examinar como o resultado destas operações influenciou ou condicionou a estratégia e ação futura de cada território educativo desenhado pela CML segundo a Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação e do parque escolar estas intervenções serviram para criar mais 12 salas de pré-escolar indo de encontro ao objetivo de criar uma oferta ao nível do pré-escolar igual à procura para crianças a partir dos quatro anos de idade.

Em suma, o reforço da resposta educativa de que foi alvo no Agrupamento de Escolas nº1 de Loures, contribui para o cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo, concorrendo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho (Lei de Bases do Sistema Educativo, artigo 2, princípio geral 4). Para cumprir as exigências deste princípio, mas também as exigências do currículo escolar do 1º ciclo de escolaridade em vigor, detetou-se através das entrevistas e dos inquéritos que existe uma valorização das parcerias e cooperações com outras instituições / agentes da comunidade local, pois nesta questão, a maior parte dos encarregados de educação inquiridos classifica como “Bom” ou “Muito Bom” estas parcerias, que podem ir desde a Proteção Civil, Bombeiros, Arquivo Municipal, Polícia entre outros, despertando assim noções e competências sociais fundamentais na formação de uma cidadania ativa.

Assim sendo constata-se que a municipalização da educação é pautada por muitas indefinições ao nível das políticas, estratégias e programas, que implicam na coerência do sistema e por essa via, implicam na coerência da programação multinível, que uma intervenção de reabilitação exige. Todavia no caso de estudo verificou-se alguma falta de sustentação na programação das intervenções / construções dos equipamentos educativos e na resposta que estes deveriam apresentar. Verifica-se ainda que os vetores (qualificado, estruturado e coeso) ainda que nem sempre plenamente cumpridos, promoveram a aquisição de competências de cidadania, sociais e de formação cívica por parte dos alunos, através da valorização e de uma maior interação com os agentes locais aspectos a que a municipalização não é alheia, pois acrescentou-se uma nova dinâmica aos aglomerados populacionais onde as escolas estão inseridas, permitindo uma aproximação entre estes atores.

Bibliografia:

Adão, Á, & Magalhães, J. (2013). *História dos Municípios na educação e na cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje*. (1ªed.). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Almeida, D. (n.d.). O papel dos Municípios na educação em Portugal. *Revista Iberoamericana De Educación*, pp.1-13.

Alves, L. A. (2012). *História da educação uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Biblioteca Digital.

Associação Portuguesa de Educação Ambiental. (2006). Guia para a agenda 21 escolar (p. 116). Aveiro: APEA.

Baixinho, A. (2010). As Autarquias e a Educação. Centro e periferia na construção das políticas educativas. Lisboa: Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias (Dissertação de Doutoramento, Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias – Instituto de Ciências da Educação).

Barroso, J. (n.d.). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedades*, 26 (92): 725-751.

Benavente, A. (1990). Insucesso escolar no contexto português: abordagens, concepções e políticas, *Análise Social*, Vol. XXV, nº 108-109: 715-733.

Bettencourt, A. M., Presidente, & Pacheco, J. A., Relator. (2010). Parecer sobre Reorganização Curricular do Ensino Básico (Governo de Portugal, Conselho Nacional de Educação). Lisboa: Governo de Portugal.

Branco, J. (2007). *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano* Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). pp. 1834-1859.

Cabeça, M. (2012). *As Condutas dos Escolares e a Construção do Cidadão Social: Uma análise política pelo referencial dos instrumentos de regulação (1977-2007)*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa – Instituto de Educação).

Carmo, R., & Barata, A. (2014). *Estado Social: De Todos para Todos* (1ª ed.). Lisboa: Tinta da China.

Carneiro, R., Dir/cord. (2000). *O futuro da educação em Portugal: Tendências e oportunidades*. Um estudo de reflexão. Lisboa: Ministério de Educação (Governo de Portugal, Ministério de Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento).

Carvalho, L. M. (2014). *A construção de conhecimento sobre políticas públicas de educação em Portugal: Um estudo descritivo e interpretativo de teses de doutoramento realizadas na área científica da educação, em universidades portuguesas (2000-2012)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Coleman, J.S. et al. (1966). *Equality of Educational Opportunity – Coleman Report*. Washington, U.S. Government Printing Office.

Correia, J. A. (1994). "A Educação em Portugal no limiar do sec XXI : prespectivas de desenvolvimento futuro" Porto: Educação, Sociedade & Cultura nº 2 pp.7-30

Costa, D., & Barbosa, D. (2002). *A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão*. Lisboa: GeolNova

Costa, E. M., Simões, J. M., & Barroso, S. (2009). *PROT-AML - Diagnóstico Sectorial: Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos*, Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Cruz, C. (2012). *Conselhos Municipais de Educação: Política educativa e acção pública*. Lisboa: Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa – Instituto de Educação).

Fragoso, V., Cord. (2006). *Carta Educativa do Município de Loures* (Vol. I) Loures: (Câmara Municipal de Loures).

Fragoso, V., Cord. (2006). *Carta Educativa do Município de Loures* (Vol. II) Loures: (Câmara Municipal de Loures).

Fragoso, V., Cord. (2006). *Carta Educativa do Município de Loures* (Vol. III) Loures. (Câmara Municipal de Loures).

Gama, A. (2008). *Mudanças organizacionais, culturais e pedagógicas nas escolas do 1º ciclo: Novos Percursos de autonomia e de avaliação de escolas*. Lisboa: Universidade Aberta (dissertação de mestrado, Universidade Aberta - Administração e Gestão Educacional).

Governo de Portugal, Ministério da Educação, Conselho Directivo Nacional. (2006). *Programa de Reestruturação Da Administração Central do Estado*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Gredler, G. R. (1982), Collins, R. The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification. New York: Academic Press Psychol. Schs., 19: 149–275.

Guinote, P. (2014). *Educação e Liberdade de Escolha*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Justino, D. (2010). *Difícil é Educa-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Lopes, J. H. (2012). *Contratualização da Autonomia das Escolas: A regulação da acção pública em educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação de doutoramento : Universidade de Lisboa – Instituto de Educação).

Louro, P. (1999). Educação e autarquias: Da legislação às práticas. *Análise Psicológica*, I(17): 153-162.

Medeiros, C. A., Dir. (2006). *As redes de equipamentos colectivos*. In J. Simões (Ed.), *Geografia de Portugal* (Vol. IV, p. 472). Lisboa: Círculo de Leitores.

Ministério da Educação e Ciência. (2014). *Carta de Missão (2014/2017)* Loures: Ministério da Educação e Ciência Agrupamento de Escolas nº1 de Loures.

Ministério da Educação e Ciência. (2014). *Projecto Educativo (2014/2017)* Loures: Ministério da Educação e Ciência Agrupamento de Escolas nº1 de Loures.

Monteiro, J. (2009). *Federalismo, regionalismo e municipalismo em Portugal (1920-1922)* Lisboa: Universidade de Lisboa (dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa - Faculdade de letras).

Oliveira, C. (1995). *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.

Pacheco, J. (2005). *Estudos Curriculares para a compreensão crítica da educação*. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J. (2006). Currículo, investigação e mudança. In *A educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp. 55-111). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Peixoto, Augusto C. de M. (1922). *Descentralização do ensino primário*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Pires, C. (2012). *A 'Escola a Tempo Inteiro': Operacionalização de uma política para o 1º ciclo do ensino básico: Uma abordagem pela 'análise das políticas públicas*. Lisboa: Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa – Instituto de Educação)..

Salgueiro, Teresa Barata (1999). "A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana, 3ª ed., Lisboa: Edições Afrontamento.

Silva, H. D. (2012). *Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX* Lisboa: Universidade Lusófona, 65-97.

Stoer, S. (n.d.). A reforma de Veiga Simão no ensino: Projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Análise Social*, XIX(77-78-79): 793-822.

Veneza, A. (1986). O Poder Local, 1976-1984: Da indefinição à (des)centralização estatal. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, (18-19-20): 1-15.

Outras referências:

Câmara Municipal de Loures
www.cm-loures.pt

Direção Geral de educação
<http://dge.mec.pt/metascurriculares/index.php?s=directorio&pid=36->

(Consultada a 16 de março de 2015)

<http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2013/09/regime-juridico-de-autonomia-administracao-e-gestao/>

(Consultada a 22 de março de 2015)

INE PORDATA

<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>

(Consultada a 2 de abril de 2015)

Jornal Público

<http://www.publico.pt/ranking-das-escolas-2014/listas>

(Consultada a 29 de julho de 2015)

Legislação:

Decreto-Lei nº 88/13, de 7 de agosto
Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março
Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de outubro
Decreto-Lei nº 31/87, de 3 de julho
Decreto-Lei nº 357/88, de 13 de outubro
Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro
Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de maio
Decreto-Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro
Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio
Decreto-Lei nº 24/99, de 22 de abril
Decreto-Lei nº 159/99, de 14 de setembro
Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro
Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro
Decreto-Lei nº 49/2005, de 30 de agosto
Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril
Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho
Decreto-Lei nº 85/2009, de 27 de agosto
Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho
Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro
Despacho 5048-B 2013 de 12 de abril de 2013

Anexos

Anexo 1 – Inquérito realizado aos Encarregados de Educação

O presente inquérito está inserido numa dissertação de mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa cujo objetivo se prende com os impactos da reabilitação do parque escolar do agrupamento de escolas nº1 de Loures no qual o seu educando está inscrito.

Assim sendo, pretende-se que no inquérito que se segue responda de forma sincera ao seu grau de satisfação da escola na qual o seu educando pertence.

As informações recolhidas destinam-se exclusivamente para a finalidade académica supracitada.

Encarregado de Educação na escola _____

Como avalia as condições do edifício para o ensino?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia as condições do logradouro em espaço e segurança?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia a interação das escolas com os outros agentes da comunidade local (PSP / USF/ SPC/ bombeiros /outros) ?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia a apetência desta escola para alunos com NEE?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Considera que a intervenção teve influência na área envolvente da escola?

Sim ☐

Não ☐

Não sabe/ Não responde ☐

De forma geral está muito satisfeito, satisfeito ou insatisfeito com a escola?

Insatisfeito ☐

Satisfeito ☐

Muito satisfeito ☐

Grato pela sua colaboração, João Miguel Pinto

Anexo 2 – Inquérito realizado aos Docentes

O presente inquérito esta inserido numa dissertação de mestrado em gestão do território e urbanismo, do instituto de geografia e ordenamento do território da Universidade de Lisboa cujo objetivo se prende com os impactos da reabilitação do parque escolar do agrupamento de escolas nº1 de Loures no qual desenvolve a sua atividade profissional. Assim sendo, pretende-se que no inquérito que se segue responda de forma sincera ao seu grau de satisfação da escola na qual trabalha. As informações recolhidas destinam-se exclusivamente para a finalidade académica supracitada.

Coordenador(a) / Professor(a) na escola _____

Como avalia as condições do edifício para o ensino?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia as condições do logradouro em espaço e segurança?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia a interação das escolas com os outros agentes da comunidade local (PSP / USF/ SPC/ bombeiros /outros) ?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Como avalia a apetência desta escola para alunos com NEE?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Considera que a intervenção teve influência na área envolvente da escola?

Sim ☐

Não ☐

Não sabe/ Não responde ☐

Como avalia a manutenção que é da competência da JF / da CML ?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Boa ☐

Muito boa ☐

Como avalia a existência de valência do equipamento para uma completa e integrada aprendizagem?

Insuficiente ☐

Suficiente ☐

Bom ☐

Muito bom ☐

Grato pela sua colaboração, João Miguel Pinto

Anexo 3 – Identificação da Escola Básica de Fanhões

Nome da Escola: Escola Básica de Fanhões

Localização: Rua da Lapa, 2670- 699 Fanhões

Cronologia das intervenções: 2003 - Ampliação e integração de JI

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 6

Número de Docentes: 3 docentes titulares, 1 de apoio, 1 de NEE e 1 de Biblioteca

Número de Turmas: 3 de 1º ciclo | 2 de JI Número de Alunos: 118 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: Campo de jogos, biblioteca e refeitório/espço para AFD.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 4 – Identificação da Escola Básica de Casaínhos

Nome da Escola: Escola Básica de Casaínhos

Localização: Rua Luís Camões, Casaínhos, 2670-692 Fanhões

Cronologia das intervenções: 2014 – ampliação e integração de JI

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 4

Número de Docentes: 4 docentes titulares, 1 de apoio e 1 de NEE.

Número de Turmas: 2 de JI | 2 de 1º ciclo Número de Alunos: 52 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro , campo de jogos, biblioteca e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 5 – Identificação da Escola Básica de Fonte Santa

Nome da Escola: Escola Básica de Fonte Santa

Localização: Rua de Nossa Senhora da Assunção, 2670 Loures

Cronologia das intervenções: 2009 – construção de raiz do edifício

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 10

Número de Docentes: 12 titulares, 1 de apoio, 1 de NEE, 1 de biblioteca e coordenadora

Número de Turmas: 3 de JI | 9 de 1º ciclo Número de Alunos: 279 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro , ginásio, balneário, sala polivalente, biblioteca e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 6 – Identificação da Escola Básica nº1 de Loures

Nome da Escola: Escola Básica nº1 de Loures

Localização: Rua Maria Lamas, 2670-531 Loures

Cronologia das intervenções: 2002 – construção de raiz do novo edifício

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 15

Número de Docentes: 10 titulares, 3 de NEE, 3 de apoio, 1 de biblioteca e coordenadora

Número de Turmas: 2 de JI | 8 de 1º ciclo Número de Alunos: 259 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro , campo de jogos, ginásio, balneário, biblioteca e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 7 – Identificação da Escola Básica nº2 de Loures

Nome da Escola: Escola Básica nº2 de Loures

Localização: Traseira da Rua Câmara de Lobos, 2670-489, Loures

Cronologia das intervenções: 2002 – construção da sala polivalente

Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 3

Número de Docentes: 5 titulares, 2 de NEE e 1 de apoio.

Número de Turmas: 5

Número de Alunos: 105 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro e campo de jogos.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 8 – Identificação da Escola Básica de Montemor

Nome da Escola: Escola Básica de Montemor

Localização: Rua da Escola Primária, 2670-502, Loures

Cronologia das intervenções: 2005 – melhorias e criação de copa/refeitório

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 5

Número de Docentes: 3 titulares

Número de Turmas: 1 de JI | 2 de 1º ciclo Número de Alunos: 67 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no recreio logradouro, campo de jogos e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 9 – Identificação da Escola Básica de A-dos-Cães

Nome da Escola: Escola Básica de A-dos-Cães

Localização: Rua Isaura Cunha e Sousa, 2670-341, Loures

Cronologia das intervenções: 2010 – instalação de monobloco para salas AEC e copa/refeitório

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 4

Número de Docentes: 3 titulares, 1 de apoio e 1 de NEE.

Número de Turmas: 1 de JI | 2 de 1º ciclo Número de Alunos: 57 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro, campo de jogos e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 10 – Identificação da Escola Básica de Cabeço de Montachique

Nome da Escola: Escola Básica de Cabeço de Montachique

Localização: Rua Doutor Bossa da Veiga, 2670-741 Lousa

Cronologia das intervenções: 2006 – construção de raiz do novo edifício

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 4

Número de Docentes: 3 titulares, 1 de apoio e 1 de NEE.

Número de Turmas: 1 de JI | 2de 1º ciclo Número de Alunos: 66 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro, refeitório/espço de ATL e AFD e cozinha.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 11 – Identificação da Escola Básica de Lousa

Nome da Escola: Escola Básica de Lousa

Localização: Rua Major Rosa Bastos, 2670-765 Lousa LRS

Cronologia das intervenções: 2002 – ampliação e integração de JI

Níveis de Ensino: Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 8

Número de Docentes: 6 titulares, 1 de apoio e 2 de NEE.

Número de Turmas: 2 de JI | 4 de 1º ciclo Número de Alunos: 133 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro, campo de jogos, biblioteca e refeitório.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 12 – Identificação da Escola Básica da Murteira

Nome da Escola: Escola Básica da Murteira

Localização: Rua José Lopes Castilho, 2670-550 Loures

Cronologia das intervenções: 2008 – instalação de monobloco para copa/refeitório

Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 1

Número de Docentes: 2 titulares, 1 de apoio e 1 de NEE.

Número de Turmas: 2

Número de Alunos: 20 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro (em área adjacente), campo de jogos e refeitório/copa.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 13 – Identificação do Jardim de Infância de Salemas

Nome da Escola: Jardim de Infância de Salemas

Localização: Rua da Escola, 2670-769 Lousa, LRS

Cronologia das intervenções: 2007 – intervenções de melhoria geral.

Níveis de Ensino: Jardim de Infância

Número de Funcionários: 1

Número de Docentes: 1 titular

Número de Turmas: 1

Número de Alunos: 24 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro e campo de jogos (ambos em área adjacente), refeitório/sala polivalente.

Localização (Área Intervencionada)



Anexo 14 – Identificação da Escola Básica do Tojalinho

Nome da Escola: Escola Básica do Tojalinho

Localização: Rua José Valadares, 2670-348 Loures

Cronologia das intervenções: 2008 – remodelação do refeitório e balneários (em área adjacente para servir esta população escolar)

Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Número de Funcionários: 2

Número de Docentes: 1 titular e 1 de apoio.

Número de Turmas: 1

Número de Alunos: 14 (ano letivo 2014/2015)

Valências Complementares: aparelho de brincar no logradouro e campo de jogos (em área adjacente).

Localização (Área Intervencionada)

